

O PCP bate-se por Portugal desenvolvido independente e soberano ■ ⚡ Governo opta por um país dependente subsidiado e subcontratado

Nota da Comissão Política - Pág. 3



Carlos Carvalho em Loures e no Barreiro

Págs. 9, 16 e 17



Um plano contra o desenvolvimento

- Artigo de
Octávio Teixeira

Pág. 18



Defesa Nacional e Forças Armadas Das opções à alternativa

Pág. 20



O acesso ao Ensino Superior

Pág. 19

FESTA 1993
Avante!

Págs. 23, 24 e 25



A CGTP denuncia o aumento do desemprego

RESUMO

14
Quarta-feira

O ministro Fernando Nogueira encontra-se com o Presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, no final de uma visita de três dias àquele país; o dirigente moçambicano pede a Portugal maior empenhamento no processo de paz ■ Segundo uma mini-sondagem telefónica do *Público* (180 pessoas), a actuação de Cavaco Silva na RTP1 agradou; 42,2% dos inquiridos consideraram que Cavaco esteve "bem" e 36,1% que esteve "mal" ■ O Ministério do Emprego revela que o salário médio das mulheres portuguesas é inferior aos dos homens (menos 35,1%) ■ Trabalhadores dos serviços técnicos do Casino Estoril manifestam-se contra ameaça de despedimento ■ Maioria dos 323 trabalhadores da Renault ameaçados de despedimento aceita rescisão voluntária do contrato de trabalho ■ Enviado dos EUA ao Médio Oriente regressa a Washington sem conseguir qualquer avanço nas negociações de paz ■ O Japão aceita reduzir as suas exportações de automóveis para a CEE ■ Morre o cantor francês Léo Ferré.

15
Quinta-feira

PSD aprova legislação proibindo o Presidente do Tribunal de Contas de ser relator de processo e isenta os autarcas do regime de incompatibilidades ■ A UGT afirma "disponibilidade total" para um acordo com o Governo e patronato se "o problema do emprego for resolvido" ■ O secretário de Estado da Cultura, Santana Lopes, promove um Encontro/Conferência sobre Política Cultural no Centro Cultural de Belém ■ Relatório do Banco de Portugal admite crescimento do desemprego e sua transformação em desemprego estrutural ■ Cavaco Silva discursa na Cimeira da Baía ■ O Conselho de Segurança da ONU aprova uma resolução sobre Angola condenando as acções da Unita ■ A Câmara dos Lordes, no Reino Unido, aprova o tratado de Maastricht ■ Um avião da ONU de ajuda alimentar é alvejado pela Unita, na província do Zaire.

16
Sexta-feira

O Tribunal Constitucional "chumba" decreto açoriano sobre o "acréscimo do número de utentes a cada médico de clínica geral" que aumentava cerca de um terço o número de doentes estipulado para cada médico ■ A Ordem dos Médicos denuncia gestão "político-partidária" dos serviços de saúde ■ A SIC decide aumentar o capital da estação de oito para dez milhões de contos até ao final do ano ■ Durão Barroso congratula-se com a resolução do Conselho de Segurança da ONU sobre Angola; entretanto, voltam a ser suspensos os voos de ajuda humanitária para Angola, devido a ataques da Unita ■ Termina a cimeira ibero-americana; o comunicado final tem uma referência indirecta ao bloqueio dos EUA a Cuba e outra explícita a Timor-Leste ■ Madrid confirma que o Banesto detém mais de 40% do capital do banco Totta.

17
Sábado

O escritor Sttau Monteiro entra em coma profundo, vítima de embolia cerebral ■ Três fiscais do ex-Gabinete da Área de Sines são incriminados por corrupção ■ Silva Peneda garante que a redução para cinco do número de centros regionais de Segurança Social não afectará os utentes ■ Presidente do Paquistão demite-se ■ Na Rússia, manifestantes saem à rua a assinalar a passagem dos 75 anos da morte da família imperial Romanov ■ Agathe Uwilingiyimana é designada para a chefia do governo do Ruanda ■ Cinco activistas islâmicos são enforcados no Cairo por alegadas actividades terroristas.

18
Domingo

Manuel Monteiro, dirigente do CDS/PP, afirma em Lamego que "Cavaco Silva anda no mundo da lua" ■ António Guterres, líder do PS, afirma na Mira que o seu partido será governo em 1995 ■ Cavaco Silva inaugura um complexo de piscinas do Inatel, no Estádio 1º de Maio ■ Termina o Festival de Teatro de Almada ■ Os liberais japoneses perdem a maioria absoluta que detinham desde 1955, nas eleições legislativas antecipadas ■ Conservadores sul-africanos abandonam as conversações multilaterais sobre o futuro do país por discordarem da realização de eleições em Abril do próximo ano.

19
Segunda-feira

É inaugurada a nova ponte de Valença ■ A CGTP anuncia que há mais de 250 empresas com salários em atraso ■ Portugal junta-se à Irlanda no boicote à aprovação dos regulamentos dos fundos estruturais por considerar insuficientes os montantes que a Comissão Europeia está disposta a atribuir-lhe ■ O primeiro-ministro japonês afirma não pensar demitir-se, apesar da derrota do PLD nas eleições de domingo ■ Seis negros são abatidos a sangue-frio quando viajavam de autocarro a leste de Joanesburgo ■ Parlamento francês aprova, com os votos contra dos comunistas, revisão da Constituição francesa.

20
Terça-feira

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, apresenta em conferência de imprensa a "situação de degradação económica e social para que Cavaco Silva e o PSD empurram o País" ■ As farmácias vão oferecer seringas e preservativos no mês de Agosto a grupos de risco ■ Durão Barroso anuncia acordo sobre fundos estruturais ■ A CGTP revela que mais de 200 empresas encerraram no 1º semestre do ano, extinguindo mais de 18 mil empregos ■ O Jornal de Angola anuncia que líderes africanos estão a preparar um encontro entre Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi ■ Bill Clinton nomeia novo director do FBI; o anterior foi afastado por abuso de poder e apropriação ilegal de fundos.

EDITORIAL

Crise económica e soluções políticas

O comunicado da Comissão Política do CC do PCP, que divulgamos na íntegra neste número do «Avante!», é um contundente repositório de factos sobre a situação social a que o cavaquismo conduziu o País.

O desemprego atinge presentemente - e segundo números oficiais, pecando por deliberada insuficiência - mais de 330 mil trabalhadores portugueses, numa tragédia que abarca todo o País. Que no Algarve, em plena estação alta do turismo, e embora este tenha sofrido as violentas quebras que se conhecem, se verifica uma taxa de desemprego superior a 10% é um facto brutalmente esclarecedor a acompanhar os números dramáticos de 16,5% do Alentejo e os 14,5% de Setúbal.

E se as percentagens acabam sempre a ocultar um pouco a dimensão dos problemas, recorde-se que, só no primeiro trimestre de 93, 14 700 trabalhadores do distrito de Lisboa perderam o seu emprego efectivo. São quinze mil famílias a serem privadas de meios de subsistência regulares, mais de meia centena de milhar de portugueses a sofrerem as consequências de uma política que há escassos meses ainda arvorava a ridícula teoria do «oásis» em paradigma de um «sucesso» desmentido pelos factos.

É impossível não sublinhar, neste quadro, o «engano» de 100 mil desempregados cometido pelo primeiro-ministro quando no seu solilóquio televisivo afirmou que só existiriam 230 mil portugueses no desemprego.

Não se trata de um lapso menor. Se o primeiro-ministro falseou deliberadamente, face a milhões de portugueses, os números que traduzem um problema fulcral do quotidiano nacional e constituem uma violenta acusação contra a sua política, estamos perante um puro escândalo, um acto de má-fé política e intelectual só credível porque o comportamento do PSD no poder fez descer a ética política portuguesa a baixezas dificilmente concebíveis. Quando ministros PSD nomeiam para cargos públicos «burlos» condenados em tribunal, não é inverosímil que o primeiro-ministro minta sobre o desemprego.

Mas se o lapso não foi deliberado, o significado político não é de menor gravidade. Que um primeiro-ministro se engane em números do que constitui o problema de fundo do país e do povo que governa, se para ele é relativamente confuso se há mais ou menos 100 mil portu-

gueses sem trabalho, estamos face a uma manifestação de incompetência para cuja qualificação faltam palavras.

O comunicado da Comissão Política levanta, porém, um outro aspecto do problema: a determinante questão do como sair da crise.

De há muito que os títulos da imprensa, que ainda há bem poucos meses se deleitava nas descrições da «democracia de sucesso» e nas maravilhas «desenvolvimentistas» do cavaquismo, passaram - sem qualquer assomo de autocritica ou reflexão, diga-se de passagem - a falar da recessão e, essencialmente, a citar quantas perspectivas surgem de término da mais violenta crise sofrida pelo capitalismo desde a década de 30.

Há quem anuncie que em 1994 as economias europeias terão condi-

Se o primeiro-ministro falseou deliberadamente, face a milhões de portugueses, os números que traduzem um problema fulcral do quotidiano nacional e constituem uma violenta acusação contra a sua política, estamos perante um puro escândalo, um acto de má-fé política e intelectual só credível porque o comportamento do PSD no poder fez descer a ética política portuguesa a baixezas dificilmente concebíveis.

ções para arrancar de novo, há quem seja menos optimista e entenda que os actuais índices negativos se prolongarão para além do próximo ano. Por cá, o cavaquismo multiplica-se no anúncio de «pacotes» de tão duvidosa eficácia económica quanto pouca credibilidade política.

Mas, no que se refere muito concretamente a Portugal, o problema é bem mais complexo. A crise que afecta o nosso país não é um menor ou maior bloqueio circunstancial do sistema produtivo: em Portugal estamos face a um colapso do sistema produtivo provocado por uma política de destruição deliberada para a qual não foi forjada qualquer alternativa.

O problema é que nada faz da situação de desemprego actual um fenómeno temporário: a crise atravessada pelo sector produtivo conduz ao encerramento e desaparecimento das próprias unidades produ-

tivas sem que em sua substituição apareçam quaisquer outras. Significa isto que o trabalhador desempregado não tem esperança numa recuperação que lhe devolva a curto ou médio prazo ou seu posto de trabalho: a empresa que o despediu faliu e desapareceu, todas as outras do sector estão nas mesmas condições e nenhum outro ramo de actividade gerador de novos postos de trabalho as veio substituir.

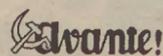
Na agricultura, a crise do trabalho é simultaneamente consequência e causa de alterações profundas na estrutura da posse da terra e do seu uso. A manter-se a actual política, o trabalhador do Alentejo, o pequeno e médio produtor do Centro não podem ter grandes esperanças de vir a recuperar o seu trabalho: a actual situação leva a mudanças de propriedade das terras, dentro de algum tempo a terra hoje tornada economicamente pouco competitiva pela concorrência do produto europeu terá pura e simplesmente sido substituída por um eucalipto, por uma coutada de caça ou por um campo de golf onde ninguém lavrará e nada se produzirá.

O problema fundamental que se coloca ao povo português é saber se, mesmo quando a nível mundial o fatal ciclo do sistema iniciar uma curva de recuperação - e resta ainda saber a que preço -, a economia portuguesa terá condições para o acompanhar. Ou se, pelo contrário, o deliberado desmantelamento conduzido pelo cavaquismo não terá conduzido Portugal a uma situação de debilidade económica que ponha em causa a sua própria sobrevivência como país independente e soberano.

O problema que hoje o povo português enfrenta é económico, mas é acima de tudo político. Não estamos face a uma situação em que se pode discutir se quem tem agora as alavancas do poder político e económico as usa da pior ou da melhor maneira, contrapondo-se outras soluções para o seu uso. O problema é que o cavaquismo está a destruir as próprias alavancas, a realizar uma criminoso política de terra queimada onde apenas medram as fortunas das clientelas partidárias, da corrupção e da especulação.

O cavaquismo lançou o País na crise, mas no horizonte, a continuar tal política, perfila-se a ameaça de que no fim da crise pode estar também o fim do País, que se quer livre, democrático, independente e soberano.

O PCP afirma que é possível abrir caminho, que há soluções. Mas não certamente com políticos que se enganam em mais ou menos 100 mil trabalhadores sem trabalho.



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 84

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90, 7-A, 1100 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE'S Editorial Avante! — Av. Almirante Reis, 90, 7-A, 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 Fax: 815 34 95

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição. Sede: Rua do Norte, 115, 1º 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra Telef. (039) 71 35 77 Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Guilões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 68/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7-A 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7-A 1100 Lisboa — Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composto e Impresso na Heskia Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.790\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00
ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00
MACAU — 50 números: 13.042\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00
EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

PCP

Comunicado da Comissão Política do Comité Central Governo procede à destruição do aparelho produtivo

Reunida na passada segunda-feira, a Comissão Política do Comité Central do PCP analisou a evolução da situação económica e social, e chamou a atenção para a "extensão e profundidade da crise", em Comunicado entretanto divulgado em Conferência de Imprensa em que participou o Secretário-geral do PCP, e que publicamos na íntegra. Carlos Carvalhas estava acompanhado pelos camaradas Jerónimo de Sousa, da Comissão Política, Odete Filipe, do CC e dirigente sindical dos Metalúrgicos, Ana Avoila, da DORL e dirigente da USL, Américo Leal, coordenador da Federação dos Ferrovários, e Edmundo Reis, coordenador do Sindicato dos Têxteis do Sul.

A Comissão Política, analisando a evolução da situação económica e social, considera que são infelizmente cada vez mais evidentes e em maior número os dramas e as angústias de muitos portugueses, em consequência de uma política errada e injusta.

A extensão e profundidade da crise económica e social, estão a confirmar as apreciações e os alertas feitos há muito pelo PCP.

Era inevitável que uma política virada para a restauração do capitalismo monopolista, bem como a ausência de uma estratégia de desenvolvimento da economia portuguesa baseada no reforço do aparelho produtivo, teria efeitos muito mais graves e duradouros que os sentidos em crises anteriores.

Não estamos a assistir a uma verdadeira reestruturação e modernização do aparelho produtivo, mas à sua destruição, onde só ganham os grandes grupos económicos, os especuladores imobiliários e financeiros e o capital estrangeiro.

A economia portuguesa está hoje mais dependente de orientações e políticas supranacionais. Se não forem tomadas medidas urgentes que invertam o sentido da política que o Governo prossegue, isso pode provocar, com carácter irreversível, a inviabilização de muitos milhares de empresas, unidades de pesca e explorações agrícolas e mesmo sectores de actividade, com consequências incalculáveis no plano social.

A profundidade e gravidade da crise social não podem continuar a ser ignoradas pelo Governo. O crescimento do desemprego, os baixos níveis salariais e das pensões, o aumento das carências de serviços sociais fundamentais, com saliência para a preocupante degradação do sistema de saúde, os ataques à Segurança Social num país com baixo nível de vida criam uma situação geradora de miséria e de crescentes fenómenos de marginalidade.

A Comissão Política do PCP reafirma que é urgente tomar consciência que se impõe deter esta situação de degradação económica e social para que Cavaco Silva e o PSD empurram o país.

Cavaco Silva, querendo desresponsabilizar-se da situação social, cometeu conscientemente um "engano" de 100 mil desempregados quando afirmou recentemente na televisão que só existiriam 230 mil portugueses no desemprego.

Apesar das estatísticas estarem a ser escondidas, os dados do IIEFP indiciam mais de 330 mil desempregados, e todos os dias são anunciados novos despedimentos colectivos. A incerteza quanto ao futuro atinge cada vez mais os trabalhadores, os jovens e as mulheres.

No distrito do Porto o número de desempregados ultrapassa os 60 mil. No distrito de Setúbal 14,5% da população activa encontra-se desempregada. Nos distritos de Portalegre, Beja e Évora, o desemprego atinge níveis de 16,5%. No Distrito de Lisboa, só no 1º trimestre de 93, 14 700 trabalhadores perderam o seu emprego efectivo.

No Algarve, mesmo nesta época, a taxa de desemprego situa-se acima dos 10%. Em Braga, Aveiro, Marinha Grande e Santarém, em sectores da indústria tradicional o desemprego cresce a um ritmo preocupante. Este quadro pode conhecer novos agravamentos após Agosto, já que se perspectiva que muitas empresas não reabrirão depois das férias.

Sinal inquietante e demonstrativo da gravidade da situação social é o ressurgimento do flagelo dos salários em atraso em centenas de empresas, fenómeno que o próprio Primeiro-Ministro não consegue ignorar apesar, será bom recordá-lo, de vezes sem conta ter repetido na Assembleia da República e na C. Social, que a prova do sucesso da sua política era ter erradicado os salários em atraso. **A insensibilidade revelada pelo Primeiro-Ministro quando anunciou que só existiam 200 empresas com salários em atraso demonstra o seu sentido de justiça social.** Acresce ainda que a aplicação da Lay-Off tornada hoje prática corrente em dezenas de empresas do Norte, Centro e Sul do país, implica para os trabalhadores a redução em 1/3 dos seus salários.

É exemplificativo da dimensão da crise, o facto de no sector têxtil, vestuário e calçado, num universo de 379 empresas em dificuldades, 221 encerraram ou faliram, 154 estiveram ou ainda estão com salários em atraso, 105 recorreram ao processo pró-falimento ou estão paralisadas, 17 recorreram a despedimentos colectivos, 59 enfrentam uma grave situação económica financeira. Os 63 800 trabalhadores destas empresas vivem uma situação de instabilidade permanente.

No sector mineiro, dos 8 mil postos de trabalho existentes na década de 80, restam cerca de 2000.

Na metalomecânica pesada, após a alienação do capital público, e muito particularmente após a entrega do sector à multinacional Senéti, dos 13 mil postos de trabalho, restam 3 mil. Metade dos trabalhadores da Siderurgia foram colocados no desemprego. Oito mil aduaneiros não só perderam o emprego como a profissão. No Sector Naval, dos 30 mil postos de trabalho, da década de 80, restam 10 mil, enquanto os Mellos ensaiam mais 4 mil despedimentos na Lisnave e Setenave.

No sector ferroviário, dos 28 mil trabalhadores existentes em 74, restam 19 mil, e acabam de ser anunciados planos para a redução dos efectivos em mais 5 mil trabalhadores, insistindo o Governo e a Gerência nas rescisões, pré-reformas e despedimentos. Nos transportes, na energia, nas celulosas, nas comunicações, anunciam-se milhares de despedimentos como resultante das privatizações e dos desmembramentos das empresas. A Lei dos Disponíveis continua a ser uma ameaça para milhares de trabalhadores da Função Pública.

Perante a gravidade da situação, a alternativa à liquidação massiva de postos de trabalho efectivos que o Governo propõe, resume-se a uma maior precarização do trabalho, ao recibo verde, ao trabalho à hora, ao dia, à peça, ao recurso conjuntural por parte do Governo e do patronato aos subsídios da Segurança Social como amortecedores da conflitualidade social.

Os trabalhadores portugueses continuam a ser considerados como reserva de mão-de-obra barata. Os seus salários não se aproximam dos trabalhadores dos outros países comunitários e, no entanto, o Governo continua a fazer do ataque aos níveis salariais um objectivo central da política dita de recuperação económica.

Não são os salários, baixos e degradados no seu poder de compra, que são responsáveis pela crise económica. O Governo falta à verdade quando afirma que a contenção ou redução dos salários visa o aumento do emprego.

É esclarecedor que no momento em que o desemprego aumenta vertiginosamente, 1 milhão e 700 mil trabalhadores viram em 92/93 a contratação colectiva bloqueada, com o Governo e o patronato a imporem administrativamente aumentos de 3,4 e 5% registando-se que milhares de trabalhadores não tiveram qualquer aumento. A competitividade da economia nacional passa por uma política de crédito, fiscal, cambial e orçamental radicalmente diferente e não pelo "aperto do cinto" às camadas laboriosas, mais a mais num país com uma das mais injustas distribuições do Rendimento Nacional e com baixíssimos salários e prestações sociais.

A gravidade da situação e a ofensiva do Governo aos direitos dos trabalhadores, expressa por exemplo na grave limitação ao exercício do direito à greve, conheceu recentemente uma nova fase com as medidas preconizadas para o regime da Segurança Social.

O Governo é o principal responsável pela situação de ruptura de que está ameaçada a Segurança Social.

Empurrando os trabalhadores para o desemprego e para as pré-reformas, permissivo às dívidas à Segurança Social, que atingem hoje cerca de 300 milhões de contos, recusando o financiamento dos regimes não contributivos, utilizando dinheiros dos descontos dos trabalhadores para custear despesas que nada têm a ver com os fins da Segurança Social, o Governo faz o mal e a caramunha ao decidir alterar para pior a forma de cálculo das pensões e passar a idade da reforma das mulheres dos 62 para os 65 anos.

Trata-se de um significativo e inadmissível retrocesso no sistema de Segurança Social. Constitui uma postura hipócrita e uma afronta às aspirações dos trabalhadores a uma vida mais digna, argumentar que estas medidas se destinam a garantir mais "justiça social" e maior "igualdade" entre homens e mulheres.

Ao avançar com estas medidas, enquanto convida os parceiros sociais para negociar um acordo, o Governo demonstra que, em vez do diálogo e da negociação, quer transformar o CES num espaço de capitulação dos sindicatos, de desvalorização da Assembleia da República e num instrumento da sua política de imposição de novos sacrifícios para os trabalhadores.



A situação generalizada de carências em unidades hospitalares e centros de saúde, o crescentemente insuficiente orçamento para o sistema de saúde, as condições cada vez mais precárias em que os profissionais da saúde são obrigados a trabalhar, põem em evidência o fracasso da política do Governo de Cavaco Silva numa área crucial para o bem-estar e qualidade de vida dos portugueses.

Hoje todos reconhecem a crise e os seus efeitos sociais dramáticos, mas importa precisar que a crise não é para todos.

À sombra da política cavaquista, crescem as grandes fortunas, os privilégios dum pequeno grupo de clientelas partidárias e a corrupção, na razão directa do crescimento do desemprego, dos salários em atraso e das exclusões sociais na sociedade portuguesa.

Consideramos politicamente inaceitável e profundamente preocupante que o Governo de Cavaco Silva se desresponsabilize da crise e simultaneamente a aproveite como pretexto para lançar uma ofensiva contra os direitos sociais dos trabalhadores e de outras camadas sociais.

A situação hoje não é mais grave devido à acção, ao protesto e à luta de centenas de milhares de trabalhadores e agricultores, dos professores, juizes, polícias, reformados e jovens estudantes.

A dimensão da gravidade da situação social exige não só a sua denúncia, mas igualmente o protesto e a exigência de uma política diferente. Neste sentido, o desenvolvimento da luta dos trabalhadores pela defesa intransigente dos seus direitos, dos postos de trabalho e melhores salários é uma questão central de resposta à crise.

O PCP reafirma que as causas da recessão económica não assentam no nível salarial e nos direitos sociais dos trabalhadores, antes radicam, no plano externo, em mais uma crise estrutural do sistema capitalista e, no plano interno, no fracasso da política de classe neoliberal e monetarista do Governo de Cavaco Silva.

Do mesmo modo que a saída da crise e a retoma do crescimento económico não pode assentar na imposição de acrescidos sacrifícios aos trabalhadores e outras camadas sociais mais desprotegidas.

O PCP opõe-se à concepção do Governo de Cavaco Silva de que a força de trabalho é uma mera mercadoria, análoga a qualquer outra, submetida ao mero jogo da oferta e da procura.

Para nós, e inversamente ao que sucede com Cavaco Silva e o seu Governo, um elevado nível de emprego, a estabilidade no emprego e a melhoria progressiva dos salários e das prestações sociais (o alargamento do mercado interno), são objectivos prioritários e permanentes da política económica e não um mero resultado dessa política.

O abandono dos critérios monetaristas do Tratado de Maastricht e da política do escudo sobrevalorizado e de elevadas taxas de juro reais, o relançamento do investimento produtivo, a implementação de medidas de urgência para a agricultura e pescas (exigir da CEE medidas de salvaguarda, crédito bonificado e garantias ao escoamento da produção), são medidas imediatas e urgentes para travar a recessão.

O Governo opta por um país dependente, subsidiado e subcontratado.

O PCP bate-se por um Portugal desenvolvido, independente e soberano.

É possível abrir caminho para a saída da crise, através de uma política económica e social radicalmente diferente da actual, que privilegie o desenvolvimento da estrutura e da especialização produtivas, que promova um crescimento económico sectorialmente harmonioso e a redução das assimetrias regionais, que tenha por objectivos essenciais a eliminação do desemprego e a melhoria das condições e dos níveis de vida dos portugueses.

Lisboa, 20.07.93

TRABALHADORES

Ano lectivo é para esquecer

O Secretariado Nacional da Fenprof, reunido na passada sexta-feira em Lisboa, fez o balanço global do ano lectivo ora findo, considerando que:

«Foi um ano para esquecer, que apenas acentuou o profundo descontentamento que os professores já sentiam, consideraram os secretários nacionais da Fenprof.

Questões como a reforma educativa e o novo sistema de avaliação dos alunos, instituídas por decreto mas sem a criação das imprescindíveis condições de aplicabilidade, são disso casos paradigmáticos».

Que a política educativa do ME/Governo lançou o descrédito sobre as escolas e sobre todo o sistema educativo, foi outra das conclusões do debate havido no seio do Secretariado Nacional da Fenprof.

Impõe-se uma mudança clara da política educativa, o que, na opinião da Fenprof, passa também por uma mudança, necessária, da equipa ministerial, que considera não ter já credibilidade política para levar a cabo a necessária política de mudança.

O Orçamento de Estado para a Educação não pode ser um orçamento restritivo. A Fenprof continua a exigir do Governo que considere a educação como uma prioridade do desenvolvimento nacional, fonte primeira da valorização dos recursos humanos, o que exige no orçamento

de Estado para 1994 uma dotação mínima de 7% do PIB.

O Secretariado Nacional da Fenprof decidiu convocar uma reunião do seu Conselho Nacional para 30 de Setembro e 1 de Outubro, na qual proporá aos conselheiros a aprovação de um programa de acção para todo o ano lectivo 93/94.

Tal programa de acção integrará, necessariamente, matérias como a revisão salarial, a criação de condições de trabalho, nomeadamente para a generalização da reforma educativa, a solução dos problemas profissionais dos professores, tais como a abolição da prova de candidatura e a contagem integral do tempo de serviço, mas também matérias relativas ao estatuto social dos professores, à sua identidade profissional e à deontologia que deve reger este corpo.

Este programa de acção, a ser aprovado, implicará necessariamente a adopção de formas de luta, diferenciadas consoante os objectivos e os *timings* sindicais e políticos.

O Secretariado Nacional da Fenprof exige do Governo que o ano 93/94 seja o ano da mudança.

A educação não pode esperar mais.

Fenprof repudia inspecção a escola do Porto

O Secretariado Nacional da Fenprof decidiu manifestar publicamente o seu repúdio pelo processo de inspecção levado a cabo pelo Ministério da Educação na Escola Secundária Rodrigues de Freitas, do Porto.

Alvos desta inspecção são o Conselho Directivo e o Conselho Pedagógico da escola. Em causa está a decisão, oportunamente comunicada ao Ministério da Educação, ao Serviço de Inspeção e a outras entidades, de não reter nenhum aluno do 7º ano de escolaridade por a escola não ter condições para lhes facultar os apoios complementares previstos no novo diploma sobre a avaliação dos alunos. O secretário de Estado dos Ensinos Básico e

Secundário, promotor do novo modelo avaliativo, e publicamente grande defensor da autonomia das escolas, aparece agora também como principal responsável pela instauração do inquérito quando a Escola Rodrigues de Freitas decidiu, legitimamente, assumir essa autonomia.

O Secretariado Nacional da Fenprof manifesta a sua solidariedade para com os órgãos directivos e todos os professores desta escola. Ao mesmo tempo afirma ao Ministério da Educação não permitir que, para justificar o descrédito que lançou sobre as escolas, os professores e todo o sistema educativo, eleja os professores como bodes expiatórios.

Só no primeiro semestre de 93 12 mil despedidos e 10 mil em risco

Os mineiros de Aljustrel concentram-se hoje pelas 11 horas junto ao Ministério da Indústria, para exigir o anúncio da data para a reabertura da mina, actualmente com a laboração suspensa e os trabalhadores abrangidos pelo *lay-off*.

Os trabalhadores prometem que, caso não obtenham a resposta pretendida, deslocar-se-ão até à residência do Primeiro-Ministro, pelas 14.30, para perguntar «quando reabre a mina».

Pelas 10.30 é o STAL que realiza uma acção denominada «o piquenique dos 5%», frente à Secretaria de Estado do Orçamento. A iniciativa visa sensibilizar o Governo e a opinião pública para os resultados da «política miserabilista» com a qual o Executivo «vem perseguindo os trabalhadores da Administração Local».

A acção inclui «sardinhas, carro de música e, talvez, febras, se o dinheiro chegar». As reivindicações do sector, para além da revisão salarial, incluem a estabilidade de emprego e a revalorização das carreiras, entre outras.

Os trabalhadores da Movauto concentram-se frente ao Governo Civil do Distrito

de Setúbal, para protestar contra o anúncio feito pela administração de encerrar a empresa no dia 31 de Dezembro próximo.

Este encerramento irá provocar o despedimento de 214 trabalhadores.

A Comissão de Trabalhadores denuncia que a empresa pretende que os trabalhadores assinem a cessação do seu contrato de trabalho em 31 de Dezembro, até 30 de Julho, em termos que os privará do direito ao subsídio de desemprego.

No Funchal, o Conselho Regional da União dos Sindicatos da Madeira convocou para hoje uma acção de protesto contra o aumento da idade da reforma.

Em comunicado, a USAM refere que «a crise está instalada em quase todos os sectores de actividade da região». A União cita ameaças de despedimentos, o encerramento de empresas, salários em atraso e a repressão aos activistas sindicais em particular nos sectores dos bordados, hotelaria e similares, comércio, construção civil, indústrias eléctricas, telecomunicações, gráfico e madeiras.

Ministério divulga estatísticas

Suspensos desde 23 de Março último, o Ministério do Emprego decidiu finalmente descongelar os dados estatísticos do Instituto de Emprego e Formação Profissional, que indicam uma subida alarmante do desemprego em Portugal. Segundo números oficiais o número de desempregados era no mês de Junho de 332 843, ou seja mais oito por cento do que em igual o período de ano passado.

O desemprego registado relativo aos jovens atingiu em Junho os 91 761, mais 8,2 por cento do que em idêntico mês do ano passado e menos 3,0 por cento do que em Maio.

Os desempregados de longa duração, inscritos nos centros de emprego diminuíram em 12,6 por cento em Junho, face a igual período de 1992 e 3,4 por cento em relação ao mês anterior. As mulheres desempregadas,

registadas nos centros de emprego, aumentaram em 1,8 por cento em Junho, cifrando-se em 197 544, enquanto em relação a Maio diminuíram em 2,6 por cento.

Refira-se, entretanto, que nos últimos meses o Ministério fez uma limpeza aos números do desemprego entrevistando «mais de 30 por cento dos desempregados registados nos 10 maiores centros de emprego nacionais», como refere uma

nota ministerial que acrescenta que «a verificação a que se procedeu confirma a indispensabilidade e a justiça dos procedimentos adoptados».

Por último, os dados divulgados indicam que relativamente às ofertas de emprego registou-se uma quebra de 24,3 por cento em Junho deste ano, comparativamente a idêntico mês de 1992, situando-se em 6087, mas aumentou face a Maio em 2,9 por cento.

Finex corta férias e ameaça despedir

Num país fértil em acontecimentos insólitos já nada parece nos poder espantar. Talvez por isso, a administração da Finex tenha decidido informar os trabalhadores da Fábrica de Confecções da Maia que «tem muito trabalho e encomendas» e pedir que os trabalhadores façam horas extraordinárias. Não satisfeita, a entidade patronal alterou o período de férias com início previsto no próximo dia 26 deste mês para o dia 30 e, em vez de três, concedeu apenas duas semanas de descanso.

Como se não bastasse de arbitrariedades, a Administração queixa-se que os tempos são muito difíceis e que no mês de Setembro vai ter de despedir 150 trabalhadores!... Isto é claro numa primeira fase, diz, prevendo já episódios seguintes.

Os trabalhadores protestam justamente, até porque não só os obrigam a trabalhar horas extraordinárias, não remuneradas, repare-se, como lhes cortam indecentemente nas férias.

É mais um retrato da crise que, como afirmam os trabalhadores, parece «estar a servir apenas os interesses do patronato, a orientação política do Governo de destruição do sector produtivo e os despedimentos».

Governo diminui subsídio de desemprego

A CGTP-IN condenou e repudiou a intenção do Governo de prejudicar os desempregados, alterando a forma de cálculo do valor do subsídio.

O anúncio destas alterações partiu do próprio Conselho de Ministros que afirmou estar a preparar um diploma com alterações ao regime jurídico das prestações de desemprego, que vai provocar a diminuição dos valores do subsídio de desemprego.

No regime actual, o valor do subsídio é calculado com base na média dos salários dos últimos seis meses, contados a partir do segundo mês imediatamente anterior à data do desemprego.

No projecto do novo diploma, o cálculo faz-se com base não nos últimos seis meses mas nos últimos doze.

Desta alteração resulta naturalmente que o valor de referência, uma vez que abrange o período de 14 meses, passará a ter em conta salários não actualizados, logo mais baixos.

Indústrias eléctricas extinguem 2 mil empregos

A Federação dos Sindicatos das Indústrias Eléctricas (FSTIEP) alertou para a ameaça de extinção de dois mil postos de trabalho no sector. Como afirma o comunicado da Federação, várias empresas fabricantes de material eléctrico e electrónico estão em perigo de encerrarem ou vivem grande instabilidade devido a reestruturações que «são mero sinónimo de despedimentos».

A FSTIEP acusa o patronato de apesar de ter lucros «seguros» continuar a «teimar na contenção salarial» e a fomentar «atrasos significativos» no pagamento de salários.

A Federação recorda que desde 1988, quando se iniciou o processo de reestruturação na EDP, «foram destruídos cinco mil postos de trabalho e, enquanto continuam as pressões para a redução do emprego, a mão-de-obra é subaproveitada, os empreiteiros recebem trabalhos para que não estão preparados, as agências e postos de atendimento encerram... e a qualidade do serviço não melhora».

Para Setembro, a Federação anuncia que juntamente com os sindicatos irá empenhar-se em promover uma ampla discussão nas empresas do sector

e nos locais de trabalho da EDP sobre as formas de luta mais adequadas. Entretanto está a decorrer uma recolha de assinaturas, que conta já com sete mil nomes, que servirá de apoio a uma petição a apresentar na Assembleia da República para que seja discutida em plenário a situação da EDP.

A FSTIEP anuncia ainda que os sindicatos do sector irão participar na acção de denúncia pública das consequências da política de privatizações que a CGTP-IN convoca para o próximo dia 29 de Julho.

TRABALHADORES

Só no primeiro semestre de 93

12 mil despedidos e 10 mil em risco

11 822 trabalhadores foram despedidos no primeiro semestre deste ano, enquanto outros 10 335 se encontram em risco de perderem o emprego, revela uma lista da CGTP-IN, citada pela agência Lusa.

Das 104 empresas que constam desta lista «de exemplos de com despedimentos colectivos, rescisões de contratos ou encerramentos em 1993», 26 fecharam as portas, enquanto 18 se encontram paralisadas ou

em situação de pré-falência.

Dos 22 157 trabalhadores que perderam ou correm o risco de perder o emprego, destacam-se os cinco mil funcionários do sector aduaneiro que ficaram desempregados com a abolição das fronteiras alfandegárias no começo do ano, representando 62,5 por cento dos oito mil trabalhadores que ocupados nesta actividade.

A Lisnave, que aguarda a decisão sobre o processo de reestruturação que prevê o

aproveitamento dos terrenos dos estaleiros para o imobiliário e a concentração da actividade da empresa na Solisnor, deverá ser responsável pelo despedimento de quatro mil trabalhadores.

Na Telecom Portugal, agora separada dos CTT e em processo de reestruturação, é apontada a possibilidade de perda de dois mil postos de trabalho.

Entre as empresas que encerraram, destacam-se a Amadeu Gaudêncio, com o

despedimento de 800 trabalhadores, a Intexta, que eliminou 200 postos de trabalho, e a Scalabis, com o despedimento de 60 pessoas.

Nas empresas em actividade, destacam-se a Carlesa, onde 1200 trabalhadores estão em risco de perder o emprego e a Alcatel, cuja reestruturação obrigará à supressão de 990 postos de trabalho.

O sector que mais empresas tem nesta lista é dos têx-

teis, com 23 empresas, das quais 11 já encerraram. Entre as firmas citadas, encontram-se a Bortalima, a Arrancar e a Somelos.

As empresas da indústria eléctrica incluídas na lista são 16, onde foram suprimidos ou estão em vias de supressão 4126 postos de trabalho.

Lisboa é o distrito com maior número de empresas nesta lista, com 15, seguindo-se Stº Tirso, com 10, Braga, com oito.

Na recolha de exemplos feita pela CGTP ainda não constam empresas como a Renault Portuguesa, que concretizou o despedimento de 200 pessoas, a TAP ou a Caima.

A central sindical entregou esta lista ao Governo, numa reunião do grupo de trabalho que prepara o programa de luta contra o desemprego, criado no âmbito do Conselho de Concertação Económico e Social.

Trabalhadores da Casa Hipólito contra o lay-off

Os trabalhadores da Casa Hipólito estão em luta pela viabilização da empresa e contra o lay-off, que o conselho de administração pretende impor. Recentemente, em plenário nesta empresa metalúrgica situada na cidade de Torres Vedras, os trabalhadores decidiram encetar formas de luta com vista a impedir a suspensão de 141 trabalhadores por um período de seis meses.

Os 490 trabalhadores da Casa Hipólito exigem ainda a tomada de medidas de gestão desde há muito reivindicadas, no sentido de viabilizar a empresa.

Após a realização do plenário, os trabalhadores desfilarão pelas ruas da cidade até à Praça do Município, local onde se concentraram e entregaram um documento

com as suas preocupações ao executivo camarário, exigindo que a edilidade tome uma posição concordante com a importância da empresa para o concelho.

Os trabalhadores acusam o Conselho de Administração de negligência e falta de capacidade para conduzir os destinos da empresa, que apesar das promessas, espera desde 1987 medidas eficazes na parte comercial, industrial e de gestão que a tornassem competitiva.

No plenário, os trabalhadores contestaram que a única solução para viabilizar a empresa seja despedir trabalhadores. Isto até porque os 1388 postos de trabalho existentes em 1982 foram reduzidos para os 490 actuais, sem que a empresa tenha dado sinais claros de recuperação.

A verdadeira causa está na gestão incompetente que «sistematicamente recorreu a empréstimos bancários, com juros a curto prazo, o que levou a empresa a pagar encargos financeiros que, em alguns anos, atingiram 33 por cento do total da facturação, enquanto o crescimento das vendas era apenas de 32,6 por cento e dos encargos com pessoal de 15 por cento».

Na opinião da Comissão de Trabalhadores, «foram ignoradas medidas de reestruturação que possibilitassem a utilização da capacidade produtiva que a empresa tem, aumentando a sua tecnologia, a criação de novos mercados e novos produtos, tornando-a competitiva».

Por outro lado, os traba-

lhadores afirmam que, «no âmbito da gestão controlada aprovada pela Assembleia de Credores e homologada pelo Tribunal, com a aplicação do DL 177/86 em 1987, era credível a viabilização da empresa».

Os trabalhadores contestam o lay-off, já que consideram que a sua aplicação tem, nos termos da Lei, «subjacente a finalidade de recuperação económica da empresa», o que não parece acontecer, já que nenhuma outra medida foi apresentada pela administração. A comissão de trabalhadores sublinha que não acredita que «em seis meses pudessem ser tomadas medidas que o Conselho de Administração não foi capaz de implementar em seis anos».

Super e hipermercados em marcha de protesto

Dirigentes sindicais e trabalhadores dos supermercados e hipermercados concentraram-se na terça-feira frente ao Ministério do Emprego e Segurança Social exigindo a actualização salarial e melhores condições de trabalho.

Uma delegação composta por três sindicalistas entregou ao director-geral das Condições de Trabalho, Arlindo de Sousa, um documento sintetizando as reivindicações dos trabalhadores.

A marcha, que integrou 55 dirigentes e activistas sindicais, decorreu desde a sede da Federação sindical, na Estefânia, até à Praça de Londres, em Lisboa.

A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e o Sindicato dos Trabalhadores do

Comércio Escritórios e Serviços do SUL pretendem a publicação das portarias de extensão dos CCT, Comércio e Retailistas Distritais.

Os trabalhadores protestam contra o facto do Ministério do Emprego ter dispensado os super e hipermercados, desde Outubro de 1991, de praticar de 40 horas semanais com dois dias de descanso por semana.

Os dirigentes sindicais referem que «o Ministério é conhecedor do impasse nas negociações do contrato colectivo de trabalho e sabe que só as portarias de extensão actualizam com um mínimo de justiça as condições de trabalho de milhares de trabalhadores das grandes superfícies comerciais».

Greve dura há um mês na SCAPF

Os trabalhadores da Sociedade Comercial Abel Pereira da Fonseca estão em greve desde o dia 21 de Junho, reivindicando o pagamento dos salários em atraso e a recuperação da empresa.

Até ao momento a administração continua intransigente em relação ao pagamento dos salários e os trabalhadores não aceitam regressar ao trabalho enquanto não houver pagamentos.

A situação já foi denunciada junto de várias entidades, exemplo do Ministério do Emprego e Inspeção Geral do Trabalho, sem que se registassem alterações.

Como afirmam os trabalhadores, as dificuldades que a empresa atravessa não têm nada a ver com a crise eco-

nómica mas antes com a péssima gestão praticada ao longo de vários anos, que levou à perda de crédito, por acumulação de enormes dívidas à segurança social, finanças, banca e fornecedores.

Nos anos de 1987 e 1988, a empresa recorreu aos cursos de formação profissional, através dos fundos comunitários para, na opinião dos trabalhadores, obter capitais cujo destino é desconhecido.

Do enorme património que a SCAPF possuía há 21 anos, quando da compra da empresa pelos actuais accionistas, apenas resta o imóvel da sede, situada no Poço do Bispo, e um armazém em Runa.

CGTP-IN quer medidas para desemprego

Governo, patronato e sindicatos estiveram reunidos durante cerca de duas horas na passada terça-feira para avançar numa solução de compromisso no combate ao desemprego. No final da primeira reunião do Conselho Económico e Social, a CGTP-IN considerou que «infelizmente ainda não foi possível fazer um acordo», apesar da Central continuar a insistir que devem «haver medidas para travar o desemprego imediatamente». A CGTP-IN afirma que «as propostas apresentadas pelo Governo e patronato não são para combater o desemprego já, mas numa segunda fase e implicam medidas estruturais». Entretanto, ficou marcado o próximo plenário do CES para dia 30 do corrente mês.

Fábrica fecha em Albergaria

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Metalúrgicas do Norte contestou a «grave decisão» de encerrar a unidade fabril de produção de pasta de papel em Albergaria, da Companhia de Celulose do Caima. Tal decisão acarreta o despedimento de 202 trabalhadores e, como refere o STIQN, deve-se «à política desastrosa do Governo que está apostado em destruir o aparelho produtivo existente sem a preocupação de criar em alternativa novos postos de trabalho».

Enfermeiros admitem paralisar

Depois da recusa do secretário de Estado Adjunto do ministro da Saúde em receber uma delegação de dirigentes do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, o SEP anuncia que irá desencadear uma grande campanha de informação junto da opinião pública e iniciará o debate com os enfermeiros sobre outras formas de luta que «podem chegar à greve».

Os enfermeiros pretendem iniciar a negociação do Estatuto Profissional, para o que já entregaram uma proposta ao Ministério.

O sector considera que a definição dos direitos, deveres e competências dos enfermeiros é fundamental não só para os profissionais mas também para a população que só deste modo saberá o que deve exigir a quem lhe presta cuidados de enfermagem.

Pesca com Arte Xávega

A Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca apelou recentemente, em Aveiro, à intervenção das autoridades competentes no sentido de apoiarem «medidas urgentes» para a defesa da pesca com Arte Xávega.

Na nota endereçada aos ministros do Mar e do Ambiente e aos governadores civis de Aveiro e Coimbra, a Federação refere que da pesca de Arte Xávega - pesca de arrasto em que as redes são puxadas por tractores - depende grande número de famílias. Só no distrito de Aveiro há actualmente 27 companhias de pesca a trabalhar. Em Mira há mais cinco, devendo o seu número rondar a centena em todo o País.

Os pescadores queixam-se de «primeiro, serem confrontados pela Guarda Fiscal, que os proibia de pescar ao obrigá-los a vender o peixe em lota, quando os postos de vandagem se encontravam encerrados. Agora, que após a insistência dos pescadores os postos de vandagem estão abertos, é a vez do Ministério do Mar lhes impor a limitação do número de tractores com que trabalham, o que é o mesmo que proibi-los de pescar».

Greve atingiu 90% na Orgalimpe e Climex

A greve da passada segunda-feira dos trabalhadores da limpeza das empresas Orgalimpe e Climex, que prestam serviço em hospitais de Lisboa e do Barreiro, registou uma adesão de cerca de 90 por cento.

A paralisação teve como objectivo melhorar as condições de higiene e segurança, bem como exigir o cumprimento do contrato colectivo de trabalho. Os trabalhadores pretendem também um aumento do subsídio de refeição e a respectiva actualização anual.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Reforma do Tribunal de Contas PSD faz guerrilha institucional e quer reduzir acção fiscalizadora

A Assembleia da República aprovou em votação final global a reforma do Tribunal de Contas proposta pela maioria governamental. Após aceso debate, o PSD aprovou sozinho um diploma unanimemente considerado pela oposição como tendo um "destinatário concreto e pessoal: o actual Presidente do Tribunal de Contas".

Com efeito, de acordo com o texto aprovado, os juizes em exercício no Tribunal de Contas "só podem desempenhar funções docentes ou de investigação científica de natureza jurídica, não remuneradas,

em instituições que não beneficiem de verbas do Orçamento do Estado.

O impedimento do Presidente do Tribunal de Contas de ser relator em todo e qualquer processo, constituiu outra das determinações do diploma aprovado, que neste caso foi buscar o exemplo do Estatuto do Tribunal Constitucional, que impede o Juiz Presidente de relatar acordãos.

Apesar do PSD ter rejeitado pela voz de Cipriano Martins qualquer intenção da sua bancada no sentido de que a norma fosse dirigida ao actual Presidente do Tribunal Constitucional, tal não convenceu os

partidos da oposição, que não só atribuíram a "razões políticas e pessoais" a inclusão da referida norma, como a consideraram inconstitucional.

"Era mais sério escrever que o actual Presidente do TC, Juiz Conselheiro Sousa Franco não pode exercer funções na Universidade Católica", sublinhou a propósito o deputado comunista Lino de Carvalho, que apenas encontrou justificação na Lei por uma questão de "guerrilha institucional personalizada".

Para o deputado do PCP, as alterações propostas visam ainda "condicionar,

limitar a reduzir a capacidade fiscalizadora do Tribunal de Contas sobre as despesas públicas", ou seja, condicionar a acção de um órgão independente, razão pela qual, concluiu, é de admitir que o PSD "tem

alguma coisa a esconder ao País".

Lobo Xavier, em nome do CDS, por sua vez, manifestou-se "profundamente chocado" com a norma em causa, dizendo que ela foi determinada

"ao mais alto nível no PSD e pelo Presidente do Governo Regional da Madeira", e chamou a atenção para o facto de com esta norma o PSD atingir também a Universidade Católica.

Incompatibilidades de cargos políticos

Servir clientelas partidárias com desprezo pelos eleitores

Em reunião plenária especialmente convocada no passado dia 15, o PSD fez aprovar na Assembleia da República uma nova lei sobre o regime de incompatibilidades dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos que tem como objectivo isentar os Presidentes e os Vereadores de Câmaras Municipais da sujeição ao regime das incompatibilidades que recai sobre os titulares de cargos políticos.

Assim — como denunciou o Grupo Parlamentar do PCP — «não se trata já de uma lei sobre incompatibilidades, mas de uma lei sobre compatibilidades dos Presidentes e Vereadores das Câmaras Municipais.»

«O facto de a Assembleia da República ter sido chamada a decidir neste momento sobre esta medida, gorada a tentativa do PSD de a fazer aprovar de surpresa no último dia de funcionamento normal da Assembleia da

República, é bem reveladora da má consciência do Partido do Governo, para quem os interesses das suas clientelas partidárias está muito acima de quaisquer objectivos de moralização do exercício de funções políticas», sublinhou a propósito o deputado comunista António Filipe.

O Grupo Parlamentar do PCP caracterizou ainda esta medida como visando resolver problemas de falta de disponibilidade e de dedicação dos eleitos e candidatos do PSD às Câmaras Municipais e como reflectindo um conceito de exercício do poder que se preocupa essencialmente com os interesses dos eleitos e despreza os interesses dos eleitores. Sendo para além disso, uma porta aberta à drástica redução do tempo e energias dedicadas pelos eleitos às autarquias com graves prejuízos para as populações que os elegeram.

Governo limita discussão sobre o PDR

— acusa Octávio Teixeira

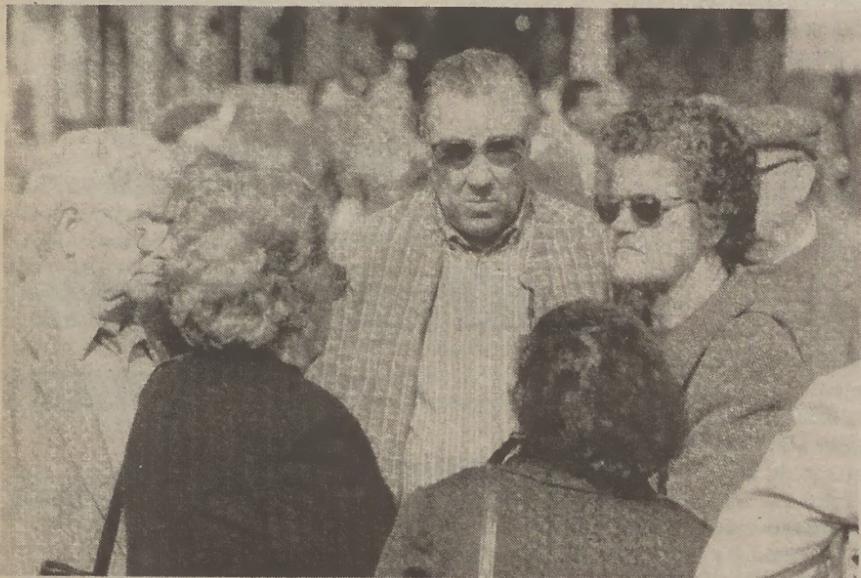
O líder parlamentar comunista, Octávio Teixeira, acusou o Governo e o PSD de não terem permitido que o debate sobre o Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) para o período de 1994/99 fosse precedido de "uma discussão cuidada e aprofundada" nas comissões especializadas. Foi na passada quinta-feira no decorrer de um debate onde o discurso de Valente de Oliveira, ministro do Planeamento, suscitou críticas várias, sendo considerado pelos partidos da oposição como apenas um enunciado de "boas intenções".

Para o presidente do grupo comunista, que verberou ainda o Governo por não querer discutir o PDR com ninguém a não ser com a Comissão de Bruxelas, trata-se de "mais uma manifestação viva da prática do Governo e do PSD, que conduz à degradação

da democracia em Portugal", substituindo a "soberania nacional pela supranacionalidade comunitária".

Octávio Teixeira lembrou ainda que o debate da passada semana, embora tendo interesse político, não teria qualquer efeito útil sobre o documento apresentado em Bruxelas, interpretando-o apenas como mais uma forma de o Executivo "cumprir um ritual formal que futuramente tenderá a usar para sofismar que o PDR foi objecto de apreciação pelos órgãos de soberania Assembleia da República".

"Já todos sabemos o que a «casa gasta», ironizou o deputado comunista, antes de acusar o Governo de no documento ter "amputado tudo aquilo que não é co-financiado pelos fundos comunitários" (ver artigo de Octávio Teixeira na página 18 desta edição).



Pensões da Administração Pública PCP quer corrigir desigualdades

Pôr termo à progressiva degradação das pensões que de há anos vem atingindo os trabalhadores aposentados da Administração Pública constitui o principal objectivo de um projecto de lei do Grupo Parlamentar do PCP. Recentemente entregue na Mesa da Assembleia da República, o diploma visa concretamente anular o diferencial que tem separado nos últimos anos a actualização do valor das pensões relativamente às correspondentes remunerações do pessoal do activo.

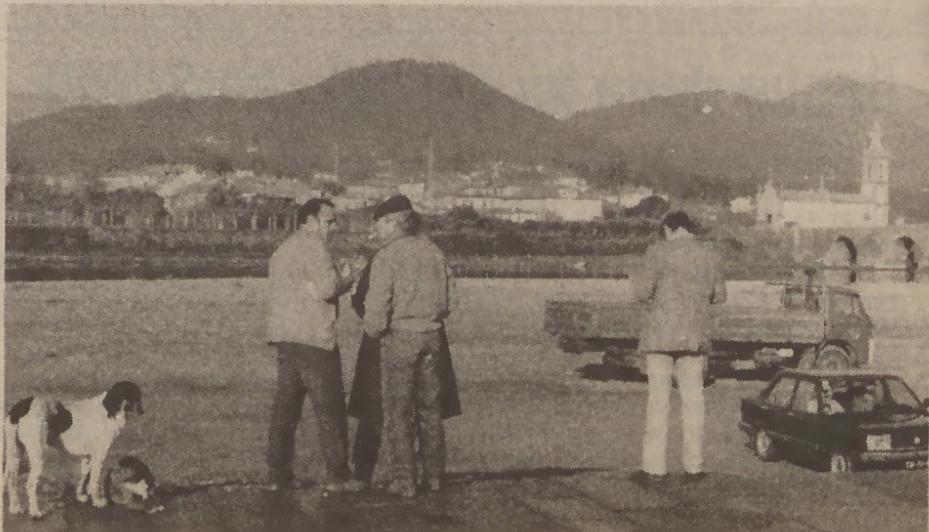
Com efeito, apesar de vigorar o princípio segundo o qual o trabalhador aposentado está sujeito a um estatuto que deve acompanhar de perto o dos trabalhadores no activo de igual categoria ou posto e de igual escalão ou nível, devendo os valores da aposentação aumentar na mesma proporção, a verdade é que esta determinação tem sido aplicada apenas a certos grupos. Beneficiados por este estatuto têm sido apenas, recorde-se, os magistrados (judiciais e do Ministério Público), os trabalhadores de alguns institutos públicos, bem como os titulares de cargos políticos no que respeita à subvenção mensal vitalícia.

Significa isto que a esmagadora maioria dos aposentados, em função

do sistema adoptado pelo Executivo, apenas beneficia da actualização por este estabelecida anualmente, que consiste na atribuição de um aumento percentual genérico que, como sublinha a nota preambular do diploma, "não garante a manutenção da paridade inicial do valor das pensões com o valor das respectivas remunerações do pessoal no activo".

Tal facto, na perspectiva da formação comunista, gera uma "situação de desigualdade de duvidosa conformidade com a Lei Fundamental", e tem levado a que certas melhorias remuneratórias estabelecidas para o pessoal no activo, designadamente revalorização de categorias ou carreiras e criação de suplementos remuneratórios, não se reflectam no valor das pensões, com a consequente progressiva degradação do valor das mesmas relativamente às remunerações correspondentes.

É a correcção desta situação que os deputados comunistas querem ver concretizada, propondo para o efeito a recondução do sistema de actualização do valor das pensões de aposentação e sobrevivência, "no âmbito do regime de previdência da função pública, aos princípios a que esse sistema se encontra subordinado".



JUVENTUDE

Um ano de balanço de política de Juventude JCP acusa Governo de nada ter feito pelos jovens

A Juventude Comunista Portuguesa (JCP) anunciou ontem em conferência de imprensa que vai propor, na reabertura dos trabalhos da Assembleia da República, a realização de uma Audição Parlamentar sobre a acção do Governo na área da Juventude. A proposta, que será apresentada através do Grupo Parlamentar do PCP à Comissão Parlamentar de Juventude, justifica-se depois de os jovens comunistas terem feito um balanço crítico ao último ano de actividade do Governo nesta área, em que se destaca a degradação da situação dos jovens em áreas tão diversas como o emprego, trabalho infantil, condições de trabalho, educação, ensino superior público, habitação, toxicodependência, Serviço Militar Obrigatório ou associativismo.

Para a JCP «por muito evidentes que sejam as incapacidades ou inépcias individuais deste ou daquele membro do Governo, a constata política do Governo PSD para a Juventude resulta sobretudo de uma opção política global e deliberada». Por isso os jovens comunistas pensam ser necessário criar condições para uma outra política e um outro Governo, pelo que «a JCP continuará a empenhar os seus melhores esforços na luta juvenil contra a política do Governo e na cons-

trução de uma alternativa que possa responder positivamente aos graves problemas com que Portugal e os jovens portugueses se confrontam».

Longe das promessas

«A “política de Juventude” que tem sido seguida neste último ano não podia estar mais longe das promessas com que o PSD aliciou muitos milhares de jovens, visando ganhar-lhes o apoio e o voto», acusa a JCP, que acrescenta: «Ao justo e natural descontentamento que a sua política tem gerado entre os jovens, o Governo PSD responde com a arrogância, com o agravamento deliberado das condições de vida, de trabalho e de estudo da maioria dos jovens, com uma demagogia aviltante, com um conjunto de medidas pontuais e propagandísticas que já não conseguem esconder a sua verdadeira face».

No levantamento dos problemas existentes, a JCP começa por assinalar o facto de o Governo ser responsável pelo desemprego com que milhares de jovens se vêem hoje confrontados. «A manipulação e a ocultação de estatísticas relativas ao desemprego em Portugal, por parte do Governo, não consegue esconder a realida-



de que se mete pelos olhos dos portugueses», acusam os jovens comunistas, que assinalam que todos os dias se assiste ao encerramento de empresas, à destruição de postos de trabalho, a despedimentos.

«O acesso dos jovens ao emprego é cada vez mais problemático. A protecção social dos jovens em situação de desemprego é praticamente inexistente. O Governo PSD lava as mãos como Pilatos de uma situação por que é inteiramente

responsável», conclui a organização.

Trabalho infantil

A JCP acusa o Governo de não tomar medidas eficazes contra o trabalho infantil, lembrando a «vergonha nacional» que é a sobreexploração do trabalho de crianças em idade escolar por parte de empresários sem escrúpulos. «Apesar das suas campanhas e alegadas boas intenções, o Governo

nada fez de concreto para pôr termo a essas situações. A acção da Inspecção Geral do Trabalho é ineficaz. O Governo não toma sequer as medidas regulamentares indispensáveis para que a legislação existente relativa ao trabalho de menores seja efectivamente aplicada», assinala o documento entregue ontem aos jornalistas.

Também o agravamento das condições de trabalho dos jovens é assinalado pelos jovens comunistas, realçando-se nesse aspecto a proliferação de contratos de jovens a recibo verde (sem qualquer protecção social), «fenómeno que se generaliza de forma ilegal e que o Governo incentiva e pratica». A desprotecção dos jovens face à arbitrariedade patronal que «assume hoje foros de escândalo por força de uma política claramente orientada contra os direitos dos trabalhadores» é também uma das acusações ao Governo feitas pela JCP.

Educação

Também a crise do sistema educativo mereceu um balanço nesta reunião, destacando-se que as condições da rede escolar do ensino público continuam a degradar-se; a reforma educativa foi generalizada de forma irresponsável e sem um mínimo de condições de aplicabilidade, enquanto um novo sistema de avaliação de alunos foi concebido e posto em prática com a finalidade de camuflar estatisticamente o insucesso escolar e a expulsão do sistema educativo, ao fim de nove anos, milhares de jovens sem qualificações credíveis.

Em relação ao ensino, a JCP acusa o Governo de continuar a restringir o acesso ao ensino superior públi-

co, apostando na abertura de estabelecimentos privados sem qualidade, enquanto as 28 mil vagas existentes no público não chegam sequer para metade dos candidatos. Por outro lado, o crescimento de vagas no privado «está a conduzir à perda de qualidade e ao descrédito do sistema do ensino superior e está a abrir caminho ao aparecimento de sistemas de novos *numerus clausus* e de exames de admissão no acesso a profissões com formação superior».

É por isso que a JCP acusa o Governo de manter um sistema de ingresso no ensino superior concebido como um absurdo campo de obstáculos a ter de suportar pelos estudantes, de que são exemplo as desgastantes e desnecessárias provas de aferição.

Acresce o facto de se seguir uma política de confrontação com os estudantes e com as instituições do Ensino Superior Público, na tentativa de impor a aplicação da injusta e absurda lei das propinas e de pretender desmantelar os Serviços Sociais Universitários, não assumindo as suas responsabilidades no sistema de acção social escolar. Sobre este aspecto, que afecta milhares de estudantes, diz a JCP que «as promessas do Governo de aumentar significativamente o apoio social aos estudantes do Ensino Superior não passaram de rotunda mentira. Ao contrário, o Governo aliena e destrói serviços. Passa para as instituições os encargos financeiros. Encarece os custos a suportar pelos estudantes. Deixa muitos milhares de estudantes do ensino superior sem qualquer apoio social. Substitui o apoio social por sistemas de crédito fortemente penalizadores para os estudantes que a eles tiverem de recorrer».

Habitação, droga, associativismo e clientelas partidárias

De entre o rol de acusações feitas ontem pela JCP ao Governo, numa conferência de imprensa sobre a política deste para a Juventude, conta-se a de o Executivo não ter tomado medidas que permitam uma verdadeira resolução do problema da habitação, optando por soluções de carácter pontual, explorando demagogicamente essas medidas, mas demonstrando incapacidade (ou falta de vontade política) de fazer face à profundidade do problema. «Um bom exemplo é o chamado “pacote das barracas”, extraordinariamente utilizado na propaganda do Governo, que se traduz numa distribuição de verbas e atribuição (condicionada) de encargos às autarquias, que estas terão dificuldades em suportar», diz o comunicado ontem divulgado.

Outra área que merece preocupações dos jovens comunistas diz respeito à toxicodependência. A JCP acusa o Governo de não tomar medidas adequadas a uma eficaz prevenção do consumo de drogas e de tratamento e reinserção social de toxicodependentes. «Sendo a toxicodependência um flagelo que afecta muitos milhares de jovens, continuam a ser diminutos os meios públicos destinados ao tratamento e à reinserção social de toxicodependentes. Só existem em todo o país 50 camas de internamento em serviços públicos vocacionados para o tratamento de toxicodependentes. Vastas regiões do país continuam a não ter sequer um centro de atendimento de toxicodependentes», diz a JCP.

Outras acusações são feitas ao Governo, nomeadamente a de «faltar às promessas quanto à redução do Serviço Militar Obrigatório, revelando uma política irres-

ponsável e demagógica nesta matéria» e de «faltar com os apoios que são devidos ao associativismo juvenil, reduzindo apoios, gerindo-os politicamente e não cumprindo a legislação existente. Em 1991, o apoio ao associativismo juvenil contou com um milhão 375 mil e 763 contos no Orçamento de Estado. Em 1993 conta apenas um milhão e 52 mil contos. A lei das Associações de Estudantes continua em larga medida por regulamentar e cumprir. Não são adoptados critérios de transparência quanto aos critérios a seguir pelo Governo no apoio ao associativismo juvenil».

Finalmente, a JCP acusa o Governo de «manter o aparelho de Estado ao serviço de clientelas instaladas, oriundas da JSD, canalizando apoios para amigos e apaniguados em vez de se empenhar na realização de reais iniciativas de apoio aos jovens». Como exemplo, faz-se a acusação de a JSD ter tomado «de assalto» a Secretaria de Estado da Juventude.

«Largos meses depois do anúncio, pelo ministro Marques Mendes, de uma profunda reestruturação do Instituto da Juventude, este continua a arrastar-se penosamente na sua ineficácia. A secretária de Estado da Juventude tem-se revelado uma mera comissária política da JSD, não tendo até à data protagonizado uma única medida política de real impacto positivo para os jovens portugueses. As acções de propaganda à custa dos dinheiros públicos e as entrevistas promocionais não escondem a total cumplicidade da secretária de Estado com todos os ataques que o seu Governo tem desencadeado contra os direitos fundamentais dos jovens», diz o comunicado.

Risco de derramamento na Ilha do Corvo

O deputado do PCP à Assembleia Regional dos Açores, camarada Paulo Valadão, enviou na passada semana um requerimento ao Governo Regional, a propósito dos riscos de desastre ecológico que representam as 60 toneladas de gasóleo e milhares de litros de óleo ainda a bordo do navio de pesca «Laadana», encalhado desde 23 de Maio na costa da Ilha do Corvo.

«Muito embora o Departamento Marítimo dos Açores tenha recentemente emitido um comunicado no qual se desvaloriza a possibilidade de um derrame de combustíveis com consequências gravosas para o equilíbrio ecológico do mar e costas do Corvo», diz o requerimento de Paulo Valadão, «o certo é que a situação não está esclarecida nem há garantia alguma de tal derrame não se verificar».

E o requerimento adianta:

«Já passaram 51 dias desde que o encalhe se deu sem que houvesse medidas de prevenção coerentes e sem que houvesse uma actuação firme que levasse o armador a actuar de acordo com as suas responsabilidades.

«Muito embora o Sistema de Autoridade Marítima não dependa dos Órgãos da Região Autónoma, o certo é que os Órgãos Regionais não se podem nem devem alhear de um problema desta natureza, problema esse que põe em risco o equilíbrio ecológico de uma das nove ilhas e mar circundantes».

O deputado comunista solicitou assim ao Governo Regional «resposta muito urgente» a duas questões — «Que atitudes e medidas de acompanhamento foram tomadas pelo Governo Regional face aos problemas e perigos levantados pelo encalhe do Landana na costa do Corvo?»

E também — «Face ao retardamento de uma solução para este caso quais as medidas tomadas pelos departamentos governamentais ligados aos problemas do ambiente?»

A candidatura PS em Viana do Castelo

O afastamento do cargo de Director de Serviço de Medicina Interna do Hospital Distrital de Viana do Castelo do médico Defensor Moura, que é simultaneamente candidato do PS à Câmara do concelho, é tema de uma nota da DORVIC do PCP, que comenta a pretensão do PS e seu candidato apresentarem a situação como consequência de tal candidatura. Considera a DORVIC que Defensor Moura «não foi reconduzido, não porque fosse incompetente nessas funções ou porque não tivesse promovido e desenvolvido o Serviço de Medicina Interna, melhorando a sua capacidade de tratamento e assistências aos doentes desse foro médico. Mas também não o foi por ser o candidato do PS às eleições autárquicas de 1993».

Sublinhando a reconhecida «competência e combatividade» do médico no campo profissional, e o facto de o mesmo haver assumido «posições de discordância com a política de saúde deste Governo e com a acção do Conselho de Administração do Hospital», posições que «o tornaram bastante incómodo», a nota do DORVIC salienta que «Defensor Moura não foi reconduzido para o cargo que ocupava não pelo facto de ser o candida-

to do PS à Câmara, mas sim pelo facto de ter uma opinião diferente dos órgãos de gestão do Hospital em que trabalha, logicamente executores da política de gestão deste Governo».

Para o PSD, o cargo de director de serviço hospitalar é assumido não em função de competência técnica, científica e de carreira, mas sim de confiança político-partidária. Isto é, não é importante ser um bom médico e bom gestor, o que é importante é ser do PSD, seja onde for. Por estas razões somos solidários com o dr. Defensor Moura. Mas também não podemos deixar de denunciar o que consideramos um claro oportunismo eleitoral.

De facto, num momento em que tanto se lembra a ética, que também existe em política, ao aparecer publicamente a assumir o seu afastamento como um «saneamento partidário», o PS e o seu candidato dão um mau exemplo de rigor e verdade. Somos solidários, como dissemos, com o homem, com o médico vítima de um «saneamento de opinião». Criticamos frontalmente o partido que o aproveita para se considerar vítima de um outro saneamento. Como arranque de pré-campanha eleitoral, é um mau início».

Aveiro

Uma situação preocupante

Tendo em vista um contacto mais directo do Grupo Parlamentar do PCP na A.R. com a realidade económica e social do Distrito de Aveiro, o PCP levou a efeito, no passado fim-de-semana, um conjunto de iniciativas, entre as quais reuniões com a União dos Sindicatos de Aveiro (USA) e com a Associação Industrial de Águeda (AIA) e, ainda, um encontro com trabalhadores da empresa Têxtil Almagra, em Valongo do Vouga.

Intervieram nestas iniciativas o deputado Arménio Carlos; Artur Ramísio, da DORAV do PCP; Júlio Balreira e Pedro Pinto, da Comissão Concelhia de Águeda.

A este propósito, a DORAV divulgou um comunicado considerando «deveras preocupante» o balanço feito no final das iniciativas levadas a cabo, «dada a acelerada liquidação de grande parte do aparelho produtivo do distrito e as terríveis consequências sociais» assim originadas.

Sublinhando a opinião dos representantes da USA, segundo os quais se assiste a «uma situação extremamente deteriorada, com tendência para se agravar no que diz respeito aos salários em atraso, ao desemprego e à violação dos direitos laborais e sindicais dos trabalhadores», a DORAV fornece alguns dados sobre a situação:

— Nos sectores do calçado, químico, têxtil, metalúrgico, corticeiro, cerâmico, madeiras e pesca conhecem-se perto de meia centena de empresas que têm ou pagam os salários com atraso, sendo vítimas desta injustiça cerca de 3400 trabalhadores.

— O desemprego, moti-

vado pelo mais diverso tipo de despedimentos (rescisões por mútuo acordo, pré-reformas, despedimentos colectivos, encerramento de empresas, redução de dias de trabalho), segundo os números oficiais atingia em Março do corrente ano 14 000 pessoas, o que dá uma média de 500 trabalhadores por mês que desde Janeiro se inscrevem nos Centros de Emprego.

— A violação dos direitos dos trabalhadores, começando pelo direito ao trabalho e ao salário e passando pelas dificuldades criadas às consultas pré-natais, o não pagamento das horas extraordinárias nos termos da contratação colectiva ou da lei, as dificuldades criadas aos dirigentes, delegados sindicais ou trabalhadores que reclamam os seus direitos, a realização de Plenários de acordo com a lei sindical, a imposição de horários para utilização das casas de banho em diversas empresas, entre outros exemplos.

— As perspectivas quanto ao futuro são preocupantes, dadas as dificuldades sentidas nos principais sectores de actividade do distrito (têxtil), no cerâmico, nos ramos metalúrgico das duas rodas, ferragens e

indústria naval, nas madeiras, nas minas, na química e nas pescas), atingindo seriamente alguns concelhos, como é o caso de Águeda, onde se assiste a uma situação de crise ou de dificuldades em praticamente todos os sectores.

Dificuldades em todos os sectores

Assim, é extremamente preocupante a situação de Valongo do Vouga, em virtude de uma grande parte da população estar dependente das empresas têxteis aí sediadas (Arrancar, Almagre, A.P. Vidal, Santelmo), todas elas alegando dificuldades. O mesmo se passa no sector cerâmico, sobretudo no de barro vermelho, onde, segundo a previsão da Associação Industrial de Águeda, se prevê o encerramento de cerca de 50 empresas no prazo de um a dois anos. O sector das ferragens atravessa também uma fase de grandes dificuldades, cujas causas estão ligadas à recessão que se verifica na construção civil, sector de que está muito dependente. O sector das «duas rodas», principalmente o das motorizadas, está igualmente em crise.

A União dos Sindicatos de Aveiro e a Associação Industrial de Águeda são unânimes quanto a algumas das causas para esta grave situação, nomeadamente quanto ao estado obsoleto de grande parte do equipamento de muitas das

empresas, à falta de medidas de protecção à produção nacional, à inexistência de uma política definida para a indústria portuguesa, à deficiente formação profissional e ainda, segundo a AIA, o desajustamento entre as Escolas e Universidades e as realidades das empresas.

Contudo, uma outra realidade foi também demonstrada pela USA: a 00 de que, embora sendo real a crise que assola muitas das indústrias, patrões há que à sombra desta fazem ou aumentam fortunas, explorando desumanamente os trabalhadores e utilizando os fundos comunitários que deviam ser aplicados na reestruturação e modernização das empresas e na formação profissional.

Como uma operária dizia, no encontro do deputado do PCP com largas dezenas de trabalhadores da Almagre, há patrões que argumentam com a crise para não pagar salários e para despedir trabalhadores e que ao mesmo tempo não se inibem de ostentar as suas fortunas, gastando dezenas de milhares de contos em casamentos, construindo grandes palacetes e passeando-se em carros de grande luxo, numa clara provocação a quem vive honestamente do seu trabalho e não recebe no fim do mês o seu salário.

O deputado do PCP, Arménio Carlos irá levar à Assembleia da República todo este conjunto de problemas e preocupações.

Desemprego, repressão e salários em atraso na Madeira

«A degradação da situação laboral e social na Região acentua-se a um ritmo preocupante, nomeadamente no que concerne ao aumento da precariedade, do desemprego, da repressão e dos salários em atraso», refere um comunicado emitido pelo Organismo do PCP/Madeira para as questões laborais, que reuniu no Funchal na passada semana.

A situação de salários em atraso em diversas empresas de construção civil, nomeadamente na ERG, em que existem retroactivos por receber e que muitos trabalhadores foram para férias sem receber o respectivo subsídio. A situação da «Madequipe» (empresa do Grupo Blandy) onde trabalham cerca de 100 trabalhadoras, que há mais de um ano vêm o seu posto de trabalho ameaçado, auferindo salários inferiores ao Salário Mínimo Nacional.

Nos bordados há falta de trabalho para as bordadeiras, nas fábricas surgem os salários em atraso. Na hotelaria o espectro dos salários em atraso paira em algumas empresas, a redução dos quadros de pessoal, que conduz à degradação dos serviços, é uma realidade na maioria dos hotéis, e as perseguições a activistas sindicais conduziu ao despedimento de um dirigente do sector, que trabalhava no Hotel Baía Azul. No sector da limpeza, portarias e vigilância impera a lei da selva, onde horários, contratos, salários e descontos legais não são respeitados.

Na empresa Horários do Funchal, a lei sindical não é cumprida e os dirigentes sindicais ficam impedidos de exercer a sua actividade, assim como não são pagos os 4 dias previstos na lei para desempenho na actividade sindical.

Perante estes factos, causa-nos grande preocupação a inoperância da «Inspeção Regional de Trabalho». A continuar esta situação, onde é que se vai parar?

É necessário por cobro a esta situação, o Governo Regional deve intervir no sentido de travar esta situação, são necessárias medidas para impedir o crescimento desenfreado da precariedade, o aumento do desemprego, e a degradação das relações de trabalho.

É necessário que se respeitem os activistas e dirigentes sindicais, representantes dos trabalhadores, democraticamente eleitos; parceiros sociais reconhecidos, tanto no plano Regional, Nacional como da Comunidade Europeia.

Por fim, o comunicado do Organismo do PCP/Madeira para as questões laborais saudou «a luta e a grande vitória dos trabalhadores do complexo balnear do Lido» e conclui apontando a necessidade de um Encontro Regional de todos os activistas sindicais comunistas e seus aliados para o próximo mês de Outubro.

PCP



A festa na Verderena



Encontro no Largo da Freguesia de Coima

Carlos Carvalhas no Barreiro

«Política do Governo revela incompetência e tem de ser derrotada»

Pelas onze horas da manhã, cerca de 50 pessoas esperavam no Largo da Junta de Freguesia de Coima a chegada do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Era a primeira de uma série de visitas a freguesias do Barreiro, durante as quais foram apresentados os cabeças de lista da CDU às próximas eleições autárquicas.

Joaquim Rosa, presidente da Junta de Coima no segundo mandato e candidato ao próximo sufrágio, fez em breves palavras um balanço positivo do trabalho realizado, manifestando confiança de que a CDU continuará à frente dos destinos da Freguesia.

Carlos Carvalhas viria a vincar mais esta ideia de confiança afirmando que «não é uma confiança cega mas a confiança natural de quem há quatro anos prometeu e vem hoje aqui dizer que cumpriu».

O secretário-geral do PCP, referindo a grande importância para as populações locais de autarcas que sejam «sérios, competentes e honestos», acrescentou que o significado das próximas eleições autárquicas ultrapassa o âmbito local ou regional podendo contribuir de forma decisiva para a derrota da política do Governo e para a constituição de uma alternativa democrática.

Na Freguesia de Palhais, a escassos quilómetros de Coima, Carlos Carvalhas foi calorosamente acolhido por cerca de centena e meia de pessoas, que o aguardavam no

Largo da Igreja, onde por sinal decorria um casamento.

A cabeça de lista da CDU, Ana Pires, fez a primeira intervenção salientando as razões da sua candidatura e alguns traços do programa que pretende desenvolver. Também aqui o trabalho realizado pela Junta, a que preside actualmente Maria José dos San-

questão em realçar o papel das mulheres nas autarquias, seguiu-se uma visita às instalações da Junta de Freguesia e do bem equipado Clube Recreativo e Desportivo de Palhais.

A caravana de automóveis que entretanto se formara dirigiu-se para a Freguesia de Stº António, onde se decorria um



Sala cheia, no Alto Seixalinho



Sessão em Stº André

tos, tem merecido o apoio e o reconhecimento da população. Após um breve discurso de Carlos Carvalhas, que fez

piquenique da CDU na Quinta dos Amassadores.

Lá o ambiente era de festa. Um conjunto musical feminino interpretava êxitos populares e o cheiro a sardinhas e febras assadas abria o apetite a quem ainda não o tivesse. Já depois da refeição actuou o Grupo Coral Alentejano «Os Amigos do Barreiro», seguindo-se o momento político, em que interveio Carlos Carvalhas. De acrescentar que no convívio, em que participaram mais de 300 pessoas, estavam ainda presentes, entre outros, Helder Madeira, presidente da Assembleia Municipal do Barreiro, Carmem Maria, vereadora da autarquia, Luís Carvalho, candidato CDU, e a deputada, à Assembleia da República, Apolónia Teixeira, também candidata à Assembleia Municipal do Barreiro. Todos eles participaram nas sessões realizadas nas freguesias de Stº André e do Alto Seixalinho, que decorreram durante a tarde.

Em Stº André, o presidente da Junta, António Raio, fez uma curta intervenção sobre o trabalho autárquico, seguin-



No piquenique em Stº António

do-se Carlos Carvalhas que criticou a política do Governo, considerando-o responsável pela crise que alastra no País. O secretário-geral considerou que «em Dezembro as dificuldades económicas e sociais serão muito maiores e o Governo vai procurar formas demagógicas para não perder a base de apoio».

Para Carlos Carvalhas, o Governo está já neste momento a tentar várias manobras para iludir o povo português: primeiro «tenta mostrar que há oposição ao Governo no interior do próprio PSD», procurando fazer crer que tudo é uma questão de pessoas; depois tenta «desviar a atenção dos portugueses para questões de menor actualidade como a revisão da Constituição e os poderes do Presidente da República»; por fim, referiu, tenta criar a ideia da «bipolarização do País entre o PSD e o PS, com o objectivo de eternizar o poder da direita».

Ainda no Barreiro, na freguesia de Alto Seixalinho, Carlos Carvalhas teve um encontro com a população no Centro Cultural. A sala foi pequena para as cerca de 200 pessoas que ali estavam. Pela

Junta de Freguesia falou António Subtil, que realçou a recente descentralização de competências para a Junta, exemplo da varrição, escolas, pavimentação de passeios, espaços verdes, etc. Como disse, este processo tem sido bem sucedido até porque «a Câmara não faz como o Governo - não descentraliza competências sem atribuir as verbas necessárias. A Freguesia está mais limpa, está mais verde, está melhor».

A Verderena, foi última Freguesia do Barreiro que Carlos Carvalhas visitou no passado sábado. Decorria uma festa de rua em que actuaram, para mais de duas centenas de pessoas, o rancho folclórico Danças e Cantares da Região do Barreiro, o grupo coral alentejano «Os Amigos do Lavradio» e o grupo de música popular «Os Trigaís do Lavradio». Depois da actuação destes últimos, Joaquim Escoval, da Comissão de Freguesia da Verderena do PCP, apresentou a lista dos candidatos da CDU realçando que «é constituída por um grande lote de mulheres, jovens, e independentes». Falou depois o cabeça de lista, Frederico Pereira, que salientou alguns

aspectos do programa da CDU. Por fim, interveio Carlos Carvalhas para criticar duramente a política do Governo, que considerou revelar «incompetência e irresponsabilidade e tem de ser derrotada nas autárquicas, com a luta dos trabalhadores e na rua». Aludindo à entrevista de Cavaco Silva transmitida pela RTP, o secretário-geral acusou o Primeiro-Ministro de «hipocrisia» quando aquele se diz estar preocupado com os reformados e desempregados «mas continua com a mesma política, que só leva a um maior agravamento da situação dos portugueses mais desfavorecidos».

O dirigente comunista frisou que o PS tem também «graves responsabilidades» na situação económica que o País atravessa, nomeadamente por ter feito a revisão constitucional com o PSD e ter assinado o Tratado de Maastricht. Carlos Carvalhas alertou, por outro lado, para possíveis operações de cosmética ministerial, afirmando a propósito que «nós não pedimos a demissão de ministros, quando pedirmos é a demissão, na altura certa, do Primeiro-Ministro e do Governo».



Com a população de Palhais

A «oposição» da RTP

Em carta dirigida à RTP, o Gabinete de Imprensa do PCP lamentou o facto de aquela televisão não haver feito «cobertura de nenhuma das várias realizações da CDU e do PCP, efectuadas no passado fim-de-semana, nomeadamente aquelas em que o secretário-geral do PCP participou», enquanto que «inseriu nos telejornais de maior audiência» relativos ao mesmo período, «noticiário referente a iniciativas de outras forças políticas».

Depois de recordar o vasto programa de iniciativas em que Carlos Carvalhas participou no passado sábado, a carta do Gabinete de Imprensa do PCP prossegue, registando com preocupação que, no «jornal de Domingo» passado, «o Secretário-geral do PS tenha sido, mais uma vez, incorrectamente referenciado como «o líder da oposição»». «Reafirmamos», diz a carta, «que o PCP sempre fez e fará oposição pela sua própria voz e através de tomadas de posição autónomas e propostas da sua inteira autoria».

PODER LOCAL

AUTARQUIAS 93

CDU
um bom trabalho
melhores
soluções

Comício-festa em Baião

Realizou-se no passado dia 10, em Santa Marinha do Zêzere, um comício/festa da CDU para apresentação dos candidatos à Câmara e Assembleia Municipais de Baião, respectivamente **Manuela Pereira** e **Manuel Rodrigues** e ainda do cabeça de lista à Junta de Freguesia de Santa Marinha do Zêzere, **António Pereira Pinto**, ferroviário reformado.

Lousada

A CDU de Lousada, vai, muito brevemente, proceder à apresentação pública dos seus cabeças de lista à Câmara e Assembleia Municipais de Lousada, respectivamente o dr. **José Fernando de Araújo Calçada**, de 46 anos. Inspector Pedagógico, Presidente do Sindicato dos Inspectores do Ensino, Membro da Comis-

Mais de 600 pessoas, número excepcionalmente significativo para aquela zona do Concelho, compareceram neste comício que contou, para além dos cabeças de listas citados, com a presença de **José Calçada** e **Isabel de Castro**, ambos deputados da Assembleia da República, o primeiro em representação do PCP e a segunda do Partido Ecologista «Os Verdes».

são Nacional da CNA – Confederação Nacional da Agricultura. É eleito à Assembleia Municipal de Lousada pela CDU desde 1989. É deputado da Assembleia da República pelo PCP desde 1992. É membro da Comissão Concelhia de Lousada do PCP. E **José da Silva Pinto Matos**, de 49 anos, industrial. É militante do PCP.

S. Pedro do Sul

Foi apresentada publicamente, no passado dia 14, a candidatura CDU à Câmara e Assembleia Municipais de S. Pedro do Sul. A candidatura CDU, que oportunamente apresentou o seu Programa ao eleitorado do concelho, declarou-se empenhada em servir o povo e o município, valorizando a democracia participativa, com a intervenção das populações nas decisões, iniciativas e trabalho concretos para resolver os problemas.

Os candidatos apresentados são os cabeças de lista à Câmara, **João de Lima Pinheiro**, independente, de 39 anos, licenciado em engenharia electrónica, Presidente do Conselho Directivo da Escola Preparatória de S. Pedro do Sul e membro do Executivo Distrital de Viseu do Sindicato dos Professores da Região Centro. À Assembleia Municipal, o candidato é **José Carlos Chão de Almeida**, independente, de 44 anos, bancário, membro da AM de S. Pedro do Sul pela APU e pela CDU, colaborador da Rádio Lafões e do Jornal «Gazeta da Beira».



João de Lima Pinheiro

Montemor-o-Velho

Prosseguindo o trabalho eleitoral no concelho de Montemor-o-Velho, a Coligação Democrática Unitária, em reunião bastante participada, definiu o seu candidato à presidência da Junta de Freguesia da vila, em sede do concelho. A lista conta já com uma equipa que dá todas as garantias de trabalho, honestidade, competência e participação em prol do povo da freguesia. O candidato à presidência da Freguesia de

Montemor-o-Velho é **António Cordeiro Piroto**, 39 anos, natural do lugar do Moinho da Mata, da freguesia de Montemor-o-Velho, funcionário público, Presidente do Centro Cultural, Recreativo e Desportivo do Moinho da Mata, dirigente da Associação Fernão Mendes Pinto, activista cultural e recreativo e ex-dirigente da Federação Nacional do Sindicato da Função Pública.

Ovar

O que marcará, sem dúvida, a diferença nas próximas eleições autárquicas em Ovar não será qualquer disputa entre figuras ou mais este ou aquele mandato para o PSD ou PS, mas sim a CDU estar representada no executivo Municipal.

O reforço das posições e do número de eleitos da Coligação Democrática Unitária nos órgãos de poder local do concelho de Ovar será a mais sólida garantia para a melhoria da qualidade de vida dos seus municípios, para sempre com eles dar a sua contribuição na resolução dos problemas locais.

Com estes objectivos, a CDU/Ovar apresentou os seus primeiros candidatos:

Monchique

O candidato à presidência da Câmara Municipal de Monchique é **José Lino de Carvalho**, com 71 anos de idade, comerciante, é membro da Comissão Concelhia de Monchique do PCP e da Coordenadora

da CDU de Monchique. Foi membro da Comissão Administrativa das Caldas de Monchique entre 1976 e 1980. Foi Vereador da Câmara Municipal de Monchique entre 1976 e 1980.

Há que tirar Peniche da situação de calamidade

A dra. Margarida Taveira, quando apresentava as linhas programáticas da CDU para Peniche

A dra. Margarida Taveira é a cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal de Peniche, conforme foi anunciado em conferência de imprensa, onde a candidata à presidência deste município apresentou as linhas gerais programáticas da campanha da CDU.

«Vivendo Peniche numa situação de quase calamidade e nível da pesca e das indústrias correlacionadas, que são o suporte de toda a sua actividade económica e a razão da sua existência, é natural que dediquemos à ultrapassagem desta situação, a principal das atenções da Câmara», afirmou a dra. Margarida Taveira, acrescentando:

Atingir este objectivo implica actuações conjuntas com os parceiros sociais locais diligências e pressões junto do Poder Central, tudo isto aliado a uma grande imaginação para descobrir e promover as medidas mais adequadas. Numa palavra, é necessário ser eficaz no desenvolvimento económico de Peniche e a Câmara não poderá deixar de estar na primeira linha das



movimentações para o alcançar.» Neste quadro, o lançamento imediato da construção da 2.ª fase do Porto de Peniche, que «permitirá garantir ganhos de produtividade indispensáveis ao futuro da pesca», bem como o relançamento da indústria conserveira, com novos produtos, são algumas das numerosas medidas que os candidatos da CDU defendem para Peniche no campo económico, a par de muitas outras nos sectores da habitação, do urbanismo e ordenamento do território, do desporto e cultura, do ambiente e saneamento básico.

Anunciado em jantar com mais de 600 pessoas

João Teresa Ribeiro de novo candidato por Vendas Novas

Num jantar que reuniu mais de 600 pessoas e contou com a presença do secretário-geral do PCP, **Carlos Carvalhas** fez-se a apresentação pública de candidatos da CDU ao Concelho de Vendas Novas. A lista à Câmara Municipal é de novo encabeçada por **João Teresa Ribeiro**, actual presidente do município (que, aliás, dirige desde 1980). João Teresa Ribeiro tem 47 anos, é licenciado em economia e militante do PCP.

«A população do Concelho de Vendas Novas conhece perfeitamente bem a gestão correcta e a importante e valiosa obra realizada, nos últimos 17 anos, pelos eleitos da CDU à frente da Câmara Municipal e restantes autarquias em benefício do desenvolvimento do concelho e da elevação das condições e qualidade de vida das populações», afirma a Comissão Eleitoral da Coligação, assinalando que «o notável trabalho feito pela CDU e seus eleitos é reconhecido tanto pelas populações como pelos seus próprios adversários», e acrescentando:

«A CDU e os seus eleitos, à frente das autar-

quias não só tem cumprido as suas obrigações legais como também têm ajudado, contribuindo ou resolvido problemas da competência legal do governo, por este se ter desresponsabilizado do seu efectivo cumprimento, designadamente nas áreas do ensino, da habitação, do desporto, da segurança social, da saúde e outras. Teria sido feito muito mais se fossem entregues à Câmara Municipal as verbas que lhe pertenciam por Lei. Só, nos últimos dois anos, foram-lhe retirados pelo governo 190 000 contos o que permitiria, por exemplo, resolver todos os problemas dos esgotos em todo o concelho», sublinha a CDU de Vendas Novas, concluindo:

«Queremos continuar, com todas as pessoas e instituições interessadas, a trabalhar mais e melhor pelo progresso da nossa terra, da nossa cidade e do nosso concelho e pela construção de uma vida melhor, mais justa, mais fraterna, com mais bem-estar e mais felicidade para todos os homens, mulheres, jovens, crianças e reformados do nosso concelho».

CDU exige medidas em Faro

A CDU pretende ver resolvidos problemas concretos que lesam a qualidade de vida dos municípios e nos quais a Câmara Municipal de Faro é interveniente directo, e onde pode tomar medidas de carácter urgente», de acordo com uma moção que apresentou na Assembleia Municipal, e onde referia especificamente «a existência de uma vacância a funcionar em pleno núcleo urbano dos Braciais, onde existe igualmente uma fossa a céu aberto cuja capacidade desde há muito está esgotada».

A CDU considera ainda que a Assembleia Municipal, órgão directamente eleito pelos municípios, para além da sua acção fiscalizadora, deve interceder pela qualidade de vida que a autarquia deve proporcionar aos mesmos. Nesse sentido, solicita igualmente «a execução dos arruamentos do Bairro da Cooperativa de Habitação Social Bons Camaradas, que estão por fazer há vários anos. Igualmente, o Largo de Santo Amaro necessita de ver concluídos os trabalhos de arranjo, enquanto a doca de Faro, junto à linha de caminho-de-ferro, precisa de iluminação e arranjo condigno dos passeios».

São situações que se arrastam há longo tempo, e que devem merecer a atenção do executivo, que «parece muito mais interessado em obras de fachada para encher o olho em período de pré-campanha eleitoral, enquanto trata com negligência os problemas concretos». Ao contrário do que o Presidente da Câmara, o socialista João Botelho, considera, a CDU

pretende «medidas de carácter urgente para os problemas em que a Câmara é interveniente directo, e no caso em que são outras entidades responsáveis, tome igualmente medidas no sentido de as pressionar, quanto à resolução de problemas que afectam o dia-a-dia dos municípios». A moção que levanta estes problemas concretos, foi aprovada por maioria na última sessão da Assembleia Municipal, ficando a CDU a aguardar que o executivo cumpra as recomendações, pois ainda resta quase meio ano de mandato, tempo suficiente para solucionar muitas situações problemáticas que se arrastam há tanto tempo.

Na mesma sessão da Assembleia Municipal de Faro, a CDU solicitou ao executivo de João Botelho o relatório de contas da autarquia do ano de 1992, que ainda não foi apresentado àquele órgão, e prepara-se desde já para pedir contas e «responsabilidades políticas de um buraco financeiro de cerca de um milhão e meio de contos». A CDU pretende que, no mais curto espaço de tempo, «o executivo camarário justifique perante a assembleia porque é que não paga aos fornecedores, porque não foram executadas obras consagradas no orçamento e porque estão a ser retirados os fundos do FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro –, que deveriam ser adjudicados às Juntas de Freguesia», entre outras questões que demonstram uma gestão pouco ligada aos reais interesses da população do concelho.

PODER LOCAL

Listas por Estremoz

José do Nascimento Dias Sena, natural de Estremoz — Sta. Maria, 40 anos, economista, docente do Departamento de Economia da Universidade de Évora, director do jornal Brados do Alentejo, membro da Assembleia Municipal de Estremoz, e eleito como independente da CDU, desde 1982, é o candidato da Coligação à presidência da Câmara Municipal de Estremoz. Segue-se, na lista da CDU a este órgão autárquico, os seguintes nomes:

Victor Manuel Cardoso Gomes da Silva, natural de Estremoz — Sto. André, 47 anos, engenheiro civil (IST), presidente da Assembleia Municipal de Estremoz de 1979 a 1982.

Luís Filipe Pereira Mourinha, natural de Estremoz — Sta. Maria, 37 anos, comerciante, presidente da Cooperativa de Habitação Económica — COBATA, desde 1986, vereador, eleito como independente pela CDU, da Câmara Municipal de Estremoz, no actual mandato.

José Emílio Câmara Vasconcelos Guerreiro, natural de Estremoz — Sto. André, 41 anos, sociólogo, director do Gabinete do Centro Histórico de Évora. Presidente da Câmara de Estremoz de 1982 a 1985 e vereador da CME desde 1985, eleito como independente nas listas da CDU.

José Manuel Fernandes Varge, natural de Estremoz — Sto. André, 41 anos, professor especializado do 1º Ciclo. Foi presidente da Junta de Freguesia da Sé (Évora) de 1986 a 1989.

José Emílio Câmara Vasconcelos Guerreiro é o cabeça de lista da CDU à Assembleia Municipal.

Heitor de Matos candidato por Setúbal

Num Encontro com a Comunicação Social, a CDU divulgou na passada terça-feira os cabeças de lista aos órgãos municipais e das freguesias do Concelho de Setúbal.

Heitor Manuel de Oliveira Matos é o cabeça de lista à Câmara Municipal, enquanto **Francisco Leonel Rodrigues Lobo** encabeça a da Assembleia Municipal.

Desde sempre candidato da CDU, **Heitor de Matos**, membro do PCP, tem 43 anos e nasceu em Évora, passando parte da sua juventude no Barreiro. Trabalhou

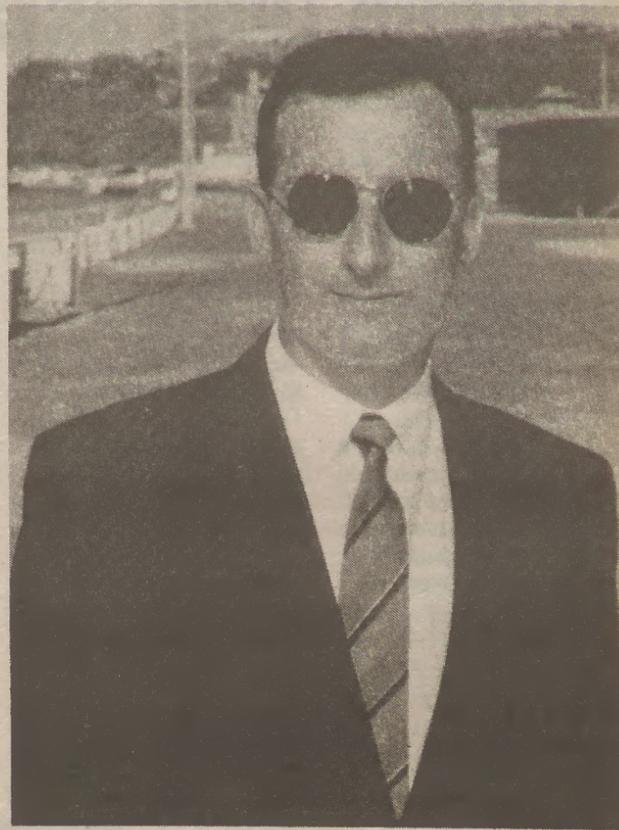
na Sapec entre 1977 e 1987, sendo membro da respectiva CT e dirigente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Sul. Trabalhador-estudante até à obtenção do Bacharelato em Engenharia Mecânica, o candidato da CDU é actualmente professor de Matemática da Escola Secundária do Viso, em Setúbal.

Francisco Lobo, em primeiro lugar na lista da Assembleia Municipal, com 63 anos, membro da DORS do PCP, foi Presidente da Câmara sadina entre 1979 e 1982.

No que respeita às freguesias, são os seguintes os cabeças de lista, todos do PCP:

| | |
|--|----------------------------|
| São Lourenço | — Diamantino Estalishnau |
| São Simão | — Joaquim Marcelino |
| Anunciada | — Carlos Rivais |
| São Julião | — Anita Vilar |
| Santa Maria | — Maria João Luz |
| S. Sebastião | — Joaquim Oliveira e Costa |
| Sado | — Carmelindo Elias |
| Pontes, Gâmbia e Alto da Guerra | — Manuel Damásio |

A CDU anunciou para breve uma iniciativa pública de arranque da pré-campanha eleitoral.



Heitor de Matos, candidato da CDU, à presidência da Câmara Municipal de Setúbal

Candidatura no Estoril

Num almoço-convívio realizado no passado domingo, foi apresentado o cabeça de lista da CDU à Assembleia de Freguesia do Estoril. Trata-se de **José Manuel Rodrigues Oliveira**, de 35 anos, ferroviário e membro do PCP. O almoço reuniu 60 pessoas e contou com a participação de **Jerónimo de Sousa**, do CC do PCP, e de **Carlos Sota**, candidato da CDU à presidência da Câmara de Cascais.



José Manuel Oliveira

«Apresentamos hoje a candidatura da CDU aos órgãos autárquicos da Freguesia do Estoril, constituída por um conjunto de homens e mulheres que têm provas dadas nas várias frentes, de empenhamento na resolução dos problemas da Freguesia e na melhoria das condições de vida da população. Por isso, assumimos o compromisso de tudo fazer, enquanto eleitos, para solucionar os muitos problemas do Estoril e transformar esta Freguesia num local onde se goste de viver», afirmou o candidato **José Manuel Oliveira**, após enunciar a vasta e eficaz intervenção da CDU na Freguesia do Estoril. E acrescentou:

«Vamos arrancar para uma batalha eleitoral, onde a população irá ser confrontada com as mais variadas promessas vindo muitas vezes de «para-que-distas» que nem o Concelho conhecem. Temos uma vantagem em relação a todos, que é o contacto permanente que temos mantido com a população das mais variadas

localidades da Freguesia. Foi um trabalho importante, com resultados positivos, como tarefa a partir de imediato temos de fazer com a CDU volte às populações».

Na sua intervenção **Jerónimo de Sousa** destacou e saudou a presença dos muitos independentes que apoiam e integram a lista da CDU para à AF do Estoril e valorizou o trabalho dos eleitos da Coligação na Câmara de Cascais e nos órgãos autárquicos do Concelho.

Após denunciar a recusa do PS em aceitar uma proposta de acordo avançada com o objectivo de afastar a direita do município de Cascais e de mais 19 concelhos onde imperam as suas ruinosas gestões, **Jerónimo de Sousa** sublinhou:

«Os graves problemas do Concelho de Cascais não se resolvem com chá e simpatia; a alternativa à direita, ao PSD, na Câmara reclama e exige programas e medidas concretas aliados ao trabalho, honestidade e competência da CDU.»

Parede O desnível da demagogia

Os Vereadores da CDU na Câmara Municipal de Cascais, **Vitor Silva** e **Carlos Sota**, consideraram que a recente posição do PSD na Câmara sobre a eventual instalação de uma passagem sobre ou sob a linha férrea no prolongamento da Rua Miguel Bombarda na Parede, «é demagógica e eleitoralista, quando afirma que irá pugnar "agora" pela sua construção».

Carlos Sota — que é o candidato da CDU à Câmara

de Cascais — relembra que aquando da construção da actual passagem desnivelada na Estação da Parede há cerca de quatro anos, «o PSD admitiu o fecho da passagem de nível contrariando a opinião dos utentes e nunca teve em conta os prejuízos que cresciam para a população e comerciantes».

Este Vereador enquanto responsável pelo Pelouro do trânsito e transportes públicos em 1990/1991 e com o

apoio dos comerciantes e da CP, estava na iminência de concretizar esta obra.

Dá para cá, todo o processo parou, continuando os prejuízos para os utentes desta zona da Parede, acrescido com o aumento dos custos de cerca de mais de 5000 contos da infra-estrutura.

Carlos Sota sublinha que esta passagem é necessária para os moradores a montante e a juzante no acesso aos vários «sítios» públicos da

Freguesia, para a potencialização de uma importante zona comercial da parede e para evitar a possibilidade de acidentes mortais.

O mesmo Vereador não tem dúvidas que se não fosse a opinião pública, e estando a 5 meses das Eleições, o PSD nem se lembrava deste problema e avisa que «a população da Parede deve continuar em alerta e fiscalizadora dos actos da Câmara, de molde a que a passagem seja concretizada».

Águeda Construir o futuro, dignificar o passado

Teve lugar no Souto-Rio, em Águeda, um Encontro da CDU com os órgãos de comunicação social tendo em vista a divulgação das principais linhas programáticas para o concelho e a divulgação dos primeiros candidatos das listas da CDU aos órgãos municipais. Estiveram presentes neste Encontro: eng. David Valente de Almeida, candidato à presidência da Câmara; dr. Paulo Sucena, candidato à presidência da Assembleia Municipal; dr. Manuel F. Louceiro, membro da ID-Intervenção Democrática; eng. Francisco Simões, prof. João Vasconcelos, Júlio Balreira, Fernando Alberto e António Ferreira, da Coordenadora concelhia da CDU; Artur Ramísio, da DORAV do PCP.

No início desta Conferência de Imprensa, **Júlio Balreira** apresentou os primeiros candidatos das listas da



CDU para os órgãos municipais, que são os seguintes:

Câmara Municipal: eng. David Valente de Almeida, industrial, candidato independente; eng. Francisco Simões, industrial, membro da Comissão Concelhia de Águeda do PCP; dr. Manuel F. Louceiro, médico, membro da ID-Intervenção Democrática.

Assembleia Municipal: dr. Paulo Sucena, professor,

membro da Assembleia Municipal de Águeda e membro do Comité Central do PCP;

Júlio Balreira, metalúrgico, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN, da União dos Sindicatos de Aveiro e Coordenador do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro e membro da Comissão Concelhia de Águeda do PCP; dr. José Carreira, professor na Esco-

la Secundária Dr. Adolfo Portela, candidato independente.

Seguidamente o candidato à Presidência da Assembleia Municipal de Águeda, dr. Paulo Sucena, apresentou as principais linhas programáticas da CDU para o concelho de Águeda, que têm por consigna «Por Águeda-a-Linda, Construir o Futuro, Dignificar o Passado».

Da esquerda para a direita: eng. Francisco Simões, dr. Paulo Sucena, eng. David Valente de Almeida e Júlio Balreira

JCP aprecia Ensino Superior Lutas vão aumentar porque tudo está pior

A Direcção Central do Ensino Superior da Juventude Comunista Portuguesa esteve reunida em Lisboa no passado fim-de-semana, tomando posição sobre a política educativa do Governo, o movimento associativo e suas perspectivas e o desenvolvimento da luta pela defesa do Ensino Superior Público.

As posições da JCP são expressas num comunicado que considera que a publicação do novo diploma sobre Acção Social Escolar (dec. lei 129/93) vem desmentir a ideia, advogada pelo Governo PSD de que o aumento das propinas iria ser acompanhado de um acréscimo da Acção Social Escolar e da melhoria da qualidade do Ensino Superior Público.

«Por outro lado, constata-se, mais uma vez, a desresponsabilização do Estado

em matéria de Apoio Social nomeadamente através da privatização de serviços e da extinção de outros, como por exemplo os Serviços Médico-Sociais de Lisboa», afirma a nota.

O novo Regime de Acesso ao Ensino Superior vem, segundo a JCP, demonstrar que a política seguida pelo Governo para a Educação tem vindo a ser responsável pelo atrofamento do Ensino Superior Público impedindo, à partida, o ingresso de mais de metade dos candidatos ao Ensino Superior, com a agravante de, pela primeira vez, se verificar a existência de uma maior número de vagas no Ensino Superior Privado do que no Público, com o conseqüente incentivo à proliferação do Ensino Superior Privado.

O facto de mais de 40 mil estudantes não terem ainda

efectuado o pagamento das propinas, apesar de já terem sido estipulados os prazos em todas as instituições, é para os jovens comunistas prova da extrema dificuldade do Governo em aplicar uma lei publicada há cerca de um ano.

Tendo em conta a progressividade dos montantes das propinas e a inevitável perda de isenção ou redução previstos na lei para os próximos dois anos (bastando para isso manter os actuais escalões) perspectiva-se um quadro favorável à continuidade da contestação à Política Educativa do Governo, diz o comunicado que salienta, o crescente consenso dentro do Movimento Associativo que levou à despartidarização de muitas Associações de Estudantes na sua grande maioria afectas à JSD.

Por outro lado, as alterações ao Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo evidenciam a intenção do Governo de ocultar as carências no Ensino Superior Público, provocadas pela inexistência de uma política educativa responsável e credível através de incentivos à criação de novos estabelecimentos de Ensino Privado, nomeadamente no interior do país.

«Com este novo diploma acentua-se ainda mais a indefinição nos critérios de criação e manutenção de estabelecimentos de Ensino Superior Privado, hipotecando desta forma qualquer garantia de qualidade neste tipo de ensino e pondo em causa o ingresso no mercado de trabalho dos seus frequentadores», explica o organismo da JCP, que no mesmo texto exige ao Pri-

meiro-Ministro um esclarecimento público sobre a acção de elementos do SIS (Serviços de Informação e Segurança), em manifestações estudantis e nas Direcções de Associações de Estudantes do Ensino Superior, bem como sobre a possível

existência de ficheiros de dirigentes associativos.

«A DCEs da JCP afirma o seu apoio à apresentação pelo Grupo Parlamentar do PCP de um inquérito parlamentar sobre a acção dos Serviços de Informação e Segurança», diz a nota.



A JCP encontra motivos para as lutas dos estudantes do Superior aumentarem de intensidade

Quem passa carteiras aos jornalistas?

O Acórdão do Tribunal Constitucional (TC) que declara a inconstitucionalidade da emissão de carteiras profissionais por parte do Sindicato de Jornalistas (SJ) baseia a sua decisão na alegada violação do princípio da liberdade sindical. O Acórdão do TC, a cujo conteúdo a Agência LUSA teve acesso, toma força de Lei aquando da sua publicação em Diário da República.

O TC considera que, apesar de não se exigir a sindicalização dos trabalhadores

como condição para a passagem da carteira profissional, título de estagiário e de equiparado a jornalista, por parte do Conselho Deontológico do SJ, «ainda assim, existe sempre o perigo real de a competência para a emissão desses documentos ser mal gerida».

Nomeadamente, o perigo de «os sindicatos se valem dela para — recusando a sua passagem aos não filiados ou simplesmente levantando-lhes especiais obstáculos — forçarem ou

sugerirem a necessidade ou a vantagem da respectiva sindicalização».

Assim, o TC considera que a norma do Decreto-Lei 513/79, que consagra a forma de emissão das carteiras profissionais, «contém uma segura margem de restrição — constitucionalmente ilegítima nos quadros do Artigo 18º da Constituição — à possibilidade de livre escolha sindical, já que nele se comporta "um certo potencial de coerção"».

Governo marginaliza rendeiros

O Movimento de Agricultores de Rendeiros do Norte acusa, em comunicado distribuído após uma reunião da sua direcção no fim-de-semana passado, o Ministério da Agricultura de marginalizar os rendeiros.

O comunicado do MARN diz que «como se já não bastasse sermos vítimas da grave crise que atravessa a nossa agricultura e também do Decreto-Lei 385/88 do Arrendamento Rural, que penaliza fortemente o rendeiro em relação ao senhorio, vem agora o Ministério da Agricultura, com total desprezo pelos agricultores rendeiros, anunciar, preto no branco, que estes continuarão completamente à margem da maior parte das ajudas comunitárias».

Como exemplo, o MARN diz que os rendeiros têm quota leiteira, mas não se podem candidatar ao resgate, porque não são proprietários da terra e que são agricultores a título principal, mas não se podem candidatar à reforma antecipada, porque não são proprietários da terra.

«Pela sua incapacidade de assumir a situação específica que caracteriza o estatuto de agricultor e rendeiro, o Governo vai empur-

rando-o decididamente para um beco sem saída, pondo em causa a subsistência económica e alimentar de centenas de famílias e as suas próprias habitações» diz o MARN que reclama:

«A alteração do regime do arrendamento rural, na parte em que é ameaçada a estabilidade e segurança dos rendeiros, por forma a ser contemplada a oposição do rendeiro ao despejo quando o mesmo coloque em risco a sua sobrevivência económica ou o risco de não conseguir habitação.

«A igualdade de oportunidades com todos os agricultores em relação a todas as ajudas comunitárias.

«O aumento do subsídio do gasóleo e baixa dos preços dos restantes factores de produção, que são os mais caros da Comunidade.

«A manutenção dum preço compensatório do leite na produção e garantia do aumento sazonal.

«O fim da discriminação governamental em relação à CNA — Confederação Nacional da Agricultura — porta-voz a nível nacional e comunitário, da grande maioria dos agricultores portugueses», conclui.

Lei dos Baldios é contra os povos

O Executivo da DORV do PCP considerou em comunicado de grande gravidade para o Distrito de Viseu, onde a propriedade comunitária dos Baldios ocupa ainda algumas dezenas de milhares de hectares, a convergência verificada, na Assembleia da República, entre o PS e o PSD, a que se juntou também o CDS e que permitiu a aprovação no passado dia 29 de Junho de 1993 de uma Lei que pretende substituir a actual Lei dos Baldios, histórica conquista dos povos serranos, alcançada com o 25 de Abril.

O comunicado, distribuído esta semana, diz que fruto de uma iniciativa do PS, o texto legislativo agora aprovado resulta da fusão das propostas dos dois partidos (PS e PSD) e concretiza um seu velho objectivo a destruição da gestão comunitária das terras baldias.

«O Executivo da DORV, não pode deixar de sublinhar a posição negativa

do PS, que não foi demovido da sua iniciativa nem pelo que ela representa de cumplicidade com o Governo do PSD por um partido de oposição, nem pelas repetidas e explícitas manifestações de repúdio pela alteração da Lei dos Baldios, evidenciada pelos Conselhos Directivos e compartes dos Baldios, designadamente do Distrito de Viseu, que, vezes sem conta, em jornadas de protesto, desfiles, concentrações, abaixo-assinados, mostraram o seu frontal repúdio por anteriores projectos e por este agora aprovado e de inequívoco apoio às Leis dos Baldios que vigoram desde 1976», diz o texto.

«O Executivo da DORV, ao mesmo tempo que condena a atitude política daqueles baldios, manifesta o seu apoio aos povos serranos dos Baldios que não deixarão de, mesmo que os lobos uivem, continuar a defender a sua propriedade comunitária», conclui.

Agricultores em tribunal

Os agricultores da região do Porto de Mós estão a ser notificados pelo Tribunal desta vila, na sequência da manifestação que levou ao corte da Estrada Nacional 1, em Maio último.

A Federação dos Agricultores do Distrito de Leiria (FADL) denunciou que «vários agricultores da região do Porto de Mós estão a receber notificações do Tribunal» para serem interrogados sobre o corte da Estrada Nacional 1 recentemente levado a efeito em S. Jorge.

Em comunicado distribuído, a FADL «denuncia esta actuação do Governo como uma manobra de intimidação intolerável aos agricultores», adiantando que «se alguém deve

prestar contas à justiça é o próprio Governo, como responsável que é pela destruição da lavoura na região».

No mesmo documento, a Federação dos Agricultores avisa que caso «os processos contra os agricultores não sejam retirados, será inevitável a realização de nova manifestação em Porto de Mós, reafirmando que nada nem ninguém nos fará retroceder, pois a nossa luta é justa».

O corte de estrada, levado a efeito no passado mês de Maio, teve como objectivo protestar contra a «entrada ilegal» de fruta de Espanha, o que, no entender dos agricultores, «impede o escoamento da produção nacional».

COMUNIDADE EUROPEIA

Presidência nova receitas velhas

A Bélgica assume a presidência da Comunidade Europeia neste segundo semestre do ano. Num momento em que se agrava a situação económica e social no espaço comunitário e em cada um dos Estados-membros, seria de esperar que a primeira prioridade da presidência belga fosse a procura de soluções para a crise. Não é isso que se anuncia.

Em vez de apostar em novas soluções e orientações que contrariem a incapacidade até agora demonstrada pelos Doze para fazer face ao problema, os belgas apontam como sua tarefa principal a implementação da 2ª fase da União Económica e Monetária (UEM), insistindo nas desacreditadas medidas de cariz monetarista que estão na origem da própria crise.

Na última sessão do Parlamento Europeu, a semana passada, o eurodeputado Joaquim Miranda fez notar precisamente isso, ao mesmo tempo que manifestava a preocupação dos comunistas com o facto de o programa da nova presidência, apesar de referir a necessidade de dar "à política social um novo impulso", apontar, contraditoriamente, para a "redução dos custos do trabalho e para uma equívoca repartição do volume de emprego por um número maior de pessoas".

Trata-se, segundo o eurodeputado, de apostar - como de resto ficou definido na recente cimeira de Tóquio do G7 - numa "ainda maior flexibilidade do mercado de trabalho, a redução salarial, a diminuição da segurança

social". Bem diferente é a posição dos deputados comunistas e do Grupo Coligação de Esquerda em que se inserem no PE. Considerando que a solução para a crise económica não passa pelo agravamento da situação social; defendem que a dimensão social não pode continuar a ser uma "mera figura de retórica", mas antes deve constituir "uma prioridade permanente da Comunidade".

Como defendeu Joaquim Miranda na sua intervenção sobre a presidência belga, para ultrapassar a crise "é indispensável a adopção de medidas e a consagração de meios ao relançamento do investimento produtivo e à criação de novos empregos", o que exige, nomeadamente, "baixar as taxas de juro,

apoiar efectiva e eficazmente as pequenas e médias empresas", sem para tal pôr em causa o acervo social e rompendo com a perspectiva ultraliberal que vem predominando na Comunidade.

Para o presidente do Grupo Coligação de Esquerda, confirmando-se a intenção de organizar uma cimeira extraordinária dos Doze (no Outono), e tendo em conta a incumbência feita à Comissão de apresentar um Livro Branco sobre o crescimento e o emprego, esta "deverá exactamente e em primeiro lugar ocupar-se da situação económica e social", não para repetir ou confirmar as "receitas" prescritas pelo G7 em Tóquio, mas para encontrar as alternativas que a grave situação exige.

Recurso

O Parlamento Europeu vai interpor recurso judicial contra a Comissão das Comunidades, por "omissão", devido aos atrasos na aplicação das regras comunitárias sobre livre circulação de pessoas.

A decisão foi na passada quinta-feira pela Mesa Alargada do PE, em que participam os seus presidentes, vice-presidentes e os líderes dos grupos políticos.

O Parlamento vai invocar junto do Tribunal Europeu de Justiça o artigo 8/0-A do Tratado de Roma, sobre a livre circulação de pessoas, a qual deveria ter entrado em vigor em 1 de Janeiro deste ano.

Na resolução aprovada pelo PE deplora-se a "falta de transparência" das decisões dos Doze em matéria de imigração e acusa-se a Comissão de assistir passivamente à adopção de medidas "sem controlo democrático", à revelia do Parlamento. O documento contesta ainda as medidas aprovadas em 1 de Junho pelos ministros da Justiça e/ou do Interior da CE para desencorajar e expulsar imigrantes ilegais, por considerar que a nova legislação fomenta a "discriminação social, económica e cultural" dos imigrantes.

Português

O Governo de Cavaco Silva rejeitou recentemente as reivindicações de uma centena de pais e alunos de língua portuguesa residentes no sul da Alemanha para alterar a rede de distribuição dos professores de português naquele país.

De acordo com uma directiva do Ministério da Educação, são extintas, nos 'landers' de Estugarda, as classes de língua portuguesa com menos de vinte alunos. A medida é contestada pelos encarregados de educação, que consideram que "o Governo corta o acesso aos cursos dos lusodescendentes que vivam mais afastados" dos novos núcleos de ensino.

Após um encontro infrutífero com o secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, um porta-voz dos pais afirmou à Lusa estar convencido de que "muitos pais vão retirar os filhos das aulas de português porque eles terão de se deslocar mais de 50 quilómetros até à escola mais próxima". E acrescentou que "os concelhos de pais da região de Estugarda vão organizar-se e criar a sua própria comissão para os representar nesta situação".

Condenação

O PE condenou o governo norte-americano por ter atacado o Iraque sem consulta prévia do Conselho de Segurança da ONU. A condenação consta de uma resolução comum dos eurogrupos Socialista, Verdes e Coligação de Esquerda, que obteve 122 votos a favor, 88 contra e oito abstenções.

O texto condena o ataque e rejeita o recurso ao artigo da Carta das Nações Unidas invocado pelos EUA para legitimar o acto, considerando que o mesmo "não pode ser invocado nestas circunstâncias". Embora reconhecendo o direito de todos os Estados "de se defenderem contra atentados terroristas", a resolução reafirma a sua "desaprovação por represálias que façam vítimas na população civil".

Recorda-se que o ataque a Bagdad matou pelo menos seis civis.

Na sua tomada de posição, o PE apela insistentemente aos EUA ou a qualquer outra nação para se absterem de acções armadas sem o acordo do Conselho de Segurança da ONU e reafirma que "o prestígio das Nações Unidas não permite a adopção de 'dois pesos e duas medidas'".

Legitimidades

A visita ao PE de uma delegação do Parlamento russo, a semana passada, ficou marcada por uma polémica pouco abonatória daquela instituição comunitária. Alguns eurodeputados, incluindo o presidente do PE, Egon Klepsch, contestaram a presença dos visitantes por considerarem que a delegação russa, chefiada pelo presidente do Parlamento russo, Ruslan Khasbulatov, não tinha "legitimidade democrática".

Um facto no mínimo insólito, já que a visita foi feita a convite de uma delegação de eurodeputados responsável pelas relações com a Federação Russa, presidida pela social-democrata alemã Magdalene Hoff, aquando da sua recente ida a Moscovo.

Na conferência de imprensa que assinalou o final da visita da delegação russa ao PE, Khasbulatov comentou os incidentes afirmando que o facto de presidir a um Parlamento não eleito por sufrágio universal "não o incomoda de todo" e estranhando o comportamento dos eurodeputados: "Há dois anos - disse - aquando do golpe de Estado em que se colocou ao lado do presidente de então, ninguém questionava (no ocidente) o método de eleição do Parlamento russo". Khasbulatov aproveitou ainda a oportunidade para lembrar que também a CE tem as suas situações particulares: "a Câmara dos Lordes do Reino Unido não é eleita democraticamente e os britânicos não têm Constituição" e o que não faltam são acusações por "violações aos direitos do homem na Irlanda".

Apesar de todas estas peripécias, o presidente do Parlamento russo considerou os contactos mantidos pela sua delegação como "uma troca de pontos de vista frutuosa sobre temas da actualidade europeia".

Fundos estruturais não resolvem a crise

O Parlamento Europeu aprovou a semana passada, em Estrasburgo, as alterações aos regulamentos destinados à gestão dos fundos estruturais a partir de 1 de Janeiro de 1994.

Em conjunto, os quatro fundos (FEDER/Desenvolvimento Regional, FEOGA/Orientação Agrícola, FSE/Formação Profissional e IFOP/Pescas) vão implicar nos próximos seis anos (1994/1999) investimentos totais da ordem dos 141 mil milhões de ecus (25 mil milhões de contos).

Segundo o eurodeputado do PCP, Rogério Brito, os resultados alcançados não foram os melhores mas foram os possíveis, o que "permite disponibilizar os recursos, a tempo e de acordo com as legítimas expectativas, sobretudo das regiões de Objectivo 1 (as menos desenvolvidas, como é o caso de Portugal).

Na sua intervenção, o eurodeputado comunista lembrou que os fundos estruturais foram inicialmente concebidos para sustentar as transformações estruturais necessárias ao desenvolvimento económico e social dos Estados-membros mais atrasados, mas que, com o agravamento da crise económica, "passaram a ter uma crescente procura e uma forte pressão, no sentido de serem alargados os seus âmbitos de aplicação, seja no respeitante às regiões elegíveis, seja no respeitante aos programas".

Na sua opinião, é cada vez mais necessário não só ter presente que a dispersão dos fundos corre o risco de torná-los ineficazes, como, sobretudo, que esses mesmos fundos, "enquanto instrumento de política, não podem substituir, nem influenciar, nem resolver ou corrigir as contradições e

as iniquidades geradas pelo sistema económico dominante e pelas estratégias macroeconómicas de cariz ultraliberal que determinam a natureza e a orientação das políticas que estão no cerne da crise vivida hoje pela Comunidade Europeia".

Rogério Brito chamou ainda a atenção do PE para o facto de não haver fundos estruturais que sejam capazes de resolver os erros de estratégias espaciais de desenvolvimento que conduzem à excessiva concentração urbana e industrial em prejuízo do interior dos países, da economia rural, com o empobrecimento e a morte das economias assentes nos sistemas primários, pelo que, a par da aprovação dos fundos, se tem de colocar a candente questão da sua boa utilização a nível nacional.

Como sublinhou, "se hoje

estão em causa os fundos estruturais, porque constituem um meio indispensável para alimentar as expectativas e a esperança de que a coesão económica e social seja possível, a verdade é que esta só será viável com a modificação qualitativa das políticas".

A aprovação definitiva dos novos regulamentos cabe ao Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Doze, reunidos para o efeito esta semana em Bruxelas. À hora do encerramento desta edição desconhecia-se ainda o resultado daquela reunião, que se anunciava difícil dada a posição da Irlanda, discordante quanto aos critérios de repartição das verbas que os restantes parceiros comunitários lhe pretendem impor e que implicam uma redução substancial da sua quota-parte dos fundos.

Perguntas à Comissão

A Comunidade Europeia está em vias de criar um "novo" "modelo social"?

Esta a questão que o eurodeputado comunista Sérgio Ribeiro colocou à Comissão das Comunidades, a propósito das recentes - e preocupantes - declarações do comissário Abel Matutes sobre as causas da crise europeia.

O comissário, usando o "argumento de autoridade" do diagnóstico apresentado pelo presidente Delors no Conselho de Copenhague, acusou o "Estado de bem-estar", ou seja a solidariedade social através da segurança social, das reformas e dos subsídios de desemprego, como a "principal causa da crise que vive a Europa".

Chegado a esta conclusão, propôs, enquanto con-

tributos para o "Livro Branco" que a Comissão Europeia está encarregada de elaborar até Dezembro próximo, "mais flexibilidade nas relações laborais", "diminuição da fiscalidade do trabalho", "barateamento no custo do trabalho", "aceitação da moderação salarial" e "revisão da estratégia sindical".

Recorda-se que para o comissário Matutes a potencial participação dos trabalhadores e suas organizações na definição do "novo" "modelo social europeu" passa por uma mudança de mentalidade já que, segundo afirma, os sindicatos que não entendem a moderação salarial tal como ele a entende são "seres do séc. XIX que têm de mudar".

Tendo em conta tudo isto e também que a segunda metade da década de 80 se caracterizou pelo "sucesso" de uma estratégia baseada na flexibilização de mercado do trabalho e na moderação salarial com vista a baixar sempre o custo salarial real unitário, nada mais pertinente do que questionar a Comissão, como faz Sérgio Ribeiro, se as ideias que o comissário claramente expendeu correspondem à posição colegial, e se é com esse ideário, procurando acelerar a estratégia que trouxe a Comunidade a esta situação, e à revelia dos parceiros sociais mais consequentes, que se pretende criar um "novo" "modelo social"?

Aguarda-se resposta.

O mesmo sucede a outra

questão do mesmo eurodeputado, desta feita à Comissão e ao Conselho, sobre a participação de estruturas de trabalhadores bancários na implementação de uma directiva que lhes respeita.

Dado o papel que é reservado aos trabalhadores bancários no controlo das actividades de branqueamento de capitais provenientes de actividades ilegais, nomeadamente do tráfico de droga, pergunta-se: "A integração da directiva sobre branqueamento de capitais nas legislações nacionais, e as suas regulamentações, não deveria, ao menos por princípio ou recomendação, beneficiar (no mínimo) da consulta aos mesmos trabalhadores e suas organizações?"

PCP no México e em Cuba

O II Congresso do Partido da Revolução Democrática, mexicano, realizou-se no passado fim-de-semana, na Cidade do México. O Partido Comunista Português, que enviou ao PRD a mensagem transcrita em separado, fez-se representar por Albano Nunes, membro do Secretariado e responsável pela Secção Internacional.

Do México, o camarada Albano Nunes seguiu para Havana onde, de 21 a 24

deste mês, participa no 4º Encontro do Forum de S. Paulo. Esta iniciativa reúne na capital de Cuba cerca de uma centena de partidos e organizações revolucionárias, democráticas e progressistas da América Latina, para além de organizações convidadas de outros continentes. O representante do PCP participará ainda durante a sua estada em Cuba nas comemorações do 40º aniversário do assalto ao Quartel Moncada.

Saudação do PCP ao II Congresso Nacional do Partido da Revolução Democrática

Prezados Companheiros!

O Comité Central do Partido Comunista Português transmite aos delegados ao II Congresso Nacional do Partido da Revolução Democrática as saudações de amizade e os melhores votos de sucesso ao PRD.

São bem conhecidas as tradições revolucionárias dos trabalhadores e do povo mexicano e as grandes batalhas travadas pela conquista da independência, em defesa da soberania, pela democracia e o progresso social. O México é um grande país com um importante papel no continente americano e no mundo, defrontando-se com problemas cruciais no plano económico, social e político. O PRD é hoje um partido desfrutando de significativo apoio popular e portador de um projecto democrático e progressista para a sociedade mexicana. A participação solidária do PCP no vosso Congresso é para nós uma excelente oportunidade para um melhor conhecimento das experiências de luta do PRD e da realidade do México, possibilitará um melhor conhecimento recíproco e o estreitamento das relações de amizade entre os nossos dois Partidos.

O PCP, partido da classe operária e dos trabalhadores portugueses, partido profundamente empenhado no desenvolvimento da luta popular contra a política antidemocrática e antipopular do actual governo e por uma alternativa democrática, partido que desenvolve a sua acção revolucionária com a perspectiva da edificação em Portugal de uma sociedade socialista, partido profundamente patriótico, é simultaneamente um partido internacionalista que considera a solidariedade dos trabalhadores e dos povos, dos comunistas, de todas as forças progressistas, de vital importância para o avanço da luta libertadora em cada país e no plano mundial. Solidariedade que adquire no momento actual uma importância decisiva face à ofensiva do imperialismo, e dos EUA em primeiro lugar, visando impor ao mundo uma «nova ordem» hegemónica pelo grande capital transnacional. Solidariedade particularmente necessária para com todos os povos que lutam contra a política de ingerência e agressão do imperialismo, como é o caso do povo cubano heróico que, face ao criminoso bloqueio imposto pelos EUA, prossegue a via socialista, defendendo com coragem e dignidade exemplar a sua soberania e as suas conquistas revolucionárias. Solidariedade de que o «Forum de S. Paulo», em que o PRD é uma força destacada, é uma expressão particularmente importante.

Profundamente interessados no desenvolvimento das relações de amizade e solidariedade entre o PCP e o PRD, renovamos, queridos companheiros, os melhores votos aos trabalhos do vosso II Congresso Nacional, no interesse dos trabalhadores e do povo mexicano, do progresso social, do socialismo e da paz.

Alemanha Fundos comunitários no combate à crise na ex-RDA

A profunda crise económica que se vive no território da ex-RDA, com as suas dramáticas consequências a nível social, levou a Comissão de Política Regional do Parlamento Europeu a considerar a necessidade de se apoiar, através dos fundos estruturais, o processo de desenvolvimento e recuperação da economia nos novos länders e em Berlim Oriental. O relatório da Comissão esteve a cargo do eurodeputado comunista Rogério Brito, em representação do grupo Coligação de Esquerda do PE.

É esse documento que, pelo seu interesse, a seguir se transcreve.

Com a unificação alemã em Outubro de 1990, os cinco novos Länder e Berlim Oriental foram integrados económica e socialmente numa concepção e filosofia de sociedade e de relações de produção e comércio completamente diferentes e com condicionamentos externos totalmente diversos.

As consequências, agravadas pelo modo e pelo ritmo imprimido às mudanças, foram dramáticas e não raras vezes traumatizantes.

Face às novas estratégias do mercado e à agressividade concorrencial, a produção e a economia em geral dos novos Länder sofreram um autêntico colapso, reflectido não só na perda de parte substancial do seu próprio mercado interno, como nas relações comerciais com o exterior.

O encerramento das empresas e a redução das capacidades produtivas conduziram à liquidação real de quase metade dos postos de trabalho, desencadeando problemas sociais externos e exigindo medidas de apoio estatais vultuosas que inevitavelmente teriam de afectar a estabilidade financeira da República Federal Alemã.

O desemprego, nunca antes sentido na ex-RDA, atinge hoje mais de 40% dos activos. Isto, apesar da população activa nos novos Länder ter baixado de mais de 9 milhões para cerca de 6 milhões, situação esta agravada pela iminência de muitos trabalhadores poderem ainda perder os seus empregos, particularmente nos sectores metalúrgico, agrícola e científico, bem como nas áreas do educativo, do social e da saúde.

Em 1992, as regiões mais afectadas, sobretudo as mais industrializadas até então, atingiam uma taxa de desemprego que nalguns casos excedia os 40%. E no caso da agricultura, o número de postos de trabalho baixou de aproximadamente 850 mil para cerca de 210 mil.

A produção industrial baixou 30% em cada um dos dois últimos anos, registan-

do-se uma evolução semelhante na agricultura. São avançados números extremamente elevados relativamente à necessidade de investimento em praticamente todos os sectores da sociedade para ajustamento económico, social e produtivo das regiões do Leste da Alemanha às ocidentais nos domínios da produção, do emprego, dos salários, da segurança social e da habitação. Quer para criar as mesmas condições de produção, quer para assegurar uma igualdade de condições de vida dentro do mesmo Estado. O volume de investimento necessário, recorrendo a cálculos simulados, e a preços relativos a 1990, para a década até ao ano 2000 poderia situar-se na ordem dos 600 mil milhões de ecus. Para financiar um investimento deste tipo seria necessário um crescimento anual real do produto nacional bruto de 9,5%. Um aumento anual da produtividade de 8% até ao ano 2000 significaria que as regiões da parte Leste da Alemanha podiam atingir 80% do nível das ocidentais.

Futuro preocupante

Mas o processo em curso revela elementos de distorção e agudização da crise de desenvolvimento nos novos Länder que justificam sérias preocupações e reclamam uma maior atenção quanto à evolução futura. A título de exemplo, refira-se que inúmeras empresas viáveis têm sido adquiridas e posteriormente fechadas de acordo com os interesses estratégicos da indústria alemã ocidental. Na agricultura, verifica-se que cerca de 50% da superfície agrícola comunitária retirada à produção é da ex-RDA e que esta, por sua vez, não detém mais de 3% da totalidade daquela superfície agrícola. Têm sido levantadas sérias reservas relativamente ao facto de os cinco novos Estados federados poderem evoluir de forma incompatível com uma integração equilibrada com a ex-RFA.

E um facto que o rendimento disponível aumentou significativamente, mesmo tendo em conta o aumento dos custos onde se inclui uma inflação de cerca de 20%.

No entanto, se se proceder à análise da distribuição do capital e se identificarem os detentores desse mesmo capital e dos meios de produção, poderemos constatar que estes se encontram sobretudo no Ocidente e que se são eles os reais beneficiários do processo de unificação.

O processo seguido nos cinco novos Länder poderá criar uma distribuição muito desigual dos capitais, traduzindo-se em oportunidades de rendimento desiguais se não forem tomadas medidas correctivas.

As pessoas no Leste estão hoje praticamente sem possibilidades de chegar à propriedade, assistindo ao agravamento progressivo das desigualdades na distribuição da riqueza. O ministro alemão do Emprego já se referiu ao perigo de, no ocidente, se ter o capital e de, na parte Oriental, na melhor das hipóteses, o trabalho.

São evidentes hoje, nos novos Länder, comparativamente à ex-RFA, elementos que determinam graves condicionamentos económicos e sociais ao desenvolvimento e caracterizam uma região em declínio: as carências estruturais e a falta de eficácia e competitividade de segmentos importantes do tecido produtivo, os deficientes meios e elevados custos de transportes, a necessidade de reconversão e adaptação da mão-de-obra às novas orientações da produção e do mercado, apesar de, no entanto, se registar uma elevada formação de base dessa mesma mão-de-obra, uma elevada taxa de desemprego e êxodo da população activa e um parque habitacional insuficiente e com grandes exigências de reparação e renovação.

Nesse sentido, a Comissão da Política Regional considera a necessidade de se apoiar, através dos fundos estruturais, o processo de desenvolvimento e recuperação da economia nos novos Länder e em Berlim Oriental.

Iniciativa Centro-europeia

Os dirigentes dos dez países da Iniciativa Centro-europeia (ICE), reunidos no passado sábado em Budapeste, decidiram promover junto das instâncias internacionais a integração da Europa Central na Comunidade Europeia.

Durante dois dias de trabalhos, os primeiros-ministros de Itália, Áustria, Hungria, Bósnia-Herzegovina, República Checa, Croácia, Polónia, Eslováquia, Eslovénia e Macedónia debateram, entre outras, questões de cooperação regional, a situação na ex-Jugoslávia e os direitos das minorias na Europa central.

No final dos trabalhos, os dirigentes da ICE aprovaram uma declaração política exigindo "a aplicação imediata de um cessar-fogo e o fim das hostilidades na Bósnia".

O texto salienta a necessidade de se encontrar uma "solução negociada" respeitando a "independência, a soberania e a integridade territorial" da antiga República da Jugoslávia.

Segundo informações veiculadas pela agência Lusa, o primeiro-ministro croata, Nikita Valentic, afirmou que a Croácia não está interessada no desmembramento da Bósnia-Herzegovina e que Zagreb "fará tudo para que os elementos constitutivos da Bósnia possam beneficiar de igualdade de direitos no quadro de uma República constitucional".

Os participantes na conferência manifestaram ainda a sua vontade de prosseguir a cooperação regional no seio da ICE e de abrir novas perspectivas de desenvolvimento para este fórum. A propósito, o primeiro-ministro húngaro, Jozsef Antall afirmou que "a ICE não é uma alternativa à CEE e que o objectivo é justamente o de promover a integração europeia, de abrir caminho à cooperação europeia" porque todos pretendem vir a integrar a CEE.

A cimeira da ICE encarregou ainda um grupo de trabalho de elaborar um relatório sobre os direitos das minorias na Europa central visando a convocação, até final do corrente ano, de uma conferência da ICE sobre as minorias.



Conselho de Segurança Condenação da Unita e compasso de espera a ver o que dá

O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou na quinta-feira, por unanimidade, a resolução 851, em que condena as acções da Unita e afirma reconhecer a legitimidade do governo angolano.

Uma tomada de posição positiva mas que fica aquém do que seria necessário, pois concede à Unita um longo prazo de dois meses para se decidir a voltar à mesa das conversações.

A resolução sobre Angola reitera a exigência de que a Unita aceite sem reservas o resultado das eleições e acate plenamente os acordos de paz, condenando o movimento de Jonas Savimbi por prosseguir com acções militares que "estão a resultar no aumento do sofrimento da população civil de Angola e prejudicam a economia".

O documento exige também a retirada da Unita das posições que ocupou desde o recomeço das hostilidades, após as eleições de Setembro de 1992, e apela às duas partes, "e em particular à Unita, para reiniciarem logo que possível as conversações de paz sob os auspícios das Nações Unidas com vista ao imediato estabelecimento de um cessar-fogo por todo o país e à plena aplicação dos acordos de paz e das relevantes resoluções do Conselho de Segurança".

O texto exorta todos os Estados a absterem-se de quaisquer acções que possam, directa ou indirectamente, prejudicar a aplicação dos acordos de paz, em particular qualquer forma de assistência militar directa ou indirecta ou outro apoio à Unita que seja inconsistente com o processo de paz. A resolução afirma ainda a disposição do Conselho de Segurança de impor sanções à Unita, incluindo o embargo de armas, caso não se verifique um cessar-fogo até 15 de Setembro, e exige que a Unita respeite os compromissos assumidos quanto ao programa de ajuda humanitária.

O documento prorroga o mandato da missão da ONU em Angola (Unavem II) por mais dois meses, ou seja, até 15 de Setembro.

Expressando grande preocupação com o agravamento da situação política, militar e humanitária em Angola, a resolução congratula-se e apoia os esforços do secretário-geral e do seu representante especial, Alioune Blondin, com vista à resolução da crise através de negociações, e pede ao secretário-geral, Butros-Butros Ghali, que elabore um novo relatório sobre Angola antes de 15 de Setembro.

Tanto e tão pouco

É de assinalar que nunca o Conselho de Segurança da ONU foi tão longe nas posições tomadas em relação a Angola. No entanto, face à dramática situação que se vive naquele país, é preciso dizer-se que continua a ser pouco.

A Unita já demonstrou, sem margem para dúvidas, não estar disposta a aceitar o resultado das eleições, internacionalmente reconhecido. Já deixou claro também que as suas esporádicas passagens pelo processo de negociações se destinam, sobretudo, a garantir os compassos de espera de que necessita antes de se lançar em novas acções militares.

Ninguém, minimamente informado, pode hoje duvidar de que a única "solução" que agrada à Unita é a plena tomada do Poder, esse que não ganhou nas urnas e se propõe conquistar pelas armas.

Neste contexto, entende-se mal o prazo de dois meses - até 15 de Setembro - dado à Unita para calar as armas e respeitar compromissos assumidos e sempre violados.

Dois meses é demasiado tempo quando, como o próprio Comité Internacional da Cruz Vermelha reconhece, morrem em Angola mil pessoas por dia, devido à guerra e à fome.

Dois meses é demasiado tempo quando os cadáveres se amontoam nas ruas do Cuito, onde as forças da Unita destruíram o hospital provincial, e os combates se travam corpo a corpo.

Dois meses é ainda demasiado tempo quando as medidas concretas pedidas pelo governo de Angola (o congelamento das contas bancárias da Unita para a compra de material bélico, a imposição de restrições à livre circulação transfronteiriça de membros da Unita fora do âmbito das negociações, o encerramento das suas representações no exterior, o limite à utilização de facilidades de propaganda nos meios de comunicação social nos Estados membros da ONU, entre outras) continuam por implementarem. Dois meses, enfim, é

demasiado tempo quando a Unita reage à resolução do Conselho de Segurança classificando-a de "não construtiva" e anuncia a continuação de acções militares.

Como lembrou recentemente no Cairo, na cimeira da OUA, o presidente José Eduardo dos Santos, nunca, como desde as eleições angolanas, "houve em Angola tantas mortes, tantas destruições, tantas pessoas deslocadas, improdutivas e sem abrigo, tanta doença e tanta miséria". Desde então, lembrou, "a ocupação pela Unita de algumas áreas produtivas vitais, a insegurança imposta em várias áreas rurais e a sistemática destruição de pontes e outras infra-estruturas económicas, impedem ou dificultam a livre circulação de pessoas e bens, a realização dos trabalhos agrícolas e a própria actividade produtiva e mercantil em geral, com graves consequências para a vida das populações".

Esperemos que os dois meses concedidos à Unita pelo Conselho de Segurança antes da tomada de medidas concretas para pôr fim à sua acção criminosa não sejam o tempo bastante para a liquidação de um processo que se pretende de paz.



Marcha pela Paz em Angola

Solidariedade com Angola

A Campanha de Solidariedade com Angola conheceu nos últimos tempos importantes e positivos desenvolvimentos.

Em Lisboa, o conjunto de organizações que até este momento já manifestaram a sua adesão à Campanha - destacando-se as autarquias, Assembleia Municipal e Freguesias, o Movimento Sindical e organizações de Paz e Solidariedade - promoveram um encontro com a comunicação social no passado dia 15, na Rua Augusta.

Para além da nota sobre o movimento de novas adesões na cidade de Lisboa, em especial dos locais onde a população poderá fazer entrega da sua solidariedade, foi feito o ponto da situação da Campanha tanto no aspecto político como humanitário.

A "Marcha pela Paz em Angola", anunciada na última edição do "Avante!", que se realizou em Lisboa no passado sábado, 17 de Julho,

da Estrela para o Pavilhão Carlos Lopes e que reuniu algumas centenas de pessoas, constituiu uma importante manifestação contra a guerra e pela paz em Angola, que está a provocar a morte de mais de 1000 pessoas por dia e a destruir as já muito enfraquecidas infra-estruturas da Nação Angolana, arruinada por mais de trinta anos de guerra e séculos de colonialismo.

A comunidade internacional, nomeadamente o Conselho de Segurança das Nações Unidas, continua a condenar e a responsabilizar Jonas Savimbi e a Unita pela continuação e o agravamento da guerra. Entretanto, a última resolução do Conselho de Segurança, apesar de positiva, encerra grandes contradições, ao deixar à Unita uma margem de tempo demasiado longa para cessar as hostilidades e assinar um acordo de paz duradouro. Dois meses podem representar a morte para muitos milhares de angolanos,

assassinados com as armas que, entretanto, impunemente, a Unita continua a receber, entre outros, dos fornecedores e traficantes sul-africanos e norte-americanos.

O espectáculo de solidariedade realizado no Pavilhão Carlos Lopes, com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, foi um momento de convívio entre portugueses e angolanos unidos num objectivo comum de lutar pela paz em Angola e em recolher ajuda humanitária para minorar o sofrimento provocado pela guerra, e contou com a participação de muitos artistas angolanos. Entre outros, usaram da palavra Aurora Verdades, presidente da AAMA, entidade promotora da iniciativa, e Helena Rato, da Direcção Nacional do CPPC, em nome da Comissão Coordenadora da Campanha de Solidariedade com Angola.

Por iniciativa do MPCA (Movimento Português Contra o Apartheid), Manuela Cunha assinalou o 75º aniversário do presidente do ANC, Nelson Mandela, prestando-se assim homenagem ao homem e ao lutador pela libertação do povo africano.

Também os recentes "Debates/Mesas Redondas" realizados no Porto, Lisboa e Barreiro, respectivamente a 3, 5 e 9 de Julho, constituíram momentos importantes para o desenvolvimento da Campanha.

No plano humanitário, respondendo a um pedido concreto do Hospital Pediátrico Jossina Machel, em Luanda, e de colaboração com o Movimento ZLAN/Municípios pela Paz, Ambiente e Cooperação, foi enviada uma primeira remessa de testes de tuberculina.

Entretanto, para além das entregas já efectuadas na Voz do Operário, a recolha de géneros continua a fazer-se a bom ritmo um pouco por todo o país, embora ainda longe das nossas responsabilidades e necessidades.

Um primeiro envio, estimado em 20/30 toneladas de alimentos, deverá ser expedido para Luanda ainda durante o corrente mês de Julho.

Após as férias, nomeadamente a seguir à abertura das escolas, a Campanha retomará as suas actividades com nova dinâmica.

Japão Liberais sem maioria

O Partido Liberal Democrático (PLD) perdeu a maioria nas eleições do passado domingo, no Japão. Presidido pelo actual primeiro-ministro, Kiichi Miyazawa, o PLD conquistou apenas 223 dos 511 lugares na Câmara Baixa do Parlamento, onde detinha a maioria desde 1955, o que vem abrir uma nova fase na vida política japonesa.

Ao contrário do que parece ser a opinião generalizada dos meios de comunicação, partidos políticos e até do seu próprio partido, Kiichi Miyazawa não parece disposto a demitir-se. Numa primeira reacção aos resultados eleitorais, o líder do PLD reconheceu que não pode deixar de se sentir "responsável" pelos mesmos, mas sublinhou que o PLD "continua a ser o maior partido" japonês e que "em política é lógico que os partidos busquem uma coligação para formar uma maioria absoluta".

Uma tese que tem mais opositores do que apoiantes, prevendo-se que a escolha do primeiro-ministro do novo governo, a ocorrer em sessão especial do Parlamento a realizar de 2 a 12 de Agosto, vá dar ainda muito que falar.

Abalado por uma longa sucessão de escândalos de corrupção - o mais recente envolvendo figuras importantes do partido e a empresa Tokyo Sagawa Kyubin - que levaram à apresentação de uma moção de

censura ao governo do actual primeiro-ministro, cuja aprovação forçou à dissolução da Câmara Baixa e à realização de eleições antecipadas, o PLD está hoje confrontado com a formação de um governo minoritário ou, o que é mais provável, à formação de um governo de coligação. Nenhuma destas hipóteses deverá passar por Miyazawa. A guerra pelo poder já estalou no seio do partido e os "barões do PLD" não se coíbem de vir a público dizer que o dirigente "deve demitir-se e aceitar as suas responsabilidades", ao mesmo tempo que o acusam de contribuir para a divisão do partido e de "ter falhado em levar por diante as reformas".

O tom da generalidade dos editoriais dos principais jornais japoneses aponta no mesmo sentido. Segundo o "Asahi Shimbun", o primeiro-ministro não só se deve demitir como o próprio PLD deve abandonar o Poder em benefício da oposição. O jornal vai mesmo ao ponto de apelar aos partidos da oposição para que não aceitem o convite do PLD para formar um governo de coligação.

Um comentário do "Financial Times" dá bem a imagem da confusão que se vive hoje no Japão, ao afirmar que o país pode vir a ficar com um sistema mais representativo, mas "difícilmente será para já e nem sequer há a garantia de que alguma vez venha a ocorrer".

CDU apresenta candidatos em Loures

O prestígio do trabalho num Concelho com futuro

Com a presença das mais significativas entidades económicas, sociais, desportivas e culturais do Concelho, a CDU de Loures fez, na passada semana, a apresentação pública dos seus candidatos aos órgãos autárquicos deste Concelho, o segundo mais populoso do País. Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, esteve presente e proferiu uma intervenção de que apresentamos alguns extractos. Demétrio Alves, o prestigiado presidente comunista da edilidade e de novo candidato ao cargo, apresentou o cabeça de lista à Assembleia Municipal de Loures, o seu actual presidente Manuel Veiga, bem como os efectivos da lista da CDU à Câmara, «homens e mulheres que não serão apenas bons candidatos — serão, ou já o são, bons autarcas», como sublinhou o presidente da Câmara Municipal de Loures no seu discurso, em convicção assente num saber de experiência feito, pois as listas da CDU integram não apenas nomes prestigiados no Concelho, como a generalidade da equipa que o tem dirigido.

A apresentação pública de candidatos da CDU aos órgãos autárquicos do Concelho de Loures teve lugar num restaurante local e o seu ambiente de festa e convívio não resultou, propriamente, do agradável local em que decorreu (o magnífico e amplo jardim do restaurante «A Horta»), nem dependeu de eventuais identificações político-partidárias dos convivas (que naturalmente também havia, dado tratar-se duma iniciativa da Coligação que governa o Concelho). O mais notável desta apresentação de candidaturas esteve, exactamente, na profusão e diversidade dos seus participantes, concretizando um impressionante painel das chamadas «forças vivas» do Concelho a manifestar um apoio expresso à CDU. Veja-se — e apenas segundo um breve apanhado da nossa reportagem: estiveram presentes o presidente da Associação dos Comerciantes de Loures, empresários, presidentes e membros de direcções das Colectividades, das Associações de Bombeiros, membros das ORTs, delegados sindicais, representantes das comunidades cabo-verdiana e hindu, membros da Comissão de Desalojados de Camarate, artistas plásticos e de teatro, membros dos Conselhos Directivos das escolas, para além de numerosos eleitos nas diversas autarquias do Concelho. Num quadro de apoios tão claros e diversificados, tomou-se natural o ambiente de confiança que caracterizou esta apresentação de candidatos da CDU, outra nota dominante da iniciativa que importa realçar.

«Por Loures, nos afirmamos»

Após o jantar, seguiu-se a anunciada apresentação pública de candidatos. Demétrio Alves fez a primeira intervenção (que publicamos ao lado), onde assinalou o nome de Manuel Veiga, actual presidente da Assembleia Municipal de Loures, como cabeça de lista a este órgão. Falando em seguida, este candidato, que é jurista e membro do PCP, começou por afirmar que «as candidaturas CDU constituem, em primeiro lugar, um compromisso de responsabilidade de homens e mulheres livres, que no trabalho colectivo e solidário, encontram o espaço certo da sua afirmação individual e inserem a sua acção desinteressada no pulsar dos mais prementes anseios populares, com vista a alcançar estádios ainda mais elevados de bem-estar e progresso para o Município de Loures. E, neste projecto colectivo, todos os órgãos municipais — a Assembleia e a Câmara Municipal; as Assembleias e Juntas de Freguesia — são chamados, no âmbito das respectivas competências, a contribuir para a realização do projecto comum e levar ainda mais longe o prestígio e afirmação da CDU!... Todos somos responsáveis! Trabalho, honestidade e competência são atributos que

Carlos Carvalhas As transnacionais vão ditar o que vamos produzir, quando e como

(...) Estamos hoje aqui num jantar-convívio de apresentação dos onze candidatos efectivos à Câmara de Loures e do cabeça de lista à Assembleia Municipal.

São candidatos com provas dadas, conhecedores do concelho, dos seus problemas e perspectivas.

E, na continuidade do valioso trabalho realizado, a CDU propõe-se, no próximo mandato, prosseguir com o seu estilo de trabalho, envolvendo os munícipes na resolução dos problemas, reforçando a atenção à qualidade das soluções adoptadas, continuando a estimular a participação dos cidadãos, prestando particular atenção às actividades socioculturais, ao ambiente e ao desenvolvimento do concelho, sem prejuízo do prosseguimento da construção de infra-estruturas e equipamentos.

Estamos em Loures, como é reconhecido, para servir as populações e, com elas, melhorar o nível e qualidade de vida no quadro das atribuições autárquicas.

É sabido que as eleições autárquicas se revestem de grande importância para a vida das populações. Mas estas eleições são também importantes por se verificarem num quadro de uma grave situação socioeconómica, não deixando de ter significativas repercussões na evolução da política geral do País. A opção pela CDU é a opção mais segura e garantida, pelas provas dadas, mas é também a que representa a mais firme e consequente condenação da política do Governo. (...)

O Primeiro-Ministro confessou na terça-feira à noite no canal 1 da RTP que não tem uma estratégia nacional de desenvolvimento para Portugal.

Ao afirmar que cabe ao mercado decidir o que vamos produzir, em que é que vamos ser competitivos, o Governo assume claramente uma postura de desresponsabilização deixando a sorte do nosso aparelho produtivo, agricultura, pescas, indústria, serviços, ao sabor do resultado da concorrência desigual, do resultado do embate da panela de barro com a panela de ferro.

Por outras palavras: na opinião de Cavaco Silva quem vai ditar o que vamos produzir, quando e como, não vai ser o governo português, nem os portugueses, mas as transnacionais, pois o mercado não é uma entidade abstracta.

É a total abdicação da defesa do interesse nacional. É a aceitação do domínio pelo grande capital internacional das alavancas fundamentais da nossa economia que será assim cada vez mais dependente, subcontratada e apendicular.

Postura de submissão ainda quando confessa também que no caso da Renault o governo português nada pode fazer, que tudo resulta do funcionamento do mercado... E isto, apesar de o IPE fazer parte da administração e de a Renault nunca ter cumprido integralmente os compromissos assumidos. **Mais parecia que se estava a ouvir a voz de um Director-geral da Renault, dita portuguesa, do que a voz de um Primeiro-Ministro de um país livre, independente e soberano.**

neoliberais do interesse do grande capital.

A crise não é para todos

É hoje claro que são vários os propagandistas do PSD que procuram difundir a ideia de que a crise é para todos, que há que interiorizar a crise, que há que escolher entre reduzir salários e abdicar de regalias e direitos conquistados ou perder o emprego.

É um cinismo completo. **Em primeiro lugar a crise não é para todos.** Mesmo nos sectores em que a crise é mais aguda, muitas empresas fazem fortunas e aumentam o seu domínio no mercado em consequência da mesma crise. Depois é conhecido que a concentração de riqueza prossegue a ritmo acelerado e que as actividades especulativas e parasitárias continuam a florescer.

Em segundo lugar o Governo sabe muito bem que muitas empresas estão descapitalizadas e em graves situações financeiras em resultado da sua política e que não são os trabalhadores os responsáveis. O Governo é que deve modificar a sua política de sobrevalorização do escudo, de altas taxas de juro reais e de penalização da actividade produtiva estrangulando empresas e sectores inteiros como é o caso da agricultura e das pescas. **O Governo penaliza com a sua política as empresas e o sector produtivo e depois com todo o cinismo e hipocrisia diz que quer promover a "concertação social" e faz apelos ao "patriotismo" dos trabalhadores.**

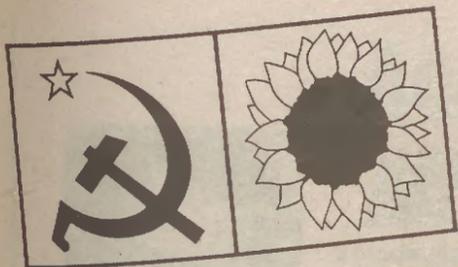
É intolerável que o Governo continue a lavar as mãos como Pilatos, desresponsabilizando-se da actual situação económica e social, que continue a promover o negociadismo em áreas sociais como a saúde e o ensino.

É inaceitável que o Governo continue a fugir às suas responsabilidades face à delapidação dos 300 milhões de contos das provisões do Banco de Portugal para sustentar um escudo sobrevalorizado.

O Primeiro-Ministro deve explicações ao País sobre os 300 milhões de contos de prejuízos registados pelo Banco de Portugal e sobre uma política que o ameaça de «bancarrota» o próprio Banco Central. (...)

E tal como o fez no seu discurso sobre o Estado da Nação, o Primeiro-Ministro, exceptuando algumas brevíssimas palavras sobre problemas e preocupações existentes, que se viu obrigado a dizer para evitar que se pensasse que vive totalmente num país inventado, em toda a sua entrevista exibiu uma clara insensibilidade face aos dramas e realidades da vida dos portugueses e do País. (...)



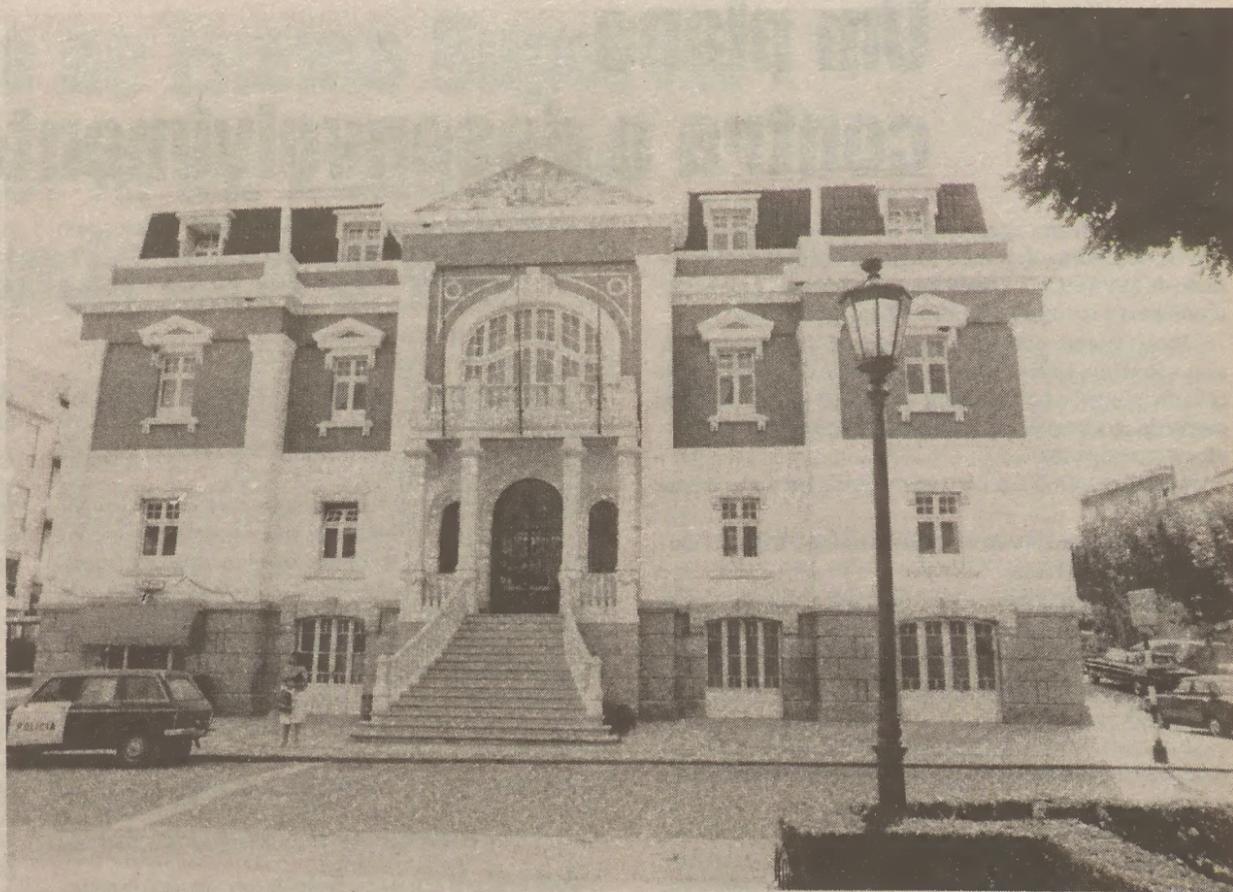


PCP-PEV
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS PARTIDO ECOLÓGISTA "OS VERDES"

todos perfilhamos e que a todos engrandecem», sublinhou Manuel Veiga que acrescentou, mais adiante:

«Por Loures, nos afirmamos, quando outros mal balbuciam ainda a expressão das suas pretensões políticas e, noutros espaços, buscavam os pretextos da sua afirmação pública para aqui virem, finalmente, desembocar... A CDU orgulha-se deste pacto de progresso que mantém, desde o 25 de Abril, por sucessivos mandatos, com as populações do Concelho de Loures, alicerçado no conhecimento mútuo e na fecundidade do trabalho solidário... Partimos para a nova batalha política, estimulados pela obra realizada, firmemente escorados nas raízes profundas do povo, de onde emergimos, conscientes das novas realidades e das novas exigências de bem-estar e progresso!... A população conhece-nos! Temos objectivos claros e actuação transparente... O eco da nossa vontade política repercute-se, sem mediações, nem barreiras, na consciência colectiva da população do concelho!», concluiu o presidente da Assembleia Municipal de Loures.

HC Edifício dos Paços do Concelho, em Loures



Os candidatos

Manuel dos Santos Veiga, 52 anos, licenciado em Direito, presidente da Assembleia Municipal de Loures, membro da Comissão Concelhia de Loures do PCP, é o cabeça de lista da CDU à Assembleia Municipal de Loures, enquanto os candidatos efectivos da Coligação para a Câmara Municipal são os seguintes:

Demétrio Carlos Alves, 43 anos, engenheiro químico, presidente da Câmara Municipal de Loures, membro da Direcção Regional de Lisboa e da Comissão Concelhia de Loures do PCP.

Francisco Lourenço Pereira, 36 anos, operário, vereador da Câmara Municipal de Loures, membro do Comité Central, da Direcção Regional de Lisboa e da Comissão Concelhia de Loures do PCP.

Duarte Nuno Alves Clímaco Pinto, 54 anos, gestor de empresas, vereador da Câmara Municipal de Loures, membro da Comissão Concelhia de Loures do PCP.

Paulo Jorge Piteira Leão, 27 anos, programador editorial, vereador da Câmara Municipal de Loures, Membro da Comissão Concelhia de Loures do PCP.

Ernesto Aires Dinis, 34 anos, empregado de escritório, vereador da Câmara Municipal de Loures, membro da Comissão Concelhia de Loures do PCP.

José Manuel Abrantes, 33 anos, operário gráfico, membro do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Loures, membro da Direcção Regional de Lisboa e da Comissão Concelhia de Loures do PCP.

Maria Fernanda Mateus, 34 anos, operária, membro do Secretariado Nacional do Movimento Democrático de Mulheres, membro do Comité Central do PCP.

Arménio de Figueiredo, 34 anos, engenheiro, membro do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Loures, membro do Conselho Nacional do Partido Ecologista «Os Verdes».

Jorge Manuel Pisco, 35 anos, técnico de *design*, director delegado da AMASCULTURA.

Herberto de Castro Goulart da Silva, 59 anos, economista, membro do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Loures e Membro da Comissão Directiva da Intervenção Democrática.

Paula Cristina Florência Nobre Pontes, 26 anos, membro de Juventude Comunista Portuguesa, estudante de Educação Física.



Demétrio Alves «Já tratámos de grande parte das questões vitais do Concelho»

«É com profunda satisfação que, em nome da CDU, faço a apresentação pública da equipa que se irá candidatar à Câmara Municipal e, também, do cabeça de lista à Assembleia Municipal de Loures», começou por afirmar Demétrio Alves, acrescentando que a elaboração da lista e a escolha do candidato à presidência da Assembleia Municipal «foram feitas com base num amplo processo de análise e debate que teve a presidi-lo critérios fundamentais», nomeadamente:

— As qualidades humanas, políticas, morais e profissionais dos candidatos;

— A manutenção da equipa actualmente em funções efectivas;

— A dotação da lista com novos elementos de forma a ficarmos perfeitamente preparados para que, em função dos resultados do próximo acto eleitoral, possamos responder adequada e imediatamente a mais amplas responsabilidades na administração municipal;

— A amplitude e o equilíbrio da representatividade das várias componentes político-sociais do projecto CDU;

— A capacidade de bom relacionamento humano entre os diferentes elementos da lista.

E o presidente da CM de Loures prosseguiu:

«Assim, a nossa candidatura significa, não só a garantia da continuidade de um trabalho eficaz, honesto e em profundidade, que possibilitará o movimento do Concelho de Loures em direcção às metas de um desenvolvimento harmonioso, mas significa também a manutenção de uma governação de novo estilo, que recusa o fundamentalismo liberal, e não cede ao fatalismo das alternâncias que nada mudam de substancial, que defende, de facto, uma política democrática, aberta e participada, que atenda simultaneamente às questões económicas, culturais, sociais e políticas». E acrescenta:

«Conosco, o Município de Loures, naquilo que está dependente da acção autárquica, não terá convulsões e crises.»

Não se troca um original por uma cópia de mau gosto

«Defendemos um relacionamento político institucional autárquico franco, cooperante e dialogante com todas as entidades públicas e privadas, designadamente com o Governo», prosseguiu Demétrio Alves, frisando que «já demonstrámos que queremos e sabemos falar e negociar, mas já provámos, também, que não capitulamos e calamos aquilo que ofenda os interesses legítimos das populações de Loures.»

«É por isso — acrescentou — que não compreendemos nem aceitamos as declarações já feitas por outras candidaturas quando afirmam, aliás, como seu único alegado mérito, que estão em posição mais favorável do que nós, para conduzirem o Concelho no futuro, e isto porque estariam melhor centrados para negociarem as questões vitais.»

Contestando frontalmente esta ideia, o presidente da CM de Loures afirmou:

«Em primeiro lugar, a realidade desmente tudo isto, até porque grande parte das questões vitais que irão transportar este Concelho ao Século XXI já nós tratámos com as diversas entidades, e estão em fase de arranque neste momento. E depois, como poderiam discutir e negociar com isenção e independência, aqueles que sempre se mostraram subservientes e dependentes para com o poder central, ou que, noutro caso, sempre que as condições o proporcionaram, imedi-

atamente enveredaram pelo negociismo e pelo compadrio?»

E advertiu: «Haverá quem esteja mais no centro dos corredores do poder ou dos cenários político-partidários. Nós apenas desejamos estar no centro da vida do Concelho de Loures, sentindo-a e melhorando-a, representando os interesses dos cidadãos.»

Concluindo a desmontagem de alguma propaganda adversária que já circula no Concelho de Loures, Demétrio Alves garantiu: «Continuaremos a trabalhar afinadamente até Dezembro de 1993, e preparamos já o futuro que nos poderá trazer, aliás, mais amplas responsabilidades. Simultaneamente, estaremos atentos às necessidades da campanha eleitoral que, infelizmente, e apesar de ainda não ter começado oficialmente, apresenta já nas manifestações das outras candidaturas alguns traços de mistificação e deslealdade: — uma delas apresenta-se como boa porque seria muito próxima e parecida com a CDU, utilizando sinais que pretendem confundir o eleitorado; a outra seria boa porque nos traria um hospital e ambulâncias.»

E concluiu: «Não creio que os eleitores troquem um original por uma cópia de mau gosto, ou que ainda acreditem num candidato Pai Natal. Os homens e mulheres que a CDU apresenta não serão apenas bons candidatos; serão, ou já o são, bons autarcas.»



Um plano contra o desenvolvimento

1. O Governo apresentou há dias em Bruxelas o «Plano de Desenvolvimento Regional» (PDR) para o período de 1994/99, que condicionará fortemente a evolução económica e social do país até ao final deste século.

Precisamente porque se trata de um documento e de uma estratégia fortemente condicionante do nosso futuro colectivo a médio prazo, o PDR deveria ter resultado de um profundo processo de debates sectoriais e regionais, amplamente participados.

Mas o Governo e o PSD não o quiseram e não o permitiram.

Porque, de facto, não querem discutir o PDR com ninguém, a nível nacional.

Apenas o discutiram, e vão continuar a discuti-lo, com a comissão de Bruxelas.

Em mais uma manifestação viva da prática do Governo e do PSD, que conduz à degradação da democracia no nosso país.

Em mais uma manifestação clara de substituição da soberania nacional pela supranacionalidade comunitária.

2. Os «desafios» que neste final de século se colocam à sociedade portuguesa e as dificuldades e perigos com que a economia portuguesa se confronta, realçam a importância vital da definição de uma estratégia global de desenvolvimento nacional participadamente definida, que suscite a confiança e a mobilização dos portugueses.

Os governos do PSD mostraram-se, até hoje, incapazes de propor essa estratégia, ou uma qualquer estratégia sectorial e horizontalmente integrada, com os objectivos claros e mobilizadores.

Pelo contrário, a ausência de uma estratégia de desenvolvimento que tem caracterizado a política económica e social do Governo é um dos mais graves factores da crise social e da recessão económica com que o país hoje se debate.

Esse facto é hoje plenamente comprovado pela realidade económica e social.

Mas o PDR apresentado pelo Governo persiste nos mesmos erros e no mesmo «modelo» económico e social que nos últimos anos conduziram o país à crise e à recessão.

«Modelo» que assenta, na vertente económica, por um lado na aposta de transformação de Portugal numa «placa giratória» intercontinental dominada pelo investimento estrangeiro e, por outro lado, numa economia exclusivamente virada para a exportação.

Também nos últimos anos o Governo apostou prioritariamente no investimento estrangeiro, como forma de compensar a sua política de destruição do sector produtivo nacional, e essa opção não só não evitou a recessão económica como transferiu para o domínio externo empresas e sectores importantes para a definição e implementação de uma estratégia nacional de desenvolvimento.

Do mesmo modo que a aposta cega e praticamente exclusiva no «modelo» de crescimento orientado para a exportação é comprovadamente errada (como o mostram a nossa própria experiência e a de outros países) pois aumenta a vulnerabilidade da economia nacional, designadamente em períodos de crise internacional. A recessão que hoje vivemos é bem a prova provada dessa real e acrescida vulnerabilidade com todas as suas pesadas consequências económicas e sociais.

No plano social, e tal como o fazia nas GOP's de médio prazo 1989/92, o Governo torna agora a declarar que a sua primeira prioridade é para a valorização dos recursos humanos, para a educação e a formação profissional.

A necessidade de reafirmar essa alegada prioridade, 5 anos volvidos, é só por si demonstrativa de que a promessa de então não teve correspondência na prática política do Governo.

Bem pelo contrário, a realidade destes últimos anos mostra que em áreas tão fundamentais para a qualidade de vida como a educação, a saúde, a segurança social ou a habitação, o Governo submete-as cada vez mais à política de concorrência e da mercantilização, orientando progressivamente a intervenção pública (que deveria ser essencial) à mera lógica assistencial e supletiva.

É clara a estratégia do Governo de nos próximos anos provocar o aumento do desemprego e transformar umas centenas de

milhar de trabalhadores das cidades e dos campos, em idade activa, em meros pensionistas.

Mas o Governo omite, para além do mais, como vai gerar os recursos financeiros para o correspondente aumento dos encargos sociais que essa política de destruição massiva de postos de trabalho necessariamente implicaria.

Do mesmo modo é sintomático das reais intenções, preocupações e opções do Governo, o facto de não dispensar um único parágrafo dos seus documentos à problemática da distribuição do rendimento do nosso país.

Mas é evidente e inequívoco que o «modelo» económico defendido pelo Governo, nomeadamente no que concerne ao privilégio do investimento estrangeiro e à prioridade à produção para exportação, significa a opção pela eternização de uma política de baixos salários que atraia aquele investimento e sustente a competitividade pelos preços que viabilizem as exportações.

E a opção pela acumulação e centralização de capitais, pelo aumento da exploração dos trabalhadores e pelo agravamento das desigualdades sociais, é a opção por uma economia mais periférica, dependente e vulnerável, é a opção pelo retrocesso social.

3. É evidente que a aplicação de um volume de recursos financeiros da ordem dos 1,1 mil milhões de contos (como está previsto no PDR) sempre gerará obras e investimentos úteis para o país, contribuindo para reduzir insuficiências estruturais que continuam a pesar sobre a nossa economia e a sociedade.

Mas com a estratégia e as opções definidas pelo Governo, com este PDR, não será viável a «construção de uma base económica e social sustentada que torne possível uma aproximação acelerada e duradoura do país aos padrões europeus».

É o próprio capítulo do PDR dedicado ao seu impacto macroeconómico que sustenta esta nossa opinião ao prever uma menor eficácia económica e social da aplicação dos fundos comunitários relativamente ao PDR 1989/93.

Nomeadamente, não é aceitável que aumentando o volume desses fundos de 3 para 4,5% do PIB, o seu impacto esperado no crescimento anual do Produto baixe de uma média anual de 0,7 para 0,5 pontos percentuais. Trata-se de uma declaração indirecta do Governo de que o diferencial

de crescimento em relação à média comunitária irá reduzir-se ainda mais, pondo claramente em causa o objectivo da convergência real.

Inversamente, o impacto deste novo PDR nas importações aumenta de 0,8 para 1 ponto percentual em média anual, mostrando a crescente dependência do investimento e do consumo nacionais da oferta externa, com consequências negativas na produção nacional.

Mas, talvez, a previsão política e socialmente mais intolerável deste PDR governamental seja a que se relaciona com o impacto no emprego.

No âmbito do anterior PDR, no período de 1989/93, em cinco anos, o Governo estima que ele possa ter induzido, directa e indirectamente, a criação de 80 mil postos de trabalho.

Para o novo PDR, com o dobro dos recursos financeiros e em seis anos, o Governo prevê a criação de apenas mais 20 mil postos de trabalho! Isto é, no âmbito do PDR, para os próximos seis anos, o Governo de Cavaco Silva propõe-se criar um número de postos de trabalho igual ao número de novos desempregados registados nos últimos seis meses! É a confissão governamental de uma ainda menor eficácia social da aplicação dos fundos comunitários. Mas é, fundamentalmente, a perspectiva clara e expressamente assumida pelo Governo do PSD, aliás confirmada noutras passagens do PDR, de um contínuo agravamento do desemprego em Portugal nos próximos seis anos.

É, afinal, a inaceitável perspectiva do Governo de promover uma profunda «descoesão» social no nosso país, arrastando situações sociais que provocarão o aumento da conflitualidade e mais exclusão social.

Como igualmente são inaceitáveis as propostas do Governo para a agricultura e o mundo rural, propostas que se consubstanciam na desertificação agrícola do interior, e na desertificação demográfica das zonas rurais.

Aliás, mais uma vez o propalado objectivo da redução das assimetrias regionais não tem sustentação nas opções definidas no PDR.

A prioridade do reforço de investimento continua a ser dada ao litoral, sobrando para o interior do país, no essencial, a construção de «infra-estruturas rodó e ferroviárias mais de atravessamento do que estruturantes do espaço regional».

Por último, a problemática do quadro institucional em que se irá mover o futuro PDR. As insuficiências, a concentração em órgãos da administração central, do esquema de gestão, acompanhamento, avaliação e controlo do PDR anterior, foi uma das razões essenciais da fraca eficácia económica e social na aplicação dos recursos disponibilizados, e na proliferação dos desvios de fundos e da corrupção a eles associados.

Exigia-se que essa fosse uma das questões essenciais a alterar no PDR para 1994/99.

Não é essa porém a intenção do Governo.

Persiste na continuidade do figurino e dos instrumentos definidos em 1989 para o primeiro período da reforma dos fundos estruturais que tão fracos resultados produziram.

Pior do que isso. O Governo propõe-se substituir as actuais comissões de gestão por meros gestores individuais, repelindo ainda mais desse quadro institucional a participação activa das autarquias locais e dos agentes económicos e sociais.

É a manifestação agravada do modelo de actuação fechado, secretista e autoritário que o Governo e o PSD cultivam.

O autoritarismo atávico do Governo não suporta a participação democrática, o debate de ideias e de opções, a fiscalização e o controlo da sua actividade.



OCTÁVIO TEIXEIRA
Membro da Comissão Política

No âmbito do PDR, para os próximos seis anos, o Governo de Cavaco Silva propõe-se criar um número de postos de trabalho igual ao número de novos desempregados registados nos últimos seis meses!



Acesso ao Ensino Superior Ministério da Educação chumbado outra vez

Definitivamente, sucessivos ministérios da Educação de sucessivos governos do PSD chumbam, eles próprios, repetidamente, em aspectos relativos ao acesso ao ensino superior.

A Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP apreciou a situação tal como ela se apresenta este ano lectivo e decidiu tornar públicas as suas opiniões, por entender que esta matéria é de grande relevância para os jovens e para o desenvolvimento global do país.

Vagas insuficientes e estagnação do ensino superior público

A comunicação social tem feito eco de informações contraditórias sobre o número de vagas de acesso ao ensino superior para o ano escolar 1993/94 obrigando o próprio ministro da Educação a vir a público oferecer a sua versão oficial. A situação de facto, pondo de lado erros ou manipulações estatísticas que não alteram a realidade, é que o número de vagas oferecidas pelo sistema de ensino superior público em 1993 se mantém sensivelmente ao nível de 1992 (29 mil), ou seja, apenas cerca de 30% do número de jovens que conclui o ensino secundário e se candidata ao ensino superior pode esperar ter acesso a uma escola superior pública.

Não se sabe, por enquanto, qual será a oferta por parte do ensino superior não público, mas estima-se que, à semelhança de 1992, mesmo contando com estas vagas, cerca de 35% de jovens se vejam excluídos do prosseguimento dos seus estudos. Isto quando o discurso oficial aponta o incremento do ensino superior como uma opção estratégica para a anunciada "convergência comunitária".

Deve merecer, pois, viva crítica quer o facto de a política educativa do PSD não visar (como propaganda) expandir e melhorar o ensino superior público, quer o facto de o número de vagas neste sector ir ser, novamente, inferior ao número de vagas no ensino superior privado, onde imperam as regras do negócio, e cuja expansão é consequência directa da acção, deliberada, dos governos PSD.

Ministério da Educação ignora o que são provas de aferição

A luta estudantil contra a "prova geral de acesso" forçou o Governo a alterar o regime de acesso ao ensino superior. O novo regime acaba agora de ser "testado". A nova "prova de aferição" que vem substituir a velha "prova geral" merece uma apreciação mais detalhada.

Como prova de aferição da aprendizagem no ensino secundário, tendo em vista a monitoração e correcção do sistema (em particular no que toca a estabelecimentos de ensino particular que "oferecem" classificações anormalmente elevadas), tal prova de aferição não tem que ver directamente com o acesso ao ensino superior. É injusto impô-la aos candidatos ao ensino superior, assim forçados a realizar repetidas avaliações sobre a mesma matéria num prazo de poucas semanas. As provas de aferição deverão ser exclusivamente contextualizadas no âmbito do ensino secundário. E enquanto persistirem dúvidas sobre a validade e homogeneidade das classificações do ensino secundário, a correcção estatística dos resultados poderá ser efectuada sobre as classificações das provas específicas de acesso.

Provas de aferição: um teste à política de ensino do PSD

Para cúmulo, as "provas de aferição" causam escândalo, mais obviamente a de Matemática, em face dos resulta-

dos obtidos e da actuação dos responsáveis ministeriais. Como é público, a média nacional das provas de aferição de Matemática foi inferior a 30%, agravada por assimetrias regionais. Deveremos concluir que o sucesso da aprendizagem fica muito aquém do programado ou que o método de "aferição" é de todo inadequado? Ou ambas as coisas?

Após esta constatação incómoda para o Ministério da Educação e preocupante para os professores, estudantes e pais, verifica-se que o Ministério determina a "correcção estatística" dos resultados da prova de aferição. Com que objectivo? Do ponto de vista dos candidatos ao ensino superior tal correcção é na prática desprovida de consequências: a intenção é claramente procurar iludir as embaixadas realidades e o resultado é um desajeitado "equilíbrio" entre um sucesso de aprendizagem "não tão mau como isso" (36% de classificações superiores a 50%) e a salvaguarda da competência dos "especialistas" que elaboram os programas e/ou as "provas de aferição".

Este episódio vem revelar, mais uma vez, que os responsáveis da política educativa não estão à altura das responsabilidades que detêm. Que confiança poderemos ter

quanto às metodologias e rigor da reforma educativa quando os responsáveis políticos em vez de dialogar, impõem, em vez de enfrentar a realidade, a escondem?

Este episódio vem, também, dar redobrados argumentos àqueles que, como o PCP, assumiram uma postura crítica face ao "velho" e ao "novo" regimes de acesso ao ensino superior e que, tal como combateram a "prova geral de acesso", também rejeitaram a "prova de aferição".

9 de Julho de 1993

A Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP



Sobre a avaliação dos alunos do Ensino Secundário (10.º - 12.º anos)

O Ministério da Educação divulgou há algum tempo uma proposta de criação de um novo sistema de avaliação dos alunos do ensino secundário, para vigorar a partir do próximo ano lectivo.

Dada a já demonstrada ineficiência e os efeitos gravosos do sistema de avaliação dos alunos do ensino básico que está a ser concretizado no 7º ano de escolaridade, a Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP decidiu pronunciar-se sobre a proposta feita para o ensino secundário.

Da análise realizada, ressaltam os seguintes aspectos como particularmente críticos:

1. Persistência de concepções científicas defeituosas

Os autores (provavelmente os mesmos do novo sistema de avaliação do ensino básico) continuam a inventar modalidades de avaliação que não existem no universo das Ciências da Educação: assim consagram como modalidades de avaliação "a avaliação aferida" e a "avaliação especializada" quando a primeira é uma técnica de construção de testes e a segunda se inscreve num plano totalmente diverso da avaliação ordinária das aprendizagens escolares, visando a detecção de necessidades educativas especiais.

Por outro lado, o documento em causa considera a avaliação de diagnóstico como um dos campos da avaliação formativa, o que parece de todo despropositado.

2. O regresso "envergonhado" dos exames

Ao contrário do que sucede relativamente ao ensino básico, onde o Ministério da Educação quer dar uma ima-

gem de "facilidade" do trânsito dos alunos pelos 9 anos de escolaridade (embora no fim tal facilitismo conduza a dois certificados escolar e socialmente desiguais para os alunos), no ensino secundário acentuam-se os mecanismos de selecção. Com efeito, a "avaliação aferida" é apenas um outro nome para a expressão "exame externo": é que os resultados da referida avaliação interferem na classificação final do aluno, podendo ditar a sua reprovação. Aliás, neste aspecto particular, o documento é contraditório: ora se diz que "a avaliação aferida não tem efeitos sobre a progressão escolar dos alunos" (nº 36), ora se apresenta uma fórmula para a classificação final em que se desmente claramente essa afirmação (nº 53).

3. A separação entre disciplinas de 1ª e disciplinas de 2ª

Os referidos exames incidem apenas sobre "uma amostra significativa das disciplinas" que os alunos frequentam, solução que, a ser adoptada, dará a diferentes disciplinas diferentes graus de importância para o esforço e o empenhamento de alunos e professores.

4. A persistência da responsabilização, em exclusivo, das escolas pelo sucesso dos seus alunos

O Ministério da Educação persiste em responsabilizar exclusivamente as escolas pelo percurso escolar dos alunos, não assumindo ele próprio qualquer papel na melhoria das

condições de aprendizagem geralmente deficientes, na actualidade, em todos os domínios da educação.

Trata-se de uma tendência, repetidamente evidenciada em diversas oportunidades, de o Ministério da Educação responsabilizar abusivamente terceiros iludindo ou mistificando o seu papel no sistema educativo que merece viva condenação.

Particularmente "as novas oportunidades de aprendizagem" prometidas aos alunos em dificuldade exigem uma reestruturação profunda e séria das escolas, investimentos na formação contínua dos professores que, ou são decididos pelo poder político, ou não são viáveis pela simples determinação de cada escola, como se quer fazer crer.

Em conclusão:

A Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP apela aos professores, às escolas, a alunos e pais para que debatam o novo sistema de avaliação proposto pelo Ministério da Educação para o ensino secundário (10º ao 12º anos) e apresentem as propostas alternativas que julguem defensáveis. As questões em jogo no domínio da Educação e do Ensino são demasiado sérias para serem deixadas ao exclusivo arbítrio deste Ministério e deste Governo.

A atestar a irresponsabilidade do Ministério da Educação em relação à reforma educativa refira-se o facto de, a dois meses do início do novo ano lectivo e da anunciada generalização da reforma curricular no 10º ano, esta questão da avaliação dos alunos estar ainda por decidir.

12 de Julho de 1993

A Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP

Defesa Nacional e Forças Armadas

Das opções à alternância

Por uma alternativa

Enfim, com férias à espreita e com muito atraso, foram discutidas na Assembleia da República, no passado dia 4 de Junho, as "Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (GOCEDN)" e posteriormente, em 17 de Junho, foi discutida a 2ª Lei de Programação Militar (LPM) com dois anos fora de prazo.

Como se sabe, as Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional são simplesmente sujeitas a debate no Parlamento, não carecendo de votação, já que cabe ao Governo a sua definição e publicação. Aliás, esta não é uma questão de somenos. Como referiu o deputado comunista João Amaral, "devia discutir-se se esta é a formulação adequada, se o papel da Assembleia da República não deveria ser maior e qualitativamente diferente".

Acresce que ultimamente "surgiu", em certos meios, a opinião de que, para a defesa dos interesses do Estado, o Conceito Estratégico - resultante do debate acima assinalado - deveria ser "fechado", ou seja, não deveria ser do conhecimento público.

Com a recente aprovação, por parte da maioria laranja, da Lei do Segredo de Estado, a probabilidade disso vir a suceder não é irrealista.

As Grandes Opções já eram

O PCP apresentou na A.R., há um ano, um projecto de Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Insistentemente chamou a atenção não só para o facto de ser urgente proceder à revisão deste conceito, datado de 1985, dadas as múltiplas alterações verificadas a nível internacional, como para o facto de o Governo ter empreendido um processo reestruturador das Forças Armadas, sem previamente ter procedido à revisão do conceito e, por conseguinte, à definição do quadro conceptual a que deveria obedecer tal processo reestruturador.

Na verdade, o Governo elaborou e aprovou o Conceito Estratégico Militar, Sistema de Forças e dispositivo, alterou o conceito de Serviço Militar, reduziu o quantitativo militar (Quadros Orgânicos), elaborou e promulgou as Leis Orgânicas dos Ramos, do Estado-Maior General e reviu, alargando competências, a Lei Orgânica do Ministério da Defesa.

O Governo, como afirmou João Amaral, "pôs o carro à frente dos bois e a situação em que estamos é uma situação de subversão metodológica, em violação da Constituição e da lei, do papel reservado à Assembleia da República e dos direitos dos partidos da oposição".

Para o Governo laranja, "a afirmação de Portugal no mundo" é questão crucial e esta passa antes de mais, pela participação em alianças como a NATO e a UEO, o empenhamento de Portugal para a "construção da identidade de segurança e de defesa da Europa e para a evolução da União Europeia".

O discurso do PS procurou salientar as diferenças relativamente ao PSD e uma das principais críticas feitas ao Governo, por Jaime Gama, foi a de este "privilegiar uma política de não-emprego sistémico (das Forças Armadas portu-

guesas, entenda-se) face às solicitações da comunidade internacional". Como se verifica, a diferença está no maior ou menor uso de militares portugueses em missões externas.

Se o discurso do Governo foi um discurso de opção, má opção, o discurso do PS foi, lamentavelmente, de mera alternância.

O projecto de Grandes Opções do Conceito Estratégico do PCP assumiu-se, neste contexto, como projecto alternativo, relevando-se dele cinco traços quanto à forma como o PCP entende a estratégia global do Estado:

1º - Uma estratégia de matriz nacional que privilegie os interesses nacionais e os meios de os prosseguir.

2º - Uma estratégia de coesão e solidariedade que privilegie o fortalecimento da vontade popular por uma maior justiça social e um maior empenhamento cultural.

3º - Uma estratégia de progresso que privilegie a afirmação de Portugal no mundo como uma Nação em processo de desenvolvimento económico, com uma voz própria nos grandes processos estruturais tendentes à criação de uma nova ordem económica internacional.

4º - Uma estratégia de amizade, paz e cooperação, que privilegie a solução negociada de conflitos, o diálogo, a acção nas instâncias internacionais, o respeito pelo direito internacional.

5º - Uma estratégia de participação de todo o povo, uma estratégia democrática, que empenhe todos os portugueses na defesa de Portugal.

Para o PCP, o Governo "parte da visão simplista (mas capituladora) de que os interesses nacionais se confundem com interesses da OTAN, UEO e União Europeia; de que quando defende estes interesses está a prosseguir sempre

e em todas as circunstâncias, interesses nacionais... O PCP entende que Portugal tem interesses próprios que deve prosseguir com autonomia e independência".

Lei de Programação Militar

Sobre a 2ª Lei de Programação Militar (Lei de investimentos em equipamento militar) destaca-se o atraso na sua apresentação por parte do Governo e as opções estratégicas que necessariamente a envolvem.

Em 1985, quando da aprovação da 1ª Lei de Programação Militar, algumas das prioridades defendidas pelo PCP diziam respeito à necessidade de aviões interceptores para a Força Aérea, draga-minas e patrulhões para a Marinha e defesa antiaérea para o Exército. As opções foram, como se sabe, Fragatas Meko, aviões de ataque ao solo, etc.

A 2ª LPM, agora discutida e aprovada na Assembleia da República, com a abstenção do PCP, contém, 8 anos passados, a perspectiva de aquisição de draga-minas e submarinos para a Marinha, interceptores para a Força Aérea (restando saber se o modelo já negociado - F16 - é não só o adequado como se vem em condições de cumprir a missão respectiva) e, no caso do Exército, a prioridade vai para a constituição da recém-criada Brigada Aero-transportada Independente (BAI).

Estes são sem dúvida programas de interesse nacional, mas envoltos nas opções estratégicas governamentais de maior empenhamento externo. Aliás, não se trata só de opções no plano teórico, mas de medidas no plano prático, já que quase a totalidade das forças e unidades das Forças Armadas Portuguesas têm afectação à NATO em diferentes graus.

Por outro lado, e relativamente a outros programas inscritos na Lei de Programação Militar, difícil é não

questionar a razão da dotação para os aviões P3P (patrulhamento) - 1 milhão e 100 mil contos - se dos seis existentes, só um está equipado para cumprir a missão respectiva (e está a fazê-lo na Jugoslávia) e os restantes cinco dificilmente serão recuperados. Ou, qual o sentido de adquirir aviões Alpha-Jet que já não se fabricam e relativamente

aos quais as carências de sobressalentes para os sustentar são de tal modo que, consta, alguns dos que vêm vão servir de fornecedores de peças. Ou, o que pretende o Governo com os ridículos 87 mil contos atribuídos aos Fuzileiros?

Por razões distintas umas das outras, o PCP votou contra os programas a título de exemplo atrás citados, bem como relativamente a outros constantes na 2ª LPM.

Dizer que existem dúvidas e incertezas sobre a concretização dos novos programas constantes na LPM agora aprovada, não é uma mera especulação.

Quem tenha vindo a acompanhar o processo reestruturador das FA's encetado pelo Governo, facilmente concluirá que a possibilidade de isso suceder é, pelo menos, de meio por meio. É que exemplos de diz-desdiz não faltam - o novo período de transitoriedade constante no Decreto-Lei dos Quadros Orgânicos e o volte-face relativamente ao tempo de serviço militar, quer no que respeita ao constante na lei do serviço militar, quer, até, ao anúncio dos 4 meses amplamente propagandeado, são disso exemplos.

Cumprido o ritual que o Governo e a sua maioria parlamentar destinaram como papel à Assembleia da República, o ministro Fernando Nogueira prepara-se agora para outros voos, como sejam a alteração do método de escolha das chefias militares, a revisão da legislação ligada com a justiça militar, a lei de mobilização e requisição, etc.

Em jeito de fecho, importa dizer que o PCP continuará empenhadamente a luta por um projecto alternativo à política de defesa nacional deste Governo. Aliás, é do conhecimento público, o PCP tem entregue na Assembleia da República há já um ano, um projecto de revisão do Artigo 31º da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, visando alterar o quadro de restrições de direitos actualmente impostos aos militares e entregou no passado dia 23 de Junho uma proposta visando a realização de um colóquio, promovido pela Comissão Parlamentar de Defesa, sobre idêntico tema.



EM FOCO

Indonésia tentou sabotar reunião do Comité dos 24 na ONU



A Indonésia perdeu mais um combate nos dias 13 e 14 do corrente, nas Nações Unidas, durante a sessão anual dedicada a Timor-Leste pelo Comité Especial de Descolonização daquela Organização (conhecido como o Comité dos 24).

A delegação indonésia fez tudo o que pôde para inviabilizar o encontro. Na véspera, o embaixador Witjaksana Soegarda, seu chefe, dirigiu uma carta ao Comité na qual afirmava que este não tinha competência para examinar a questão, «pois isso seria um acto de ingerência inaceitável em assuntos que, pela sua própria natureza, são da jurisdição interna de um Estado soberano».

Aberta a sessão, o embaixador de Jacarta repetiu, um a um, os argumentos da carta, pediu que os petiçãoários vindos de diferentes países fossem excluídos do debate e sustentou que «o processo de descolonização de Timor-Leste foi conduzido de acordo com as disposições da Carta das Nações Unidas», tendo desembocado na integração do território da República da Indonésia.

Rejeitada a sua argumentação pelo presidente do Comité (o embaixador Renagi Lohia, da República Papua), a delegação indonésia recorreu a outros processos na tentativa de sabotar a reunião.

Os representantes da Índia e da Tunísia, sobretudo este, comportaram-se como aliados objectivos da Indonésia, quer através da colocação de questões de ordem e processuais tendentes a inviabilizar a reunião, quer mediante perguntas provocatórias dirigidas aos petiçãoários. O diplomata tunisino chegou ao extremo de afirmar que «a reunião do Comité era ilegal». Entretanto, absteve-se de fazer perguntas aos membros da delegação parlamentar portuguesa, não obstante a dureza das críticas e denúncias destes terem sido as mais contundentes para o Estado indonésio. O representante da Tunísia retirava-se ostensivamente do hemicírculo sempre que era dada a palavra a um deputado português.

Falaram cerca de duas dúzias de petiçãoários, na maioria ligados a organizações não governamentais europeias,

americanas, asiáticas e australianas, incluindo a Amnistia Internacional e a Liga Internacional dos Direitos do Homem. Pelo Conselho Nacional de Resistência Maubere interveio José Amorim Dias e, pela Fretilin, José Luís Guterres.

A delegação da Assembleia da República era constituída pelo presidente da Comissão de Timor-Leste, Adriano Moreira (CDS), Almeida Santos (PS), Luís Galdes (PSD) e pelo nosso camarada Miguel Urbano Rodrigues.

O embaixador de São Tomé e Príncipe junto das Nações Unidas falou em nome dos PALOP's e a posição do Governo português foi defendida por Francisco Ribeiro Teles, da missão permanente de Portugal junto da ONU.

As tentativas para inviabilizar a reunião e, depois, para a sabotar contribuíram, na opinião de observadores internacionais, para o isolamento da Indonésia e o desmascaramento da sua posição e dos seus métodos de acção política.

Insistir por uma solução urgente

Intervenção de Miguel Urbano Rodrigues

Hipocrisia indonésia

No encerramento da Conferência dos Países Não-Alinhados, em Setembro de 1992, o Presidente Suharto fez uma firme defesa do direito dos povos à autodeterminação e à independência e condenou os crimes e as violações dos direitos humanos de que são vítimas o povo palestino e as populações da Bósnia-Herzegovina. Colocou-se do lado dos fracos atacados por vizinhos fortes. E, contudo, no seu discurso, não encontramos uma só palavra sobre o genocídio do povo de Timor-Leste, vítima da agressão indonésia. Estranha contradição que retrata bem a hipocrisia indonésia.

Sr. Presidente, senhores membros do Comité:

O Presidente Suharto afirmou há alguns dias que foi por amor da liberdade e por ser sensível à questão dos direitos do homem que a Indonésia invadiu e ocupou Timor-Leste em Dezembro de 1975.

Pergunto, Sr. Presidente — o massacre de cerca de 200 mil timorenses desde a invasão terá sido o resultado do amor indonésio pela liberdade?

O camarada Miguel Urbano Rodrigues, deputado representando o Partido Comunista Português, interveio no passado dia 13 de Julho perante o Comité de Descolonização das Nações Unidas. Publicamos na íntegra o texto da sua intervenção.

(Os subtítulos são da responsabilidade da Redacção)

Sr. Presidente, senhores membros do Comité,

Na condição de deputado comunista, membro da Comissão de Acompanhamento de Timor-Leste, compareço hoje como petiçãoário perante este Comité das Nações Unidas com dois objectivos:

1. Denunciar a continuidade em Timor-Leste de uma situação repressiva e de violação dos direitos do homem da responsabilidade das autoridades da República indonésia, que ocupa ilegalmente aquele território.

2. Insistir por uma solução urgente que permita ao povo maubere exercer o seu direito à autodeterminação

É muito positivo que o Presidente Clinton tenha tomado a decisão de alterar certos aspectos da política americana relativamente a Timor-Leste, tomando posição contra a violação ali dos direitos do homem. Entretanto, estamos perante um passo modesto, como bem salientou «The Washington Post», porque é preciso «responsabilizar o governo indonésio pelo roubo da independência do território».

A Indonésia continua a adoptar uma atitude de arrogância precisamente porque o seu governo está seguro de contar com a cumplicidade activa de algumas das grandes potências. Os EUA, por exemplo, através de uma Declaração oficial do Departamento de Estado, reconheceram como **facto consumado** a anexação de Timor-Oriental.

Os maus exemplos

Os maus exemplos de Estados com responsabilidades especiais encoraja a ditadura indonésia a desconhecer na prática a Resolução 1514-XV da Assembleia Geral das Nações Unidas. O diálogo com Portugal, realizado sob os auspícios do secretário-geral da Organização, tem sido encarado por Jacarta como um divertimento, útil apenas para que o ministro Ali Alata treine o seu talento de diplomata. Nem o Vaticano escapou ao seu jogo de piroetas verbais.

Sr. Presidente, senhores membros do Comité:

A desordem internacional, cada vez mais transparente e grave, contribui para o impasse timorense. Jacarta sente-se tentada a desafiar a Carta das Nações Unidas ao aperceber-se de que uma política de dois pesos e duas medidas está a comprometer o prestígio da mais alta e respeitada organização internacional.

Quando uma grande potência como os EUA desenvolve unilateralmente operações de guerra sem mandato da ONU (como vimos por ocasião do último bombardeamento de Bagdad e de acções militares na Somália) não há motivo para surpresa quando o governo do general Suharto desrespeita Resoluções das Nações Unidas.

Sr. Presidente, senhores membros do Comité:

O povo de Timor-Leste tem-nos dado incontáveis provas de heroísmo ao longo de 18 anos de luta pela liberdade contra a ocupação estrangeira. E, contudo, nem uma só das promessas indonésias foi cumprida desde a última reunião deste Comité. Jacarta ri-se da comunidade internacional.

A resposta positiva às aspirações do povo maubere, hoje como ontem, depende da vontade dos Estados poderosos de respeitar a Carta das Nações Unidas, tão elogiada e cada vez mais esquecida.

Sr. Presidente, senhores membros do Comité:

É preciso que os EUA modifiquem de alto abaixo a sua política sobre Timor-Leste, é preciso que os EUA sejam coerentes com os princípios da sua Constituição democrática que está na base da grandeza da nação norte-americana

ção e independência, de acordo com as Resoluções votadas nesse sentido pela Assembleia Geral e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

Apesar dos compromissos assumidos perante este Comité dos 24 e também em conferências internacionais, a República da Indonésia fez da violação dos direitos do homem em Timor-Leste uma prática quotidiana nos últimos doze meses.

O ex-dirigente da Resistência timorense, Xanana Gusmão, condenado a prisão perpétua, não pôde sequer defender-se diante do Tribunal. O julgamento foi uma farsa jurídica. Nem o deixaram falar. Ouvimos aqui, no Comité, hoje de manhã, extractos da defesa que pretendia apresentar, lidos pelo representante do Conselho Nacional da Resistência Maubere. O representante da ONU foi proibido, pelo Tribunal, de assistir a algumas sessões da audiência. O mesmo aconteceu aos membros do corpo diplomático.

De Ma'Huno, que também dirigiu a Resistência, nada se sabe desde a sua captura pelo exército indonésio.

— A defesa dos direitos do homem terá sido o motivo determinante do massacre de Santa Cruz, executado pelo exército de Jacarta?

— Será por amor da liberdade que a polícia indonésia corta em Dili as orelhas a cidadãos que contestam a política de ocupação do país?

Sr. Presidente:

O Parlamento Europeu e o Conselho da Europa têm chamado muitas vezes a atenção para a política de violação dos direitos do homem praticada em Timor-Leste pela Indonésia. A Assembleia Parlamentar da União da Europa Ocidental aprovou por unanimidade, em Paris, durante a sua última sessão, em Junho, uma Resolução, reomendando ao Conselho de Ministros o embargo à venda de armas à Indonésia e a suspensão de qualquer tipo de ajuda militar até ao dia em que o governo de Jacarta reconheça ao povo de Timor-Leste o seu direito legítimo a exercer a opção pela autodeterminação e independência.

São, sem dúvida, positivos os apelos de senadores americanos em defesa dos direitos do homem em Timor.





Partido Trabalhista Britânico numa encruzilhada

■ **Manoel de Lencastre**

Eram socialistas, ainda dizem sê-lo, e propunham medidas que conduzissem o povo britânico a graduais conquistas de carácter socioeconómico. Mas viviam iludidos, e ainda vivem, por uma compreensão oblíqua dos conceitos de democracia e de liberdade e à URSS não perdoavam o mínimo deslize. Foram governo, em 1945, em 1964, em 1966 e em 1974, mas revelaram-se impotentes para empunhar o facho que as votações massivas de 1945 e 1966, principalmente, lhes colocaram nas mãos — o facho esla-recedor do caminho rumo ao socialismo.

Gerir o capitalismo

Os dirigentes do Partido Trabalhista britânico preferiram sempre administrar o capitalismo, confortavelmente, a correr os riscos contidos na obra de transformação da vida do seu povo. Os resultados estão perfeitamente à vista.

De cedência em cedência, de capitulação em capitulação, os «leaders» do trabalhismo acabaram invariavelmente por renunciar às promessas feitas, desiludir aqueles que lhes confiaram o voto, fazer estancar e morrer o entusiasmo que, ocasionalmente, cresceu no peito das classes populares da Grã-Bretanha. E, com a passagem dos anos, escravizaram-se ao sistema procurando apenas rectificar-lhe algumas deficiências superficiais. No processo, ridicularizaram-se, perderam a confiança do povo, do eleitorado, dos próprios trabalhadores. Harold Wilson, um homem que era uma bandeira de esperança em 1964, onde está hoje? James Callaghan, tido como um defensor dos Sindicatos o que fez, em Downing Street?

Chegaram outros chefes à direcção do Partido. Michael Foot, um radical-socialista de real sinceridade, contestadíssimo quando a fortuna e os tempos o distanciavam já. Neil Kinnock, vulgaríssimo social-democrata de direita, que a toda a pressa logrou conseguir lugar no comboio sem maquinista das ilusões do sistema de mercado modernista. Agora, o «leader» é John Smith, um valor firme em que o capitalismo confia.

John Smith, precário timoneiro

Mr. Smith, fazendo-se eco da gritaria constante dos jornais conservadores por democracia e mais democracia, já embarcou no veleiro de longo curso que o afastará irremediavelmente do verdadeiro sentir do povo trabalhador britânico: vai propor ao próximo Congresso, a realizar-se em Setembro, a separação entre os Sindicatos e o Partido Trabalhista, o fim do voto em bloco por parte dos dirigentes sindicais em nome dos seus diversos milhões de membros, e exigir a democratização (?) do partido através da individualização dos votos dos filiados indirectamente pela via sindical. Será possível?

Por esta sinuosa estrada, a política trabalhista perderá o carácter firme e de muito mais sólida raíza de classe que os Sindicatos lhe podem e procuram imprimir, e acabará por jamais conquistar a participação activa, na vida partidária, dos trabalhadores individuais e dispersos. Desfeito o «block vote», estabelecer-se-ia logo o primado do voto individual democrático (?) para surgir um novo Partido Trabalhista «livre», enfim, da influência dos grandes Sindicatos, mas um Partido sem organização e sem capacidade militante, sem células, sem quadros, sem força para agitar; entretanto, com uma fina estrutura dirigente voltada em exclusivo para o processo eleitoral interno e nacional.

Será isto um Partido que se intitula como sendo do povo? Não passará, pelo contrário, de uma simples máquina de organizar campanhas e participar em eleições? Felizmente que a esmagadora maioria dos Sindicatos se opõe com energia a esta «cruzada» do advogado de Edimburgo parecendo certo que as necessárias alterações aos Estatutos dos trabalhistas não conseguirão votos suficientes quando o Congresso reunir.

Todos os partidos políticos têm a sua história. No caso do Partido Trabalhista britânico, ele foi formado pelos Sindicatos (Trades Unions), é uma criação das massas operárias através do movimento sindical britânico. Destruir a ligação Sindicatos-Partido (um objectivo de sempre das forças antipopulares e anti-socialistas) é enfraquecer toda a estrutura, é dispersar as forças políticas do povo destas ilhas, é, numa palavra, deixar à mercê do inimigo de classe aquilo que era ontem uma verdadeira fortaleza, apesar das suas incongruências, e hoje...

A Grã-Bretanha, hoje

Hoje, quando o povo britânico atravessa uma das suas mais graves crises, a possibilidade de uma catástrofe socioeconómica se agiganta e o sistema mostra o ventre gasto e semiapodrecido; quando as pessoas começam a falar em República e dizem: «não queremos ser súbditos de ninguém, queremos ser cidadãos e cidadãs»; quando o medo invade os corações (não obstante as aparências) e a diferença entre a prosperidade ilusória e a pobreza repentina e fatal se encontra à distância de um simples mês de ordenado, quando o próprio Partido Conservador se divide e conhece escândalos, ódios internos, e não é capaz de substituir o funcionário Major porque não tem ninguém para colocar no seu lugar, onde encontramos nós os dirigentes trabalhistas?

Têm medo. Têm medo de agir ao lado das massas. Medo de lutar com o povo, de esclarecê-lo, de avivar-lhe as forças. E fogem das grandes lutas, dos grandes protestos e das greves para, tristemente, se refugiarem nos debates parlamentares que tanto adoram, em Westminster. Mas esses debates, que, às vezes, também têm o seu interesse, não passam normalmente de palavras cruas confrontações entre uma oposição e um governo que, no fundo, nasceram, viveram e esperam continuar a viver sob o que supõem ser a inevitabilidade do capitalismo. Nunca conheceram a vida de outra maneira. O objectivo dos dirigentes trabalhistas é a recuperação da crise, não a transformação das condições que conduzem a crises sem fim. Podemos desculpá-los. O seu crime consiste, simplesmente, em não saberem aproveitar as circunstâncias de ouro que se lhes têm apresentado nestes últimos três anos.

Quem os não desculpará, entretanto, será o povo britânico que poderá elegê-los, por uma vez mais, na próxima oportunidade, para que possam pretender uma vez mais administrar o capitalismo melhor do que os próprios capitalistas. Mas, então, as condições serão bem outras. E os milhões que nunca tiveram trabalho e da vida apenas conhecem o lado negro, as multidões que costumavam possuir casa e deixaram de a ter ou as vagas de novos reformados cujas pensões se evaporaram no ventre do sistema, a par de novas gerações de britânicos sem perspectivas, chamarão a si a direcção das coisas...

Nessa altura, os dirigentes trabalhistas surgirão, persuasivos, procurando amortecer as lutas populares. Mas será tarde...

Eça de Queiroz em Newcastle

Está para publicar em breve, dizem-nos, uma obra que faz falta em qualquer biblioteca portuguesa e internacional: o «Dicionário de Eça de Queiroz» que será, de certeza, o poderoso livro de referência quanto a tudo o que se situa na vida, na obra e no mundo do grande escritor português. Mas havia uma lacuna que urgia preencher — parece que os organizadores do Dicionário não tinham conseguido identificar os locais de passagem do nosso grande Eça pela cidade de Newcastle, na qualidade de cônsul de Portugal.

Lá estão. O número 1 da Eldon Square, onde funcionava o Consulado, lá está, íntegro, quase majestoso, o único edifício que foi poupado às modernizações de que a conhecida praça foi objecto. E lá está, igualmente, na Grey Street, o prédio onde o escritor residiu — é agora um escritório de advogados. E lá está toda a Newcastle que o genial observador das coisas portuguesas encontrou — o que já lá não se encontra são os estaleiros, o denso movimento portuário, a vida intensíssima nas margens do Tyne onde o movimento de cargas e descargas de mercadorias era pelo menos febril. E já não existem minas de carvão, nem indústrias metalúrgicas, nem o erguer-se de uma Inglaterra que esgotou as suas potencialidades industriais de primeira grandeza e agora soçobra.

Caso curioso: quem anda a descobrir a vida de Eça em Newcastle, quase passo a passo, é o correspondente do jornal português «A Bola», na Grã-Bretanha, que, igualmente, sabemos estar recolhendo materiais para uma obra única «A História do Comércio de Empréstimos sobre Penhores em Portugal». Sugestivo? Em nossa opinião, está ali um jornalista singular em certo sentido — tem tempo para tudo.

Uma operária com problemas

Annie Bannister é uma simples operária na fábrica de salmão. É árduo o seu trabalho. As temperaturas são baixas, o pescado tem de ser recolhido dos frigoríficos e depois cortado em pedaços e embalado. Estas difíceis operações, ao frio, fazem da vida de Annie um gelado inferno e quando chega a casa, às vezes com as mãos feridas e cheirando intensamente a peixe, só pensa em atirar-se para a cama e, enfim, descansar.

Há dias, entretanto, a operária recebeu na fábrica uma carta do Tribunal Distrital de Inverness convocando-a para comparecer urgentemente nas respectivas instalações dado que existia contra si um pedido de falência instigado por um dos bancos da cidade. «O juiz deve estar enganado», pensou Annie que, evidentemente, nunca tivera contactos com instituições de crédito nem capital, sequer, para abrir uma conta. Os seus negócios, com efeito, são a dinheiro. Recebido o salário, às quintas-feiras, rapidamente o esgota no supermercado e noutros estabelecimentos similares. E as semanas correm sempre assim, monotonamente, desde que veio das ilhas ocidentais escocesas para trabalhar na fábrica do salmão, nos arredores da cidade capital das «highlands».

Olhando, uma vez mais, a carta do juiz, resmungou: «O homem é parvo». E deitou-a fora.

(Continua no próximo número)

FESTA

1993

Avante!



FESTA VAI ABRIR AO SOM DA BANDA

A abertura, na sexta-feira, dia 3 de Setembro, da Festa do «Avante!» deste ano vai contar, pela primeira vez, com a participação de uma banda filarmónica, que com o seu popular e colorido som dos metais irá dar uma nova característica ao início dos três dias de festejos.

Trata-se da Banda da Sociedade Filarmónica União Arrentelense, uma sociedade com raízes operárias encontradas num longo passado já de 121 anos.

Em 1872, um grupo de operários da Companhia de Lanifícios de Arrentela fundou a Sociedade Filarmónica Fabril Arrentelense.

Poucos anos depois, foi criada também nesta localidade, a Sociedade Filarmónica Fabril Honra e Glória Arrentelense. Em 1914 houve a fusão das duas colectividades, dando origem à actual Sociedade Filarmónica União Arrentelense.

O êxito da filarmónica foi reconhecido logo nos primeiros anos da sua existência, tendo a banda da Fabril Arrentelense ganho em 1908 o primeiro prémio dos Jogos Florais da cidade de Lisboa.

Após a revolução do 25 de Abril, com a gestão democrática das autarquias, a colectividade recebeu uma nova energia e vitalidade com os diversos apoios que a Câmara e a Junta de Freguesia lhe deram, em especial com a construção da actual sede.

Actualmente, o sector musical da colectividade é composto por uma escola de música, banda filarmónica, orquestra ligeira e grupo de metais, movimentando cerca de 100 jovens.

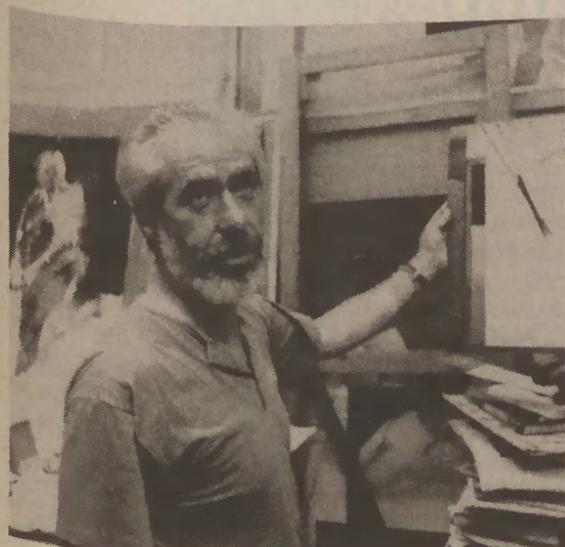
A banda tem actuado em diversas localidades do país sendo uma das suas principais características os seus músicos serem jovens.



Máquina do Tempo

A pergunta que aqui deixámos há quinze dias, neste passatempo a que chamámos «Máquina do Tempo», dizia respeito à 10 edição da Festa, realizada em 1985 no Alto da Ajuda. Nesse ano realizou-se a V Bienal de Artes Plásticas e perguntámos qual foi o artista português que foi alvo de uma retrospectiva referente a quinze anos de actividade. A resposta certa seria Gil Teixeira Lopes.

Depois de algumas edições no Alto da Ajuda, a Festa do «Avante!» mudar-se-ia durante algum tempo para Loures. 1988 seria o ano da descoberta das vozes búlgaras, da vinda de um dos símbolos da *folk* dos anos 60, Melanie, da revelação em Portugal de cantor brasileiro que foi o compositor do celebrizado «Meus Caros Amigos» na voz de Chico Buarque. O ano de 1988 foi também o ano para a afirmação de uma tradição de música africana na Festa com a chegada ao Palco 25 de Abril de um músico, um *griot*, do Mali que nesse mesmo ano incendiara as pistas de dança em França com uma música cheia de ritmo e cor, pontuada pelo som de uma harpa africana, a *kora*. De quem se trata?



Gil Teixeira Lopes foi homenageado na V Bienal da Festa do «Avante!»



FESTA 1993 **Porto** Do rio Douro avante! ao estuque decorativo

Na área do Porto encontrará uma Exposição sobre a vida económica, social e política da região, uma outra exposição fotográfica de estuques decorativos do Norte do País pertencente ao Centro Regional de Artes Tradicionais, uma mostra e venda de artesanato da região, que contará com a presença de três artesãos (barcos Rabelos e carros de bois em madeira, barros de St. Tirso, Sandálias de couro de Amarante, filigranas de Gondomar, tapetes de Arraiolos, em Gaia, bordados de Amarante, rendas de bilros, mantas e camisolas da Póvoa e Vila do Conde, mobílias de Paredes).

Venha falar connosco «Sobre o Porto» e «Sobre o rio Douro», são debates a realizar no nosso auditório, onde o convidamos a passar uma noite tal qual um bar na Ribeira e com a presença ao vivo de um dos principais protagonistas dessas noites portuenses, o cantor e músico, IVO.

No **Restaurante do Porto**, as tripas à moda do Porto, ou o chispe com molho especial; ao lado, no **Restaurante de Santo Tirso**, o arroz de frango de cabidela ou o bacalhau com grão. Circulando pelos bares, o frango no churrasco



Ivo é um artista popular na zona da Ribeira, no Porto, e vai mais uma vez animar o espaço da Organização Regional do Porto na Festa

de **Penafiel** e o vinho da região; o bar de **Amarante** com o seu presunto e salpicão bem regado com um vinho verde de alto lá com ele; na **Maia** os bolos de bacalhau com salada de feijão frade; a chispalhada da ordem em **Gondomar**; o arroz amariscado em **Gaia**; arroz com bifana e uns pratinhos de bucho com molho verde em **Matosinhos**; a sopa à mineiro, fêveras e presunto em **Valongo**; e contemplando gostos que vão dos 8 aos 80 anos, o **bar do Porto**, com a sua pizzaria, croissanteria e confeitaria.

Feche esta visita com chave de ouro. O Solar do Vinho do Porto espera por si...



Os estuques decorativos do Norte de Portugal vão ser tema de uma exposição fotográfica, concebida a partir de um trabalho de Flório de Vasconcelos feito em 1991 para a Fundação Gulbenkian e o Centro Regional de Artes Tradicionais

Espaço Internacional

Campanha de Solidariedade com Angola

Espaço de confluência de múltiplas lutas que atravessam o nosso planeta. Lá estarão forças políticas, desde logo partidos comunistas, que se afirmam nas lutas pela emancipação nacional, social, pela liberdade e pela paz. Espaço internacionalista no qual o visitante poderá ser mais que um simples espectador, e tornar-se participante activo, interrogando os representantes das forças políticas que com ele dialogarão. Representantes dos quatro cantos do mundo (Cuba, OLP, Frente Polisário do Sahara Ocidental, MPLA, FRETILIN), em **Uma hora com...** estarão à disposição dos visitantes deste Espaço Internacionalista.

Espaço solidário com todos os povos vítimas de agressões imperialistas e que lutam pelos seus direitos nacionais, e pelas suas opções e por um mundo melhor.

Espaço solidário com quem precisa e de quem sente essa

força de se ser solidário.

Espaço para se ter Angola no coração, com leite para as crianças e povo de Angola, numa grande campanha de solidariedade.

Lá, o visitante poderá levar a sua ajuda e assim estender a mão solidária ao povo irmão angolano.

Espaço de Informação que os stands das forças políticas exibirão e transmitirão.

Espaço de convívio com a música portuguesa e dos convidados internacionais.

Espaço gastronómico onde o visitante se poderá deliciar com os petiscos chineses, angolanos, cabo-verdianos, cubanos, mauberes, alemães.

Numa palavra, **Espaço Internacionalista**, de convívio com forças que se afirmam por um planeta de Paz, de amizade, de solidariedade e cooperação, de progresso.

«O Militante» comemora 60 anos

«O Militante» completa 60 anos de existência. Sem se conhecer precisamente a data, foi no ano de 1933 que se iniciou a sua publicação. Situado no pavilhão Central, «O Militante» terá um espaço próprio em que será assinalada esta efeméride com uma exposição alusiva. Mas uma das principais iniciativas será a divulgação deste órgão da imprensa do Partido.

No pavilhão de «O Militante», os visitantes da festa poderão, além disso, adquirir as colecções de «O Militante» e outras edições do PCP, nomeadamente a Resolução Política do XIV Congresso, o Programa e os Estatutos, os livros de Congressos realizados após o 25 de Abril. A banca de «O Militante» terá ainda outras publicações, emblemas e diversas «lembranças» referentes ao Partido e também à Festa.

O visitante irá também encontrar, em funcionamento, um prelo usado no tempo do fascismo, em que será editada uma folha em papel-bíblia, com um texto sobre as próximas eleições autárquicas. Num televisor, irão ser passados diversos filmes relativos à história e à actividade do PCP.

Haverá um atendimento, feito por camaradas dirigentes, aos visitantes que queiram abordar questões políticas ou de organização bem como a membros do Partido que desejem tratar de assuntos relacionados com a sua situação orgânica.

Num espaço de debate-convívio, realizar-se-ão conversas sob o lema «Dialogando sobre o PCP». Estarão presentes, entre outros, os camaradas Aurélio Santos, Carlos Brito e Fernando Blanqui Teixeira.

BANCA CENTRAL

FESTA 1993
avante!

Os Programas e cartazes da Festa.
Bandeiras do PCP e da CDU.

A MASCOTE
os Binóculos
e as Fitas da CDU.

E...muitas outras novidades,
ofertas e surpresas.



A Banca Central
é um ponto de encontro
um local de informação
um centro
de animação

1.ª légua da Festa é já no próximo Sábado

Inserida num vasto conjunto de iniciativas desportivas de promoção da 16.ª Edição da Festa do Avante, que se realiza mais uma vez nos terrenos da Quinta da Atalaia (Amora), a 4, 5 e 6 de Setembro, terá lugar no próximo sábado 24 de Julho, na Alameda D. Afonso Henriques, com início às 18 horas, a 1.ª Légua - Festa do Avante 1993. As inscrições (individuais e colectivas), sendo gratuitas, deverão ser enviadas até para a Avenida da Liberdade, 170 - 4.º andar. Serão atribuídos prémios individuais aos 10 primeiros classificados, dos 9 escalões, masculinos e femininos.



Em Lisboa

O Pavilhão do Coleccionador

Como já vai sendo habitual no espaço da Organização Regional de Lisboa, vai novamente funcionar o Pavilhão do Coleccionador. Para que aqueles que nos visitam possam encontrar mais variedade e novidade, contamos com as tuas ofertas.

Se lá em casa tiveres

Emblemas
Postais antigos
Copos de colecção
Autocolantes
Galhardetes
Medalhas
Caixas de fósforos
Esferográficas
Isqueiros
Calendários
Chaves antigas
Caixinhas
etc., etc.



Podes enviar para:
Av. da Liberdade - CT Vitória
Pavilhão do Coleccionador

EP's premiadas Segundo sorteio é a 28 de Agosto

1.º Prémio — 9782
2.º Prémio — 173 661
3.º Prémio — 159 774

Estes prémios constam, respectivamente, de:

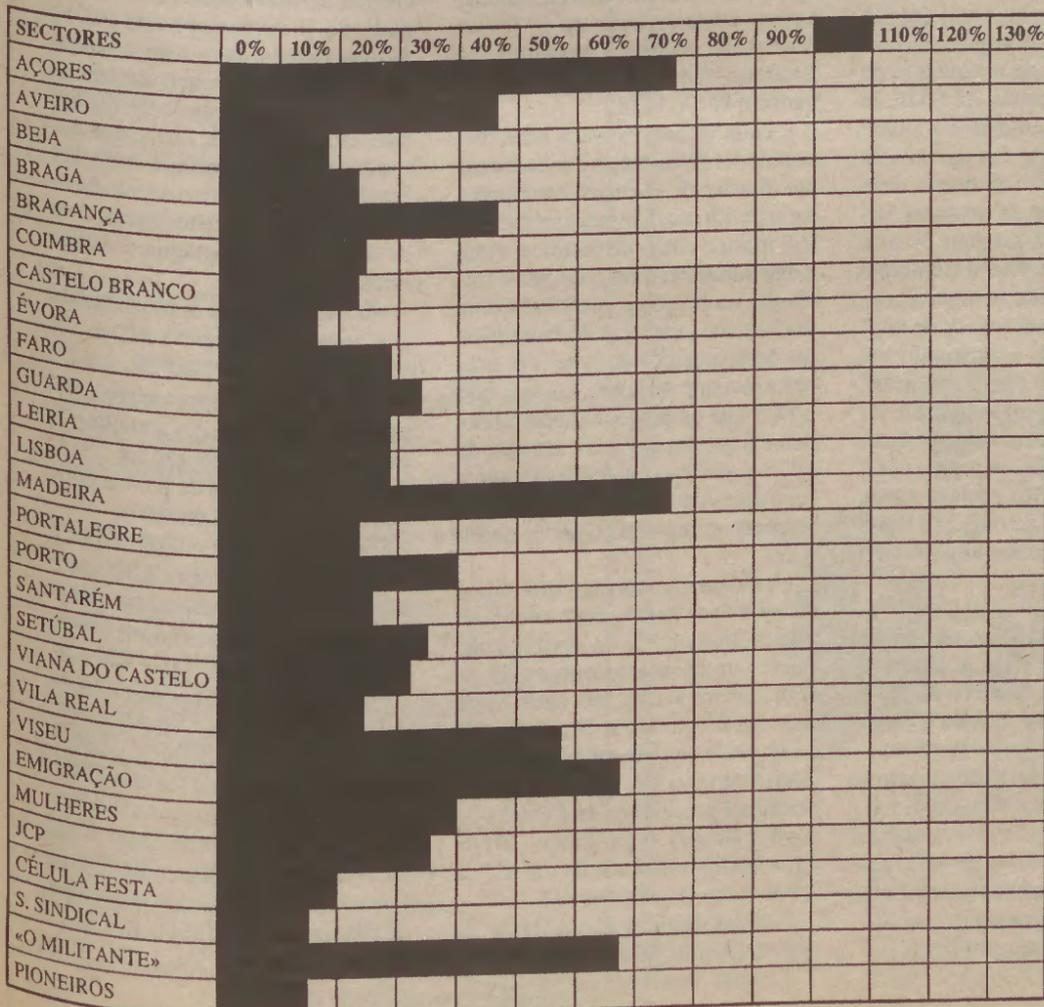
1.º Prémio — Vale de férias ou de viagens no valor de 250 000\$00;
2.º Prémio — Vale de material fotográfico no valor de 100 000\$00, da



3.º Prémio — Vale de livros no valor de 60 000\$00, da Editorial **CAMINHO**

Os prémios devem ser reclamados nos Serviços Administrativos da Festa, na Av. António Serpa, 26, 2.º Esq. 1000 Lisboa, com a apresentação da EP premiada. O prazo de levantamento termina a 30 de Setembro de 1993, devendo os premiados munir-se também de documento de identificação pessoal.

CRESCER O RITMO DA VENDA ANTECIPADA DA EP



O gráfico com a evolução de vendas antecipadas de EP's - Entradas Permanentes na Festa! - que esta semana publicamos revela os avanços significativos conseguidos por algumas organizações em relação aos valores registados há quinze dias. No entanto, os valores apresentados revelam também atrasos importantes que impõem a aplicação de medidas por parte dos sectores afectados, no sentido de aumentar o ritmo de vendas antecipadas da EP. É que o fruto da venda da EP é, antes do mais, o seguro de vida da Festa do «Avante!». Aqui se lembra, mais uma vez, que a venda antecipada da EP é a única fonte de receita própria que o Partido Comunista Português dispõe para assegurar a realização de tão importante acontecimento.

Será necessário sensibilizar camaradas e amigos do Partido e da Festa para este acto de solidariedade para com a importante manifestação cultural, política e desportiva que todos os anos se concretiza na Atalaia.

A realização de porta-a-porta por brigadas especificamente constituídas para a promoção da venda antecipada da EP, o aproveitamento de festas locais para a venda militante do bilhete de ingresso na Festa do «Avante!», a venda da EP nas diversas iniciativas do Partido e outras iniciativas similares, a concretização de postos fixos de venda em locais de grande movimentação de pessoas, são algumas ideias para a promoção da venda antecipada da Entrada Permanente na Festa!, experiências já em outros anos efectuadas com resultados amplamente positivos e que agora é necessário retomar.

Um
livro
por
quinzena

Vencidos e perdoados: o regime democrático ignora decénios de violência antipopular

1. Saber ler, entender e aproveitar tudo o que vêm à mão é um hábito salutar e sedento de liberdade e cultura que os perseguidos tradicionalmente repetem e aprendem, em largos decénios de continuadas carências democráticas, nas escolas da milenária luta contra a opressão.

Designadamente, o gosto da leitura crítica dos livros, a descoberta das parcelas vivas e contraditórias da realidade movente que cada um deles encerra alegre-nos e alarganos, traz-nos sempre alguma coisa de novo se os soubermos ler tal como vivemos: atentos e por isso ideologicamente prevenidos, historicamente cuidadosos porque activos e responsáveis.

«Vigiados e perseguidos. Documentos secretos da PIDE/DGS», de Nuno Vasco (NV), Livraria Bertrand, Lisboa, Abril de 1977, brochura acartonada e ilustrada (fotocópias de documentos), de 222 páginas, é uma dessas obras que combina e mistura na mesma imagem, em doses e planos pouco clarifica-

sobre antifascistas? Quem é que organizadamente rebuscou e saqueou esses arquivos? Quem é que se opôs à feitura de processos judiciais contra os pides, dizendo que (ao PREC) bastavam estar presos? Quem é que tentou utilizar-se dos «bufos» da PIDE? Quem é que sempre se opôs à divulgação pública do que era a PIDE e do que estava a fazer a Comissão de Extinção? Quem é que se opôs sempre à divulgação do nome dos informadores? Quem é que escondeu, pressurosamente, os que tinha dentro de casa?

«A estas perguntas e a muitas outras do mesmo género, a resposta vai ter sempre à mesma organização política: o PCP, ou outras forças com ele coniventes». Sic!

E indica a entrevista: «Ora, houve tentativas concretas de substituição dos utilizadores da PIDE.»

Tal como adiante acrescentará: «(...) travou-se ali dentro [na Comissão de Extinção da PIDE/DGS] uma batalha extremamente árdua para impedir a construção de uma polícia política ao serviço do PCP.

«Isso tem muito a ver com uma abencerragem [!] chamada Comissão Ad-Hoc para a Investigação do 28 de Setembro, que foi criada ali e que era um embrião da polícia política, controlada partidariamente pelo PCP e à qual nos opusemos». Tal e qual!

Ex-vítimas e seus algozes, ex-presos e ex-carcereiros e torturadores, policialmente associados sob a direcção do PCP!... Tanto pode literariamente o anticomunismo!

É evidente que esta obra, que na análise da política repressiva do fascismo toma como uma das suas chaves essenciais esse mesmo anticomunismo que tantas vezes moldou e caldeou o conjunto da acção da PIDE, a si mesmo se armadilha e em boa parte se inutiliza...

Serão os comunistas que são responsáveis por o Aljube não ser ainda um museu da resistência do fascismo? Por a prisão da PIDE no Porto ser hoje... um museu militar? Por a generalidade dos agentes da PIDE e seus informadores nem terem sido objecto de qualquer julgamento? Por os assassinos de José Dias Coelho e do General Humberto Delgado terem sido benignissimamente punidos, enquanto os de muitos outros patriotas eram totalmente ignorados? Por o ensino infantil, adolescente e superior parecer ter sido vacinado contra o antifascismo e o 25 de Abril? Por... e por... e por...

Caramba! Muito podem ainda estes comunistas na direcção deste mesmo Estado neoliberal português que os hostiliza...

2. Segundo este livro, «em 25 de Abril de 1974 a polícia política contava com um efectivo de 2626 elementos, compreendendo o corpo directivo, agentes, pessoal administrativo auxiliar. Havia um director-geral — à data Silva Pais — um subdirector-geral, cinco directores de serviços, um director de serviços interino, vinte inspectores adjuntos, dois inspectores superiores, cinquenta inspectores, um inspector interino, quarenta e três subinspec-

tores, cinquenta chefes de brigada (dos quais dois femininos), [que as mulheres, praticamente, pelo menos, não passavam de chefes de brigada!], quinhentos e nove agentes de 1.ª classe (dos quais dez femininos), novecentos e oitenta e dois agentes de 2.ª classe (dos quais vinte e oito femininos), cento e dez guardas prisionais (dos quais seis femininos). (...) O total destes elementos [acrescido de motoristas e pessoal técnico de comunicações] é de dois mil e setenta e dois; mas se juntarmos a este número quinhentos e cinquenta e um funcionários administrativos e auxiliares e três médicos, teremos um total de dois mil e seiscentos e vinte e seis funcionários» (pp. 187/8).

Quanto a «bufos», o autor é aparentemente taxativo, a pp. 39: «Ao longo dos últimos doze anos exerceram a sua actividade para a PIDE/DGS cerca de quinze mil «bufos» — esses 'olhos' e 'ouvidos' do fascismo português (...).»

Pois bem: apesar de nesta obra, realistamente, se assinalar que «à medida que a contestação ao regime e a luta efectiva se alargava, a PIDE era obrigada a aumentar o seu quadro e a refinar métodos» e que «o grande salto de efectivos dá-se nos últimos dez anos, a par das necessidades da guerra nas colónias, a ponto de ter sido possível determinar que sessenta e três por cento dos agentes em serviço à data da Revolução tinham entrado a partir de 1964 na polícia política» (p. 188) — o que é certo é que de pp. 192 a 218 se publica a paupérrima «Relação dos agentes e pessoal administrativo da PIDE/DGS» do Ministério da Administração Interna, Lisboa, 1975.

E nesta lista registam-se tão-somente 854 agentes e membros do pessoal administrativo e auxiliar da PIDE/DGS — dos quais, acompanhando a história democrática portuguesa, apenas 183 (2 mulheres) são originários do território a sul do Tejo e 622 (15 mulheres) são naturais de povoações sitas a norte deste mesmo rio!

Na soma anteriormente referida, como vimos, havia 2626 elementos; agora, nesta relação de 1975, os nomes não chegam a constituir 1/3 daqueles números que se assinalavam em 25.IV.1974!

E entre os seus quadros mais responsáveis falta mesmo mencionar um director de serviços, um inspector superior, nove inspectores adjuntos, trinta e cinco inspectores, vinte e oito subinspectores, noventa e três chefes de brigada, incluindo uma mulher, etc., etc. São de facto muitos desaparecidos da vista! Foi uma epidemia que os levou, ou terá sido o PCP que os perdeu? E não sendo, como é que em um ano — um ano, de 1974 a 1975 — se sumiram tantos servidores da violência fascista dos respectivos registos? Quem o esclarece?

Os próprios «bufos» que, «nos últimos doze anos», eram «cerca de quinze mil» em «25 de Abril (...) não passavam de quatrocentos» [!] (p. 39), embora avultassem ainda entre eles figuras como o Dr. Bernardo Mesquitela (ex-governador civil de Santarém), o Dr. António Alves Videira (presidente da Câmara de Torres Novas), o Dr. Pedro Cabrita (advogado, remuneração mensal de 10 contos), etc., etc. (p. 48)...

Não há dúvida! É o milagre da 'desmultiplicação' dos ex-pides...

Chegará o caetanismo para expli-

car esta redução abismal? Ou terão estes agentes e «bufos» — de modo politicamente mais significativo — simplesmente conquistado a legalidade neoliberal? Não será real o risco de poderem vir a ser aproveitados por novos e estes já efectivos serviços de informações?

3. A PIDE gozou sempre do apoio e da cumplicidade financeira do grande capital, a quem servia com recíproco desvelo.

Não é por acaso que no relatório da Comissão Liquidatária da PIDE/DGS, citado neste livro (p. 73), se diz: «Muitas das empresas estabelecidas em Portugal entregaram periodicamente na tesouraria da ex-DGS determinadas importâncias (...).»

Por sua vez, noutra relatório, este do inspector Pereira de Carvalho, datado de VII.1974, publicado, em primeira mão, por Rodrigues da Silva, no «Diário Popular», e também citado neste livro (pp. 74/75), aquele esclarece que «os serviços prestados pela DGS às empresas (...) eram fundamentalmente de dois tipos: «verificação do pessoal a admitir pelas empresas» ou «verificação pelo mesmo processo dos quadros já existentes», e «recrutamento entre o pessoal da empresa de fontes de informação capazes de detectar sintomas de greves (...), ou admissão de empregados, indicados nesse sentido pela DGS.

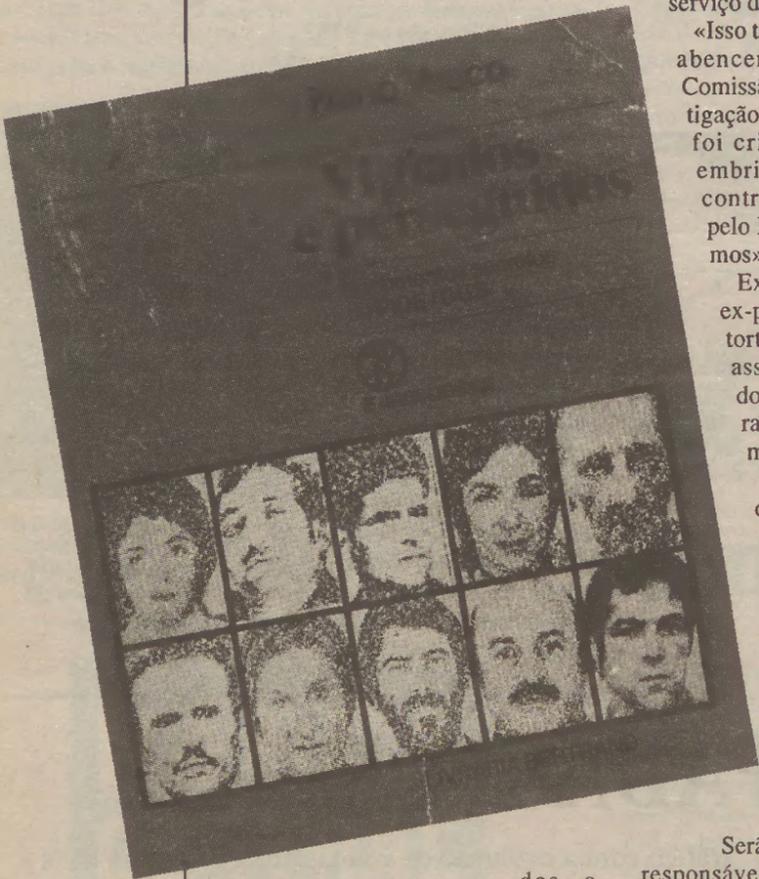
(...) As importâncias cobradas variavam de empresa para empresa (...), à excepção da Ponte sobre o Tejo, a quem prestava o serviço de segurança física da Ponte, sendo esse serviço pago pelo respectivo Gabinete da Ponte (...). E adiante: «Mais pidesco que os próprios pides, o ex-coronel reformado, da GNR, Mota Carmo (...), com 107 quilos, era o coordenador da segurança das cinco maiores empresas semipúblicas de Lisboa». Dispunha do seu quartel-general na CRGE. As restantes empresas eram a Sacor, a Petroquímica, a Companhia Portuguesa de Electricidade e a Companhia das Águas. «(...) Mantinha sob controlo directo e apertado mais de 10 000 trabalhadores (...). Certa vez chegou mesmo a escrever a Salazar pedindo-lhe a extinção da PIDE, porque considerava a demasiadamente científica e pouco actuante».

Mas outras empresas contribuíam directamente para a PIDE, contactando com o inspector superior Pereira de Carvalho e o agente Basílio Garcia ou, em certos casos, com os inspectores Mortágua e Abílio Pires.

«O Banco Borges & Irmão, desde que começou a pagar à PIDE, em 1968, gastou 690 000\$00, a RTP (...) contribuía com uma verba mensal de 15 000\$00 (...), e a multinacional Plessey, entre 1965 e 1974, depositou nas mãos da polícia política portuguesa 530 000\$00».

Outras empresas contribuintes e seus «contactos» com a PIDE: Automática Eléctrica Portuguesa (Eng. Murteira; BNU (Dr. Pereira Coutinho e Dr. Fezas Vital); Cel-Cat (Miguel Abecassis); Cabos Ávila (Cor. Mendes Dias); Comp.ª Cimento Tejo (Dr. Luís Vilar); Comp.ª Metalúrgica Nacional (Conde Ribeiro); Companhia Portuguesa de Electricidade (Eng. Amaro da Costa); CUF do Barreiro (Vasco de Melo); Sociedade Portuguesa de Lapidação de Diamantes (Eng. Mantero); Sociedade Estoril (Eng. Bual); etc., etc.

E por aí fora...



dos, o antifascismo e anticomunismo; o movimento popular com as organizações policiais que o perseguem; as intenções classistas e políticas, que definiam e classificavam os salazaristas como fascistas, com aquelas que prosseguem os comunistas, os progressistas e os democratas socialmente mais avançados.

Repare-se: no essencial, esta obra pretende ser, como NV destaca na «Breve Nota» que o encabeça (p. 9), «um contributo para o retrato necessário — diremos mesmo para a história — da polícia política do fascismo português».

E entretanto, para citar apenas um exemplo mais significativo, a pp. 165/186, no decurso de uma entrevista, conduzida por NV, a Alfredo Caldeira — próximo colaborador de Fernando Oneto, «durante meses», na Comissão de Extinção da PIDE/DGS — publicada em XI.1976, no «Diário Popular», que teria levado «mais de cinco meses a organizar» e que este livro integralmente [?] reproduz, afirma-se: «Ora houve tentativas concretas de substituição dos utilizadores da PIDE.

(...) Deixando-nos de eufemismos: quem é que fez interrogatórios

Gazetilha

Epigrama

Ponho a gravata — e mostro só com isto
que sou o Senhor Primeiro-Ministro.
Tiro a gravata e logo se vê
que sou chefe do PSD.

No popó do Estado cabe
quem é o ministro e, já se sabe,
quem é o chefe. Lá no popó
vamos dois num só.

Qual deles abarbata?
Uma questão de gravata.

Um — e basta!

Que diz dos meus ministros? — perguntaram.
São todos bestiais.
Fizeram tudo quanto lhe mandaram.
Nem menos, nem mais.

Ele quis, a obra fez-se. Fez-se, prontos.
Com este resultado:
Dezasseis são tontos
e um é o culpado.

Boa conclusão:
o culpado que peça a demissão.

Actualidade

Diz o Guterres torrencial:
Votem em mim
porque afinal
entre Cavaco e mim
não há diferença substancial.

O que é o mesmo, afinal,
que dizer assim:
votem em Cavaco e não em mim
pois não há diferença substancial...

Discurso raquítico
de todo o tamanho.
Se isto é ser político
vou ali e já venho.

Linha de rumo

Laranjas abarrotam de alto sumo.
Quem disser mal, anda a brincar com a tropa.
Cavaco é o maior dentro da toca
uma caricatura a deitar fumo.

Levanta a voz como quem ergue a moca.
De quanto sabe, é fácil o resumo.
A linha que traçou define o rumo
de Portugal não só, também da Europa.

Que se aproveite esta primeira apanha:
mandem-no para a França ou para a Alemanha!
Falo sério, compadres, não estou louco.

Ele a gerir os europeus revezes?
Mandem-no já. Alemães e franceses
eles também merecem rir um pouco.

■ IGNOTUS SUM

PONTOS CARDEAIS

OPINIÕES

O escritor Abelaira, que passou que tempos a «escrever na água», para depois se chegar «ao pé das letras», no «JL», invoca o filósofo Nietzsche para se enredar numa frase dele:

«Somente os tolos têm opiniões». Sopesando a frase — de resto uma opinião bastante tola —, o cronista acaba por, ao fim de vastos parágrafos, concluir que ela «é obviamente falsa».

Se, em vez de ir vasculhar ao pé de letras tão velhas e gastas como as do filósofo alemão, tivesse prestado mais atenção ao que por aí se diz nos jornais, o escritor haveria de concluir que há muitos tolos hoje em dia a dar opiniões que, apesar de tudo, não são propriamente tolas.

Por exemplo, no PSD. De repente, furando os tolos discursos justificativos da política cavaquista, alguns ministros e notáveis do partido governamental desataram a ter opiniões.

Que, também de repente, deixaram de ser tolamente a ressonância do dono. Um a um vêm à ribalta dizer.

Nem sempre opiniões tolas, apesar da toleima. Muitas vezes falsas. Sempre a tentarem fazer o leitor — e eleitor — passar por tolo.

Eurico deu o sinal da partida. E logo depois, ministros e secretários lançaram-se a dar opiniões, num concurso, em que o mais tolo não foi além da anedota e chumbou.

Mas há os que tentam passar, vir ao de cima. Por exemplo, Dias Loureiro

que, depois de afirmar que nunca deixa de dar uma opinião «mesmo que fique isolado» — será uma tolice? —, revelou que não é «federalista», o que é uma opinião que, para o PSD, deve ser uma tolice.

AO ATAQUE

Mas não é só para consumo interno que os ministros se desunham em opiniões e declarações. Durão Barroso, na Europa, bate o pé (ou diz que o faz). Na retaguarda do chefe da diplomacia portuguesa, a guerra parece estar a ser preparada. Pelo menos é o que se deduz pelo espalhafato feito por certa imprensa ao anúncio divulgado com pompa e circunstância pelo ministro da Defesa, Fernando Nogueira, que, como se sabe, também gosta de dizer coisas.

Desta vez, anuncia-se a fabricação de um míssil... português. Não sabemos se o ministro esperava que, a tal anúncio, os trabalhadores e os desempregados, uns à espera dos salários e os outros apenas de trabalho, desatassem a aplaudir. Mas o certo é que a coisa teve honras de primeiras páginas.

O míssil é uma coisa modesta — ao nível lusitano, que é gente de corpo a corpo, desde os tempos de Viriato. Tem um alcance de 150 metros e o ministro explicou que, no mundo de hoje, a tendência é para os inimigos se verem. O míssil servirá vários

objectivos. Um deles é a «modernização» das Forças Armadas Portuguesas. Outro é o negócio. De facto, tanto os portugueses como os outros povos não esperavam outra coisa para lhes resolver os problemas.

NÚMEROS «LIMPOS»

Mas, enquanto o míssil não vem, os portugueses vão-se distraíndo com notícias. No Verão, não costuma haver abundância delas, a não ser das mais tristes, como as dos incêndios e as dos acidentes em que perecem famílias inteiras. Então, o ministro Silva Penada, decidiu quebrar o silêncio e falar de números. Lembram-se que foi ele quem tinha imposto silêncio quanto aos números do desemprego em Portugal? Diziam que queria esconder o aumento do desemprego. Não, senhores. O que ele queria era premiar a nossa curiosidade, quando ela estivesse ao rubro, mesmo no meio de Julho, pelos calores do Estio.

E, como quem arvora uma bandeira azul de praia despoluída, fez o favor de nos servir números «limpos», isto é, já devidamente confeccionados. Mesmo assim, o tempero foi picante de mais. Feitas as contas, limpos os arquivos de «falsos desempregados», o que se concluiu foi o que os trabalhadores e os candidatos ao trabalho já sabiam por experiência. O desemprego aumentou.

frases da Semana

“Vamos fazer mísseis”

☛ (Título de 1.ª página do «Correio da Manhã», 20.7.93)

“Eu por mim deixo-o levantar-se. O que duvido é que ele consiga, porque o estúdio é muito pequeno e ele é muito pesado.”

☛ (Miguel Sousa Tavares sobre Cabrita Neto, in «O Diabo», 20.7.93)

“Tenho um pacto de coração com Sousa Cintra.”

☛ (Zandinga, in «O Diabo», 20.7.93)

“Eu não sou federalista.”

☛ (Dias Loureiro, em entrevista ao «Diário de Notícias», 20.7.93)

“Nós temos no Serviço de Informações de Segurança (SIS) trabalhadores que estudam na Universidade (...) Esta foi a explicação que me foi dada pelo director do SIS em relação a essa matéria (acusação de o SIS vigiar estudantes e se infiltrar na Universidade).”

☛ (idem)

“Se não tivessem valor acrescentado não havia estes serviços.”

☛ (idem)

“Assumo as minhas opiniões e gosto muito de as dar.”

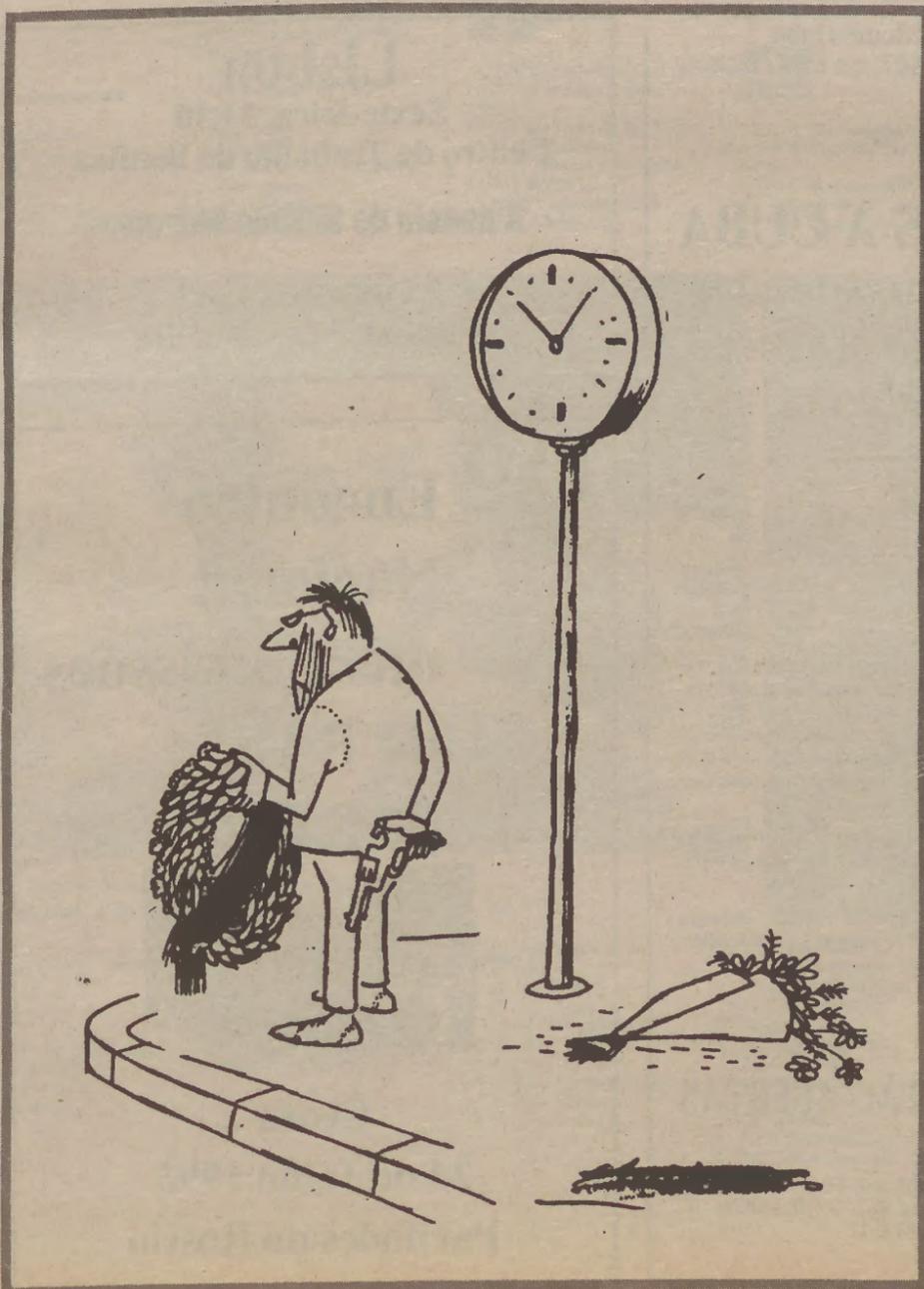
☛ (idem)

“Somente os tolos têm opiniões.”

☛ (Augusto Abelaira, citando Nietzsche, in «JL», 20.7.93)

“Tenho a ambição de escrever um romance.”

☛ (Vasco Pulido Valente, em entrevista ao «JL», 20.7.93)





Terça-feira, dia 27, às 21h:
**Encontro-convívio
 na Casa do Alentejo
 no 40.º Aniversário de Moncada**

Música cubana pelo grupo "Los Tainos"

Participação de Maria Luisa Fernandez,
 Encarregada de Negócios em Portugal

Sexta-feira, dia 30, no Terraço do Vitória

Jantar-dançante
 Conjunto "Los Tainos"
 Artesanato

(inscrições no CT Vitória ou no CT da Av. Duque de Loulé)

Faça turismo
 e conheça a revolução cubana
 visitando as suas instituições
 (hipótese de apenas 1 semana de férias)

VIAGEM 19/8 A 2/9
220 000\$00

Inscrições:
 Associação de Amizade Portugal-Cuba
 Rua Rodrigo da Fonseca, 107, r/c Esq., Lisboa
 - Tel. 65 73 05

EXCURSÕES A CUBA

"EMBAIXADA DE PAZ E SOLIDARIEDADE"

19 de Agosto a 3 de Setembro/9 a 24 de Setembro

15 DIAS

Viagem de avião Lisboa/Havana/Lisboa (pela Ibéria, via Madrid), em regime de meia pensão (dormida, pequeno almoço e uma refeição) em hotéis de 3 e 4 estrelas Esc. 225.000\$00

Esta viagem é organizada pelo CPPC de colaboração com o Movimento Cubano para a Paz e a Soberania dos Povos, que preparará para todos os interessados um importante e oportuno programa político-cultural, que prevê visitas a uma escola, a um acampamento da juventude, à Câmara Municipal de Havana e ao Departamento de Turismo e Artesanato, à Associação de Amizade com os Povos, e encontros com o movimento sindical, com o Conselho Ecuménico, com o Movimento da Paz, etc.

No plano cultural, estão previstas visitas aos centros históricos das cidades que visitar bem como a museus, restaurantes e cafés tradicionais e espectáculos.

O programa turístico prevê visitas às regiões de Havana, Cienfuegos (incluindo Trinidad, património mundial) ou Santiago, e ainda, Varadero onde desfrutaremos as magníficas praias.

AS INSCRIÇÕES ESTÃO ABERTAS



CONSELHO PORTUGUÊS PARA A PAZ E COOPERAÇÃO
 Rua Rodrigo da Fonseca, 56, 2.º - 1200 LISBOA
 Tel. 386 33 75 - Fax 386 32 11

Agenda

PAÇO DE ARCOS

Feita popular no Jardim, promovida pela CDU: sábado, 24, a partir das 10.00. Às 15.00, apresentação dos candidatos da CDU à Assembleia de Freguesia, com a participação do camarada Jerónimo de Sousa.

SALVATERRA DE MAGOS

Jantar-convívio da CDU no Restaurante D. Roberto: sexta-feira, às 21.30.

GONDOMAR

Convívio promovido pela CDU na mata anexa à Casa do Andrade: no sábado, a partir das 18.00. Participam os candidatos da CDU à Junta de Freguesia de Foz do Sousa e os primeiros candidatos à Câmara e à Assembleia Municipal de Gondomar.

Final do Torneio de FUTEBOL DE SALÃO da Festa do "Avante!"

Campo da Verbena/Lisboa

Sábado, às 10 e 18h
 Domingo, às 10h

1.ª LÉGUA FESTA DO AVANTE!

Sábado - 11h

Alameda D. Afonso Henriques/Lisboa

Inscrições: até uma hora antes no local da prova

Lisboa

Sexta-feira, 21.30

Centro de Trabalho de Benfica

A poesia de Sidónio Muralha

Conferência por
 Alexandre Castanheira

9.º Encontro Nacional das Comissões de BASE de Saúde



Évora

24 de Julho 1993

Pavilhões do Rossio



PCP-PEV
 PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS PARTIDO ECOLÓGISTA "OS VERDES"

Sábado, dia 24

Carlos Carvalhas no sul do distrito de Setúbal e no Cercal

- * Almoço-convívio no Cercal do Alentejo - às 13h
 - * Encontro-convívio com militantes no Parque do Rio de Figueira, Santiago do Cacém - às 15.30
 - * Encontro com membros das Comissões de Moradores e executivos da CM e JF, no Salão do Povo de Sines - às 18h
 - * Apresentação dos candidatos da CDU e jantar-volante, em Sines - às 20h;
- Espectáculo no Salão da Música, a partir das 22h.

Domingo, às 17h
 no restaurante "Limo Verde", na Parede:

Convívio de candidatos e activistas da CDU do Concelho de Cascais, com a participação de Carlos Carvalhas

AUTARQUIAS 93

Reuniões de militantes do PCP naturais do distrito de VISEU

Montijo

Dia 23, às 21.30
 CT do Montijo

Lisboa

Dia 24, às 21.30
 CT Vitória

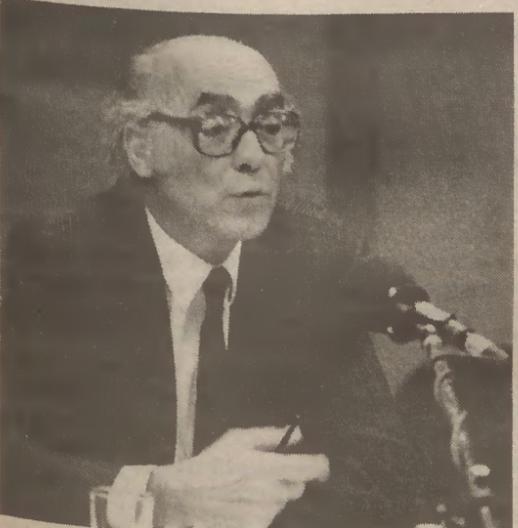
CDU
 um bom trabalho
 melhores
 soluções

Avante! Agenda Televisão

Quinta, 22

- 08.05 Notícias
08.10 Rua Sésamo
08.40 Novas Aventuras de He-Man
09.05 Ginástica
09.15 Crônicas de Hollywood
09.40 As Diabruras do Pimentinha
10.10 Eurosul 4
10.25 Música 92
11.00 O Treinador
11.25 Notas para Si
11.55 Culinária
12.10 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
14.00 Vietnam depois da Guerra
14.30 As Aventuras de Robin Hood
15.00 Duas Rainhas
16.45 Thumbelina
17.10 Brinca Brincando
17.40 Calor Tropical
18.30 Roda da Sorte
19.00 A Banqueira do Povo
20.00 Telemotiv
20.30 Pedra Sobre Pedra
21.00 O Dono do Mundo
22.00 Isto Só Vídeo
22.30 Palavra Puxa Palavra
23.20 Intimas Vozes
00.10 24 Horas

- 11.05 Infantil
11.40 Férias de Sonho
12.30 Le Masque
13.30 Agora, Escolha!
14.55 Whoopi Goldberg
15.30 Infantil
16.30 A Máquina do Sonho
17.20 Os Prós e os Contras
18.10 Vamp
18.55 Dramazine
19.20 O Melhor de Ed Sullivan Show
20.20 Noel Coward - Histórias de Um Mestre
21.30 TV2 Jornal
22.00 Remate



José Saramago é o convidado de Carlos Cruz na próxima "Quarta-feira". Na TV2 às 23.10

- 22.30 Deus Nos Acuda
23.05 Modigliani
24.00 Musical

- 16.30 Notícias
16.40 Gladiadores Americanos
17.25 Santa Bárbara
18.10 Notícias
18.20 Roque Santeiro
19.10 Praça Pública
19.45 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Minas e Armadilhas
22.20 Holocausto
23.30 Último Jornal
23.55 Repórter da Meia-Noite
00.50 MTV

- 12.00 A Casa do Tio Carlos
12.30 O Papá das Pernas Altas
13.00 Uma Casa na Pradaria
13.45 Rica Saúde
17.05 A Casa do Tio Carlos
17.45 Lágrimas
18.30 Telhados de Vidro
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação
20.10 Fórum
20.40 Só Nós Dez
21.05 Já Tocou!
21.35 Um Caso Internacional
23.05 Telemotor
23.35 A Rosa Negra
01.40 Informação
01.55 Meteorologia

Sexta, 23

- 08.05 Notícias
08.10 Rua Sésamo
08.40 Novas Aventuras de He-Man
09.05 Ginástica
09.15 Crônicas de Hollywood
09.40 As Diabruras do Pimentinha
10.10 Malhão, Triste Malhão
10.30 Isto é Magia
11.00 O Treinador
11.25 Notas para Si
11.55 Culinária
12.10 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
13.55 Instinto de Sobrevivência
15.05 A Grande Esperança
17.05 Brinca Brincando
17.35 Calor Tropical
18.25 Roda da Sorte
19.00 A Banqueira do Povo
20.00 Telemotiv
20.30 Pedra Sobre Pedra
21.25 O Dono do Mundo
22.25 Marina, Marina
23.00 Milionário Instantâneo
00.50 24 Horas
01.40 O Grande Ajuste de Contas

- 11.05 Infantil
12.05 Vidas a Meias
12.30 Le Masque
13.30 Agora Escolha
14.55 Whoopi Goldberg
15.30 Infantil
16.30 A Sombra do Sol de Espanha
17.20 Os Prós e os Contras
18.10 Vamp
18.55 Rotações
19.55 Uma Questão de Palavras
20.20 Fiel a Si Próprio
21.30 TV2 Jornal

- 12.00 O Soldado Joe
12.30 Aventuras dos T-Rex
13.00 Stingray, o Super Submarino
13.30 Batman
14.00 Notícias
14.10 As Mais Belas Máquinas
14.35 Selvagens e Perigosos
15.00 Os Conquistadores do Oeste
16.45 Justiça Negra
17.55 Grandes Planos
18.25 Portugal Radical
18.50 Lei e Ordem
19.50 Príncipe de Bel Air
20.15 Cara Chapada
20.45 Jornal da Noite
21.30 Belezas de Verão
23.35 Último Jornal
24.00 Água na Boca
00.55 Diamantes
01.25 Box
02.00 Superbikes

- 22.00 Remate
22.30 Deus Nos Acuda
23.05 As Saias da Revolução
00.30 Tampopo

- 16.30 Notícias
16.40 Gladiadores Americanos
17.25 Santa Bárbara
18.10 Notícias
18.20 Roque Santeiro
19.10 Praça Pública
19.45 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Minas e Armadilhas
22.20 Holocausto
23.30 Último Jornal
23.55 Repórter da Meia-Noite
00.50 MTV

- 12.00 A Casa do Tio Carlos
12.30 O Papá das Pernas Altas
13.00 Uma Casa na Pradaria
13.45 Rica Saúde
17.05 A Casa do Tio Carlos
17.45 Lágrimas
18.30 Telhados de Vidro
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação
20.10 Fórum
20.40 Só Nós Dez
21.05 Já Tocou!
21.35 Um Caso Internacional
23.05 Telemotor
23.35 A Rosa Negra
01.40 Informação
01.55 Meteorologia

Sábado, 24

- 08.00 Programa Infantil e Juvenil
12.10 Luta Livre Americana
13.10 Crônicas de Narnia
13.30 O Trilho da Glória
14.20 Fort Boyard
15.45 Fandango
17.25 Floradas na Serra
18.50 O Herói Relâmpago
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
20.30 Câmara do Cándido
21.00 Despedida de Solteiro
22.50 Procura-se
23.45 Os Heróis da Colina
01.30 Calores de Verão

- 08.00 Caminhos
08.30 Novos Horizontes
09.00 Universidade Aberta
12.30 Tarzan e as Estrelas
13.40 Parceiros no Crime
14.30 Pé Grande e os Amigos
15.00 TV2 Desporto
19.30 Tauromaquia
20.00 Julia
22.00 No Cumprimento do Dever
22.55 Bailado: «Martha Graham»
00.40 China, Minha Dor
01.50 Popoff

- 12.00 Livro da Selva
12.30 Rugrats
12.55 Pássaros de Fogo
13.45 Três é Companhia
14.10 Notícias
14.20 Um Planeta, Uma Família
14.50 A Família Adoptiva
16.35 Tarzan
17.05 National Geographic Magazine
18.05 Falso Suspeito
18.35 Benny Hill
19.05 Cosby Show
19.35 Biografias
20.45 Jornal da Noite
21.30 Osaka, Corrida Fatal
23.35 Último Jornal
24.00 Telefilme: «Laços Desfeitos»

- 10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 As Histórias Mais Bonitas
11.30 Actualidade Religiosa
12.00 Vaticano em Directo
12.15 Missa
13.15 Rica Saúde
14.00 Telhados de Vidro
15.45 Punky
16.30 Lassie
17.00 As Diabruras de Jane
18.40 O Marido da Embaixadora

- 22.00 Remate
22.30 Deus Nos Acuda
23.05 As Saias da Revolução
00.30 Tampopo

- 16.30 Notícias
16.40 Gladiadores Americanos
17.25 Santa Bárbara
18.10 Notícias
18.20 Roque Santeiro
19.10 Praça Pública
19.45 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Minas e Armadilhas
22.20 Holocausto
23.30 Último Jornal
23.55 Repórter da Meia-Noite
00.50 MTV

- 12.00 A Casa do Tio Carlos
12.30 O Papá das Pernas Altas
13.00 Uma Casa na Pradaria
13.45 Rica Saúde
17.05 A Casa do Tio Carlos
17.45 Lágrimas
18.30 Telhados de Vidro
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação
20.10 Fórum
20.40 Só Nós Dez
21.05 Já Tocou!
21.35 Um Caso Internacional
23.05 Telemotor
23.35 A Rosa Negra
01.40 Informação
01.55 Meteorologia

Domingo, 25

- 08.00 Programa Juvenil
10.30 70 x 7
11.00 Missa
11.50 Programa Juvenil
13.00 Notícias
13.10 A Menina do Futuro
13.35 Top +
14.20 Clips e Spots
14.50 A Lei do Deserto
15.45 Eu Seja Cão
17.25 Tequila & Bonetti
18.20 Beverly Hills 90210
19.25 Clube Paraíso
20.00 Jornal de Domingo
20.40 Casa Cheia
21.15 Despedida de Solteiro
22.55 Jovens Médicos Apaixonados

- 08.00 Clínica Veterinária
09.00 Gente Fantástica
10.00 Arte Fantástica
10.30 Programa Juvenil
11.30 Regiões
12.25 Fórum Musical
13.25 Realce
13.50 TV2 Desporto
20.00 Meu Filho, Meu Filho
20.55 Musical
21.55 Hemingway
22.50 Pavor nos Bastidores

- 12.00 Livro da Selva
12.30 Rugrats
12.55 Pássaros de Fogo
13.45 Três é Companhia
14.10 Notícias
14.20 Um Planeta, Uma Família
14.50 A Família Adoptiva
16.35 Tarzan
17.05 National Geographic Magazine
18.05 Falso Suspeito
18.35 Benny Hill
19.05 Cosby Show
19.35 Biografias
20.45 Jornal da Noite
21.30 Osaka, Corrida Fatal
23.35 Último Jornal
24.00 Telefilme: «Laços Desfeitos»

- 10.00 A Casa do Tio Carlos
11.00 As Histórias Mais Bonitas
11.30 Actualidade Religiosa
12.00 Vaticano em Directo
12.15 Missa
13.15 Rica Saúde
14.00 Telhados de Vidro
15.45 Punky
16.30 Lassie
17.00 As Diabruras de Jane
18.40 O Marido da Embaixadora

- 22.00 Remate
22.30 Deus Nos Acuda
23.05 As Saias da Revolução
00.30 Tampopo

- 16.30 Notícias
16.40 Gladiadores Americanos
17.25 Santa Bárbara
18.10 Notícias
18.20 Roque Santeiro
19.10 Praça Pública
19.45 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Minas e Armadilhas
22.20 Holocausto
23.30 Último Jornal
23.55 Repórter da Meia-Noite
00.50 MTV

- 12.00 A Casa do Tio Carlos
12.30 O Papá das Pernas Altas
13.00 Uma Casa na Pradaria
13.45 Rica Saúde
17.05 A Casa do Tio Carlos
17.45 Lágrimas
18.30 Telhados de Vidro
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação
20.10 Fórum
20.40 Só Nós Dez
21.05 Já Tocou!
21.35 Um Caso Internacional
23.05 Telemotor
23.35 A Rosa Negra
01.40 Informação
01.55 Meteorologia

Segunda, 26

- 08.10 Rua Sésamo
08.40 Novas Aventuras de He-Man
09.05 Ginástica
09.15 Crônicas de Hollywood
09.40 Vitor e Hugo
10.10 O Reino Animal
10.30 Isto é Magia
11.00 O Treinador
11.25 Notas para Si
11.55 Culinária
12.10 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
13.55 As Aventuras de Robin Hood
14.25 A Oeste Nada de Novo
16.30 O Livro de Thumbelina
17.00 Brinca Brincando
17.35 E.N.G. - Imagens Vivas
18.25 A Roda da Sorte
19.00 A Banqueira do Povo
20.00 Telemotiv
20.30 O Dono do Mundo
21.40 Jogos Sem Fronteiras
23.10 Acto de Traição
00.05 24 Horas

- 11.05 Infantil
12.05 Eternos Novatos
12.30 Disfarces
13.30 Agora, Escolha!
14.55 Whoopi Goldberg
15.30 Infantil
16.30 Guia de Viagens
17.30 Os Prós e os Contras
18.20 Vamp
19.00 Damas de Honra
21.20 Deus nos Acuda
22.30 TV2 Jornal
23.00 Remate
23.10 As Proezas de Hollywood
23.40 Os Trintões

- 16.30 Notícias
16.40 Gladiadores Americanos
17.25 Santa Bárbara
18.10 Notícias
18.20 Roque Santeiro
19.10 Praça Pública
19.45 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Encontros Imediatos
22.00 Nômadas
23.45 Último Jornal
00.10 Homens Mal Comportados
00.40 MTV

- 12.00 A Casa do Tio Carlos
12.30 O Papá das Pernas Altas
13.00 Uma Casa na Pradaria
13.45 Rica Saúde
17.05 A Casa do Tio Carlos
17.40 Lágrimas
18.30 Telhados de Vidro
19.00 A Amiga Olga

- 22.00 Remate
22.30 Deus Nos Acuda
23.05 As Saias da Revolução
00.30 Tampopo

- 16.30 Notícias
16.40 Gladiadores Americanos
17.25 Santa Bárbara
18.10 Notícias
18.20 Roque Santeiro
19.10 Praça Pública
19.45 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Minas e Armadilhas
22.20 Holocausto
23.30 Último Jornal
23.55 Repórter da Meia-Noite
00.50 MTV

- 12.00 A Casa do Tio Carlos
12.30 O Papá das Pernas Altas
13.00 Uma Casa na Pradaria
13.45 Rica Saúde
17.05 A Casa do Tio Carlos
17.45 Lágrimas
18.30 Telhados de Vidro
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação
20.10 Fórum
20.40 Só Nós Dez
21.05 Já Tocou!
21.35 Um Caso Internacional
23.05 Telemotor
23.35 A Rosa Negra
01.40 Informação
01.55 Meteorologia

Terça, 27

- 08.10 Rua Sésamo
08.40 Novas Aventuras de He-Man
09.05 Ginástica
09.15 Crônicas de Hollywood
09.40 Os Esquilos Vão ao Cinema
10.10 Eurosul
10.30 Música da América
11.00 O Treinador
11.25 Notas para Si
11.55 Culinária
12.10 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
13.55 A Revolução Electrónica
14.25 As Aventuras de Robin Hood
14.55 A Águia de Duas Cabeças
16.30 O Livro de Thumbelina
17.00 Brinca Brincando
17.35 E.N.G. - Imagens Vivas
18.25 A Roda da Sorte
19.00 A Banqueira do Povo
20.00 Telemotiv
20.30 O Dono do Mundo
21.40 Noivas de Copacabana
22.30 Informação Especial
23.30 Cupido Electrónico
24.00 24 Horas

- 11.00 Infantil
11.40 Férias de Sonho
12.30 Disfarces
13.30 Agora, Escolha!
14.55 Whoopi Goldberg
15.30 Infantil
16.30 Para Além do Ano 2000
17.20 Os Prós e os Contras
18.10 Vamp
18.50 Miguel Ângelo
20.25 Artes e Letras - «Isabel Allende»
21.20 Deus Nos Acuda
22.30 TV2 Jornal
23.00 Remate
23.10 Corrida de Toiros

- 16.30 Notícias
16.40 Gladiadores Americanos
17.25 Santa Bárbara
18.10 Notícias
18.20 Roque Santeiro
19.10 Praça Pública
19.45 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 A Brincar, a Brincar
22.00 Terça à Noite
23.15 Café Bagdad
23.55 Último Jornal
00.20 Internacional SIC
00.50 MTV

- 12.00 A Casa do Tio Carlos
12.30 O Papá das Pernas Altas
13.00 Uma Casa na Pradaria
13.45 Rica Saúde
17.00 A Casa do Tio Carlos

- 22.00 Remate
22.30 Deus Nos Acuda
23.05 As Saias da Revolução
00.30 Tampopo

- 16.30 Notícias
16.40 Gladiadores Americanos
17.25 Santa Bárbara
18.10 Notícias
18.20 Roque Santeiro
19.10 Praça Pública
19.45 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 A Brincar, a Brincar
22.00 Terça à Noite
23.15 Café Bagdad
23.55 Último Jornal
00.20 Internacional SIC
00.50 MTV

- 12.00 A Casa do Tio Carlos
12.30 O Papá das Pernas Altas
13.00 Uma Casa na Pradaria
13.45 Rica Saúde
17.00 A Casa do Tio Carlos

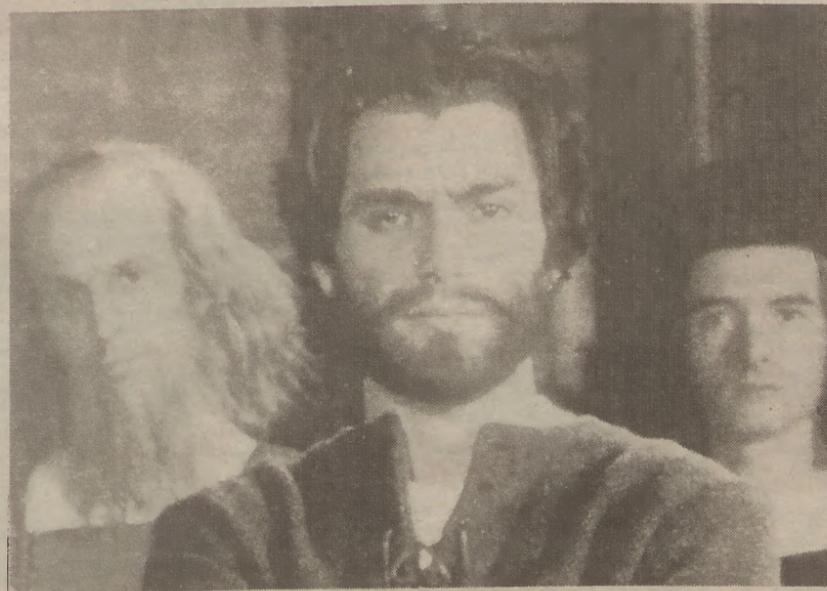
Quarta, 28

- 08.10 Rua Sésamo
08.40 Novas Aventuras de He-Man
09.05 Ginástica
09.15 Crônicas de Hollywood
09.40 Inspector Engenhocas
10.10 Reino Animal
10.30 Isto é Magia
11.00 O Treinador
11.25 Notas para Si
11.55 Culinária
12.15 Bebê a Bordo
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Vizinhos
13.55 Meados do Século
14.25 As Aventuras de Robin Hood
14.55 Terreno Vago
16.40 As Aventuras do Pimentinha
17.00 Brinca Brincando
17.35 E.N.G. - Imagens Vivas
18.30 Roda da Sorte
19.00 A Banqueira do Povo
20.00 Telemotiv
20.30 O Dono do Mundo
21.40 Vamos Jogar no Totobola
21.55 Para Iris Com Amor
23.40 Chefe, Mas Pouco
00.05 24 Horas

- 11.05 Infantil
12.05 Amor à Primeira Vista
12.30 Disfarces
13.30 Agora, Escolha!
14.55 Whoopi Goldberg
15.30 Infantil
16.30 E.R. II - 40 Anos de Pompa e Circunstância
17.20 Os Prós e os Contras
18.10 Vamp
18.55 Arsène Lupin
19.40 TV Artes
20.25 Quem Matou Kennedy?
21.25 Deus nos Acuda
22.30 TV2 Jornal
23.00 Remate
23.10 Carlos Cruz - Quarta-Feira

- 16.30 Notícias
16.40 Gladiadores Americanos
17.25 Santa Bárbara
18.10 Notícias
18.20 Roque Santeiro
19.10 Praça Pública
19.45 Renascer
20.45 Jornal da Noite
21.30 Falas Tu ou Falo Eu
22.30 Sexo Forte
23.35 Último Jornal
24.00 Deseja-me Sorte
01.00 MTV

- 12.00 A Casa do Tio Carlos
12.30 O Papá das Pernas Altas
13.00 Uma Casa na Pradaria



A Vida de Miguel Ângelo à terça-feira às 19.20 e a de Modigliani à quinta-feira (hoje, em estreia) às 23.05. Na TV2

- 19.30 Informação Quatro
20.10 Espião à Vista
20.40 Marés Vivas
21.35 Os Bastidores do Espectáculo
22.05 Um Caso Internacional
23.05 Secreto Paraíso
00.45 Meteorologia

- 19.30 Informação Quatro
20.05 Janelas Virtuais
20.30 Fado, Fadinho
21.00 Futebol: Bolívia-Brasil
22.45 Covington Cross
23.35 Meteorologia

- 19.30 Informação
20.15 Fórum
20.40 Só Nós Dez
21.05 Já Tocou!
21.35 Os Prisioneiros de Alcatraz
23.15 Sala do Parlamento
23.35 Informação
23.50 Meteorologia

- 17.45 Lágrimas
18.30 Telhados de Vidro
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação
20.10 Fórum
20.40 Só Nós Dez
21.05 Já Tocou
21.35 Amor Eterno
23.35 Sirenes
00.35 Informação
00.50 Meteorologia

- 13.45 Rica Saúde
17.05 A Casa do Tio Carlos
17.45 Lágrimas
18.30 Telhados de Vidro
19.00 A Amiga Olga
19.30 Informação
20.10 Fórum
20.40 Só Nós Dez
21.05 Já Tocou!
21.35 Cartas de Amor
22.35 Mancuso
23.20 Desporto Motorizado
23.55 Os Senhores do Pacífico
00.55 Ponto Final
01.10 Meteorologia



Filmes na TV

QUINTA, 22

Duas Rainhas

«Mary, Queen of Scots» (GBR/1971). Real.: Charles Jarrott. Int.: Vanessa Redgrave, Glenda Jackson, Patrick McGeehan, Timothy Dalton, Trevor Howard. Cor, 127 min. Ver *Destaque* (15.00, Canal 1)

A Rosa Negra

«The Black Rose» (EUA/1950). Real.: Henry Hathaway. Int.: Tyrone Power, Orson Welles, Cecile Aubrey, Jack Hawkins. Cor, 121 min. Ver *Destaque* (23.35, Quatro)

SEXTA, 23

A Grande Esperança

«Young Mr. Lincoln» (EUA/1939). Real.: John Ford. Int.: Henry Fonda, Alice Brady, Marjorie Weaver, Arleen Whelan. P/B, 93 min. Ver *Destaque* (15.00 Canal 1)

Correntes de Primavera

«Torrents of Spring» (EUA/1990). Real.: Jerzy Skolimovsky. Int.: Timothy Hutton, Nastassia Kinski, Valeria Golino. Cor, 97 min. Ver *Destaque* (22.05, SIC)

Milionário Instantâneo

«Taking Care of Business» (EUA/1990). Real.: Arthur Hillier. Int.: James Belushi, Charles Grodin, Anne DeSalvo, Loryn Locklin. Cor, 99 min. *Comédia* (23.00, Canal 1)

Tampopo

«Tampopo» (Jap/1986). Real.: Juzo Itami. Int.: Tsutomu Yamazaki, Nobuko Miyamoto, Koji Yakusho. Cor, 119 min. Ver *Destaque* (00.30, TV 2)

O Grande Ajuste de Contas

«Ho» (Fr-It/1968). Real.: Robert Enrico. Int.: Jean-Paul Belmondo, Joanna Shimkus, Paul Crauchet, Stéphane Fey. Cor, 103 min. *Policial* (01.40, Canal 1)

SÁBADO, 24

Tarzan e as Serelas

«Tarzan and the Mermaids» (EUA/1948). Real.: Robert Florey. Int.: Johnny Weissmuller, Brenda Joyce, Linda Christian, John Laurenz. P/B, 64 min. *Aventura* (12.30, TV 2)

Os Conquistadores do Oeste

«Cattle Annie and Little Britches» (EUA/1980). Real.: Lamont Johnson. Int.: Burt Lancaster, Rod Steiger, Diane Lane, Amanda Plummer. Cor, 95 min. Ver *Destaque* (15.00, SIC)

Fandango

«Fandango» (EUA/1984). Real.: Kevin Reynolds. Int.: Kevin Costner, Judd Nelson, Sam Robards, Suzy Amis. Cor, 88 min. *Drama* (15.45, Canal 1)

Júlia

«Julia» (EUA/1990). Real.: Fred Zinnemann. Int.: Jane Fonda, Vanessa Redgrave, Jason Robards, Maximilian Schell, Meryl Streep. Cor, 97 min. Ver *Destaque* (20.00, TV 2)

Os Heróis da Colina

«Hamburger Hill» (EUA/1987). Real.: John Irvin. Int.: Anthony Barrile, Michael Patrick, Don Cheadle, Michael Dolan. Cor, 106 min. *Drama* (23.15, Canal 1)

Secreto Paraíso

«A Safe Place» (EUA/1971). Real.: Henry Jaglon. Int.: Jack Nicholson, Orson Welles, Tuesday Weld. Cor, 94 min. (23.35, Quatro)

China, Minha Dor

«Niu Peng-Chine, Ma Douleur» (Fr-RFA/1989). Real.: Dai Sijie. Int.: Guo Liang Yi, Tieu Quan Nghieu. Cor, 84 min. Ver *Destaque* (00.20, TV 2)

Calores de Verão

«The Harrad Summer» (EUA/1974). Real.: Steven H. Stern. Int.: Robert Reiser, Laurie Walters, Richard Doran, Victoria Thompson. Cor, 101 min. *Drama* (01.30, Canal 1)

DOMINGO, 25

Laços Desfeitos

«Burning Bridges» (EUA/1990). Real.: Sheldon Larry. Int.: Meredith Baxter-Birney, Nick Mancuso. Cor, 100 min. (14.50, SIC)

Eu Seja Cão

«The Shaggy Dog» (EUA/1959). Real.: Charles Barton. Int.: Fred MacMurray, Jean Hagen, Tommy Kirk, Annette Funicello. Cor, 97 min. *Comédia* (15.45 Canal 1)

As Diabruras de Jane

«Calamity Jane» (EUA/1989). Real.: James Goldstone. Int.: Jane Alexander, Frederic Forrest, Ken Kercheval, David Hemmings. Cor, 96 min. Ver *Destaque* (17.05, Quatro)

Pavor nos Bastidores

«Stage Fright» (EUA/1950). Real.: Alfred Hitchcock. Int.: Marlene Dietrich, Jane Wyman, Michael Wilding. P/B, 114 min. Ver *Destaque* (22.50, Canal 1)

Jovens Médicos Apaixonados

«Young Doctors in Love» (EUA/1982). Real.: Garry Marshall. Int.: Michael McKean, Sean Young, Harry Dean Stanton, Pamela Reed. Cor, 92 min. *Comédia* (22.55, TV 2)

SEGUNDA, 26

A Oeste Nada de Novo

«All Quiet on the Western Front» (EUA/1979). Real.: Delbert Mann. Int.: Richard Thomas, Ernest Borgnine, Donald Pleasance, Ian Holm. Cor, 150 min. Ver *Destaque* (14.55, Canal 1)

Damas de Honor

«Bridesmaids» (EUA/1894). Real.: Lia Garrett. Int.: Shelley Hack, Sela Ward, Stephanie Faracy, Brooke Adams. Cor, 90 min. (19.30, TV 2)

Os Prisioneiros de Alcatraz

«Six Against the Rock» (EUA/1987). Real.: Paul Wendkos. Int.: David Carradine, Howard Hesseman, David Marse, Charles Haid. Cor, 100 min. *Drama* (21.35, Quatro)

Nômadas

«Nomads» (EUA/1986). Real.: John McTiernan. Int.: Pierce Brosnan, Lesley-Ann Down, Ana Maria Monticelli. *Fantástico* 85 min. (22.00, SIC)

TERÇA, 27

A Águia de Duas Cabeças

«L'Aigle a Deux Têtes» (EUA/1951). Real.: Jean Cocteau. Int.: Edwige Feuillère, Jean Marais, Sylvia Monfort, Jacques Varrennes. P/B, 90 min. Ver *Destaque* (15.05, Canal 1)

Amor Eterno

«At Long Last Love» (EUA/1975). Real.: Peter Bogdanovitch. Int.: Burt Reynolds, Cybill Shepherd, Madeleine Kahn. Cor, 118 min. (21.35, Quatro)

QUARTA, 28

Terreno Vago

«Terrain Vague» (It/1950). Real.: Marcel Carné. Int.: Danielle Roberts, Roland Lesaffre. P/B, 104 min. Ver *Destaque* (15.05, Canal 1)

Para Íris com Amor

«Stanley & Iris» (EUA/1990). Real.: Martin Ritt. Int.: Robert De Niro, Jane Fonda. Cor, 104 min. *Melodrama* (21.55, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Por isto e por aquilo...



Glenda Jackson e Vanessa Redgrave em «Duas Rainhas», de Charles Jarrott



Marlene Dietrich, intérprete de «Pavor no Bastidores», de Alfred Hitchcock

Duas Rainhas (Quinta, 15.00, Canal 1)

Uma reconstituição sumptuosa dos meios e meandros do poder na Inglaterra do Séc. XVI enquadra neste filme o confronto entre Isabel I e Maria Stuart, rainha da Escócia e presumível herdeira do trono de Inglaterra, que por ordem da primeira e no epílogo de uma implacável sucessão de intrigas, traições e conspirações, seria encerrada na Torre de Londres e executada. É um *drama histórico* dos que desde sempre tão bem casam com o cinema, feito com grandes meios de produção (da Universal americana) mas também com o rigor "britânico" que o argumento, cenários e encenação patenteiam. Vanessa Redgrave como Maria Stuart e Glenda Jackson no papel de Isabel I têm nele um momento altíssimo das suas carreiras no cinema, embora Glenda Jackson continue a ser lembrada (quando Isabel I, ou mesmo enquanto atriz) em primeiro lugar pelo seu trabalho anterior numa memorável série da BBC, exibida entre nós no final dos anos 60.

Rosa Negra (Quinta, 23.35, Quatro)

Tendo embora início também em Inglaterra, no séc. XIII, em tempos de domínio dos normandos, ninguém se lembrará de pedir perante "A Rosa Negra" qualquer espécie de rigor... Os seus heróis, que alegadamente recusam submeter-se ao domínio então vigente dos normandos, resolvem partir para o Oriente, vão ter à China e acabam na Mongólia, a contos com um sultão e uma missão honrosa: salvar das suas garras uma linda rapariga, a Rosa Negra, vivendo uma aventura que nem por ser toda inventada é menos emocionante. Henry Hathaway, o realizador, num dos géneros em que foi mestre, com Tyrone Power no apogeu e o concurso de Orson Welles - no papel de sultão -, que assim aproveitava para ganhar dinheiro para os seus próprios projectos (nesse mesmo ano de 1950 terminava ele "Macbeth" e preparava já "Othello").

A Grande Esperança (Sexta, 15.00 Canal 1)

De tão vulgarizados os seus excelentes *westerns*, esquece-se frequentemente, de John Ford, os outros géneros que cultivou -



Jane Fonda e Vanessa Redgrave em «Júlia», de Fred Zinnemann

e designadamente as suas "biografias", filmes densos, de exaltação da nação americana, dos seus valores universalistas e dos seus heróis. "A Grande Esperança" (literalmente, do título original, seria "O Jovem Sr. Lincoln") é um retrato enquanto jovem de um desses heróis, Lincoln, especialmente caro ao próprio John Ford, e contém sequências das mais notáveis de toda a obra do realizador. Henry Fonda, que brilhou em tantos outros filmes de Ford, é um Lincoln inesquecível.

Correntes de Primavera (Sexta, 22.05, SIC)

Inédita em Portugal, esta adaptação de um conto de Turgenev pretende conservar deste autor e da história original a atmosfera de intenso romantismo e dramatismo, mas fica-se mais modestamente por uma cuidada reconstituição do cenário e do guarda-roupa. Timothy Hutton também não será muito convincente no papel de um aristocrata russo, dividido entre duas mulheres belíssimas, Valeria Golino e Nastassia Kinski, num conflito que acabará por se decidir, como é de esperar de Turgenev, num duelo... Jerzy Skolimovsky é um cineasta de origem polaca que realizou nos Estados Unidos os títulos que o tornaram conhecido - "O Navio Farol" e o "O Uivo", entre outros.

Tampopo (Sexta, 00.30, TV 2)

Do mesmo autor de "O Funeral", exibido na passada semana neste mesmo horário, mais um filme sobre a sociedade japonesa contemporânea, desta vez observada a partir de um restaurante e dos que por ele passam.

Os Conquistadores do Oeste (Sábado, 15.00, SIC)

Um elenco de peso (Burt Lancaster é o bandido-chefe e Rod Steiger o implacável xerife) e o insólito caso de irem parar à quadilha dos Dalton-Doolin duas raparigas que andam à cata de aventuras fazem a relativa originalidade deste *western* dos anos 80, de um autor que, pese embora a boa dezena de longas-metragem

gens que já realizou, é sobretudo notado pela sua produção para televisão.

Júlia (Sábado, 20.00, TV 2)

"Júlia" tem aparentemente tudo o que é necessário para fazer um grande filme: por um lado, o argumento adaptado de páginas de memórias de Lillian Hellman, escritora e mulher de Dashiell Hammett, o conflito centrado na amizade de Lillian e Júlia, o cenário de intolerância em que decorre - os anos da barbárie nazi -, a dimensão humana de ambas; por outro, a qualidade dos que nele intervieram, com destaque para a equipa notável de actores: Vanessa Redgrave no papel de Júlia, Jason Robards (um e outro consagrados com Oscars por estas suas interpretações), Jane Fonda, Meryl Streep a chamar já a atenção neste seu primeiro pequeno papel no cinema. O enorme respeito que tudo isto merece e as críticas das ligas dos *bons costumes* às cenas do reencontro de Lillian e Júlia, travaram de início as críticas nascentes à superficialidade de que o filme sofreria; hoje é opinião prevalecente que o texto de Lillian Hellman mereceria muito mais.



Henry Fonda em «A Grande Esperança», de John Ford

China, Minha Dor (Sábado, 00.20, TV 2)

De um jovem cineasta chinês formado em França, um filme que tem por tema a Revolução Cultural na China, ilustrada pela história de um garoto de 13 anos internado num campo de reeducação. Foi-lhe atribuído no ano de estreia, 1989, o Prémio Jean Vigo.

As Diabruras de Jane (Domingo, 17.05, Quatro)

A mais recente adaptação ao cinema das aventuras de uma lendária figura do Oeste, Calamity Jane, reconstituídas a partir de escritos seus. A anterior adaptação era uma comédia musical protagonizada por Doris Day, passada por diversas vezes na televisão.

Pavor nos Bastidores (Domingo, 22.50, Canal 1)

No regresso a Inglaterra após dez anos de carreira nos Estados Unidos, Hitchcock filma esta história de *suspense* com alguns grandes momentos e um elenco em que naturalmente se destaca Marlene Dietrich, a cantar "The Laziest Gal in Town", que doravante seria uma das "suas canções".

A Oeste Nada de Novo (Segunda, 14.55, Canal 1)

Do grande romance de Eric Maria Remarque passado na frente germânica durante a I Grande Guerra, uma adaptação que não faz esquecer a primeira (realizada em 1930 por Lewis Milestone) mas igualmente transmite, e agora com grandes meios cinematográficos, a mesma mensagem humanista e pacifista. O filme começou por ser exibido na televisão em três episódios de uma hora cada, embora tenha sido concebido e realizado para o grande ecrã.

A Águia de Duas Cabeças (Terça, 15.05, Canal 1)

Esteticamente na linha de "A Bela e o Monstro", "A Águia de Duas Cabeças" é a adaptação de Jean Cocteau de uma sua peça teatral de contornos fantásticos - uma história de amor impossível "entre uma rainha solitária e um poeta anarquista". Foi um enorme desastre comercial que nem a popularidade dos protagonistas, Jean Marais e Edwige Feuillère, pôde salvar.

Terreno Vago (Quarta, 15.05, Canal 1)

Carné é sempre Carné - e embora este seja um filme menor na sua obra, com uma primeira parte desinteressante e personagens inconsistentes (a história decorre no início dos anos 60, num bairro popular, e acompanha o dia-a-dia de um bando de jovens) "adquire pouco a pouco um ritmo e uma consistência dramática" que caracterizam por regra o trabalho do autor, com "imagens finais tocadas por comovente optimismo e generosidade".

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Cinema

| | M. M. Luz | Manuel Neves | Paulo Torres |
|---------------------------------------|-----------|--------------|--------------|
| A Não Há Pescoço que Aguenta | ★★ | - | ★★★ |
| B Noite de Estrela | - | ★★★★ | - |
| C Uma Mulher entre Dois Homens | ★★★ | ★★★ | - |

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. John Landis — *Amoreiras/3* (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.45, 24.00); *S. Jorge/3* (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
B — Real. John Cassavetes — *Nimas* (15.00, 18.15, 21.30) — Lisboa.
C — Real. John McNaughton — *Amoreiras/7* (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); *Quarteto/2* (14.45, 16.30, 18.15, 20.00, 22.00, 24.00) — Lisboa.

Teatro

AUDITÓRIO DE BENFICA

Lisboa, Av. Gomes Pereira, 17. Tel. 7154565. De 3ª a 6ª às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. **INOX TAKE 5**, de José Pedro Gomes.

CINEARTE

Lisboa, Largo de Santos. Tel. 3965360. De 3ª a sáb., às 21.45, dom. às 17.00. **MACBETH UMA HISTÓRIA DE BRUXAS**, de Ionesco, encenação de Hélder Costa.

PALÁCIO RIBAMAR

Algés. 6ª e sáb. às 21.45. **A BODA (OS NOIVOS E OS CONVIDADOS)**, de Bertolt Brecht, encenação de Armando Caldas, pelo Intervalo-Grupo de Teatro.

TEATRO DO BAIRRO ALTO

Lisboa, Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **7 PORTAS**, de Botho Strauss, encenação de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

TEATRO MUNICIPAL S. LUIZ

Lisboa, Rua António Maria Cardoso. Tel. 3427172. **Companhia Teatral do Chiado**: De 2ª a sáb. Sáb. e dom. às 19.30. **A ÚLTIMA BANDANA DE KRAPP**, de Samuel Beckett, encenação e interpretação de Mário Viegas.



Tempo

Menos vento e tempo quente.

PALAVRAS CRUZADAS

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|----|----|----|----|----|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| 1 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 3 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 4 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 5 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 6 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 7 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 8 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 9 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 10 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 11 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 12 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 13 | | | | | | | | | | | | | | | |

HORIZONTAIS: 1 — Calçaram com os pés; pequena elevação de terreno (pl.). 2 — Murros. 3 — Emissão de voz; dignatário etíope; infusão de folhas. 4 — Comparecer; braço de rio; Protactínio (s.q.). 5 — Possuir; relação; parceiro. 6 — Nome de mulher; cem metros quadrados; planta do pé. 7 — Afiam no rebolo; nome de mulher. 8 — Ligar; fileira; mulher atrevida (pop.). 9 — Utensílios de cozinha; isolados; três romanos. 10 — Amerício (s.q.); a favor de; apelido de escritor português; suf. de agente. 11 — Via ladeada de casas; vazia; 365 dias. 12 — Aves trapadoras. 13 — Rei; incomunicável.

VERTICAIS: 1 — Pessoa muito esguia e magra; aguçam. 2 — Finalizam. 3 — Ramadas. 4 — Ilha tipicamente anular; grande quantidade; salta. 5 — Doçura (fig.); época. 6 — Campeão; Actínio (s.q.). 7 — Maior; ramagens; discursiva. 8 — Temperatura elevada; objectos de cerâmica para uso doméstico. 9 — Cintura; emblemas; nome de homem. 10 — Ósmio (s.q.); Arsénio (s.q.). 11 — Pássaro comum em Portugal; eleva. 12 — Porção de terra rodeada de água; afirmativa; pequena argola, que se traz nos dedos. 13 — Cavalo fino, de raça pequena. 14 — Habição sumptuosa. 15 — Adicionara; elegante.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

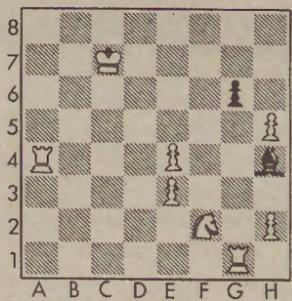
HORIZONTAIS: 1 — Encosta; lavaram. 2 — Saró; anis. 3 — Rei; si; Al; sor. 4 — Oras; orais; cola. 5 — Lamas; aia; falar. 6 — AS; cor; sal; Sá. 7 — Raças; romãs. 8 — AM; rás; mar; um. 9 — Lidas; sic; sauna. 10 — Eram; renda; mais. 11 — Más; AU; is; sãs. 12 — Alia; após. 13 — Omitira; colocas.

VERTICAIS: 1 — Enrola; alemão. 2 — Eras; mira. 3 — Iam; dás. 4 — OS; sacaram; AT. 5 — São; socas; ali. 6 — Trio; rás; ruir. 7 — Ac; RÁ; sé; aa. 8 — Calor; sina. 9 — Lá; ia; CD; AC. 10 — Anãs; som; aipo. 11 — Vil; famas; sol. 12 — Ás; calaram; só. 13 — Sol; ñas. 14 — Olas; unia. 15 — Mirara; massas.

XADREZ

CDXX — 22 de Julho de 1993
PROPOSIÇÃO Nº 1993X057
Por: A. V. CHAMIS — 1960

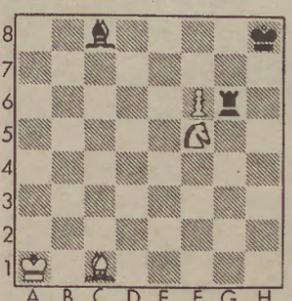
Pr.: [2]: Pg6-Rh4
Br.: [8]: Ps.e3, e4, h2, h5-Cf2-Ts4, g1-Rc7



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1993X058
Por: V. KOROLIKOV
Tijdschrift v.d.k.n.s., 1949

Pr.: [3]: Cç8-Tg6-Rh8
Br.: [4]: Pf6-Cf5-Bç1-Ral



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDXX

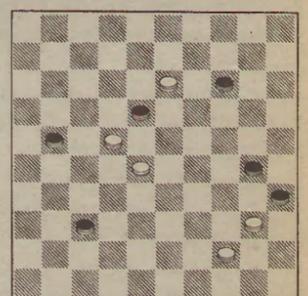
Nº 1993X057 [A. V. Ch.] 1. Ta6! blocus; 1. ... Rh5; 2. Ta6, Rh4; 3. Th6++ 1. ... g5; 2. Th6, g4; 3. Tg4++ 1. ... gh5; 2. Th1, Rg5; 3. h4++
Nº 1993X058 [V. K.] 1. f7, Ta6+; 2. Ba3!, Ta3+; 3. Rb2, Ta2+; 4. Rç1 [Se: R.T, Bç6+ ganha Pe-], Ta1+; 5. Rd2, Ta2+; 6. Rç3, Ta3+; 7. Rf4, Ta4+; 8. Rg5, Tg4+; 9. Rh6 [Se: R.T, B-C+; 10. R-B, Rg7-], Tg8; 10. Cç7!, Bç6; 11. fg8-D+, Bg8; 12. Cg6 e ganha.

A. de M.M.

DAMAS

CDXX — 22 de Julho de 1993
PROPOSIÇÃO Nº 1993D057
Por: G. GRÉGOIRE — 1847

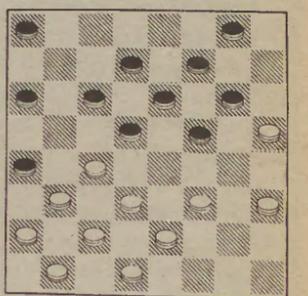
Pr.: [6]: 14-18-21-30-35-37
Br.: [5]: 13-22-28-40-44



Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1993D058
GOLPE Nº 28/93
Autor desconhecido

1. 10-14, 22-19; 2. 5-10, 27-22; 3. 11-15, 21-18; 4. 14-21, 25-18; 5. 10-13, 26-21; 6. 13-17, 30-26; 7. 6-11, 23-20; 8. 1-5, 20-16; 9. 2-6, 31-27; 10. 5-10, 28-23 DIAGRAMA:



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDXX

Nº 1993D057 [G. G.] 1. 13-8, (18x27); 2. 28-22, (27x18); 3. 44-39, (35x33); 4. 8-3-D+!
Nº 1993D058 [A. Des.] 11. 11-14, 18-2-D; 12. 15-20, 24-15; 13. 3-6, 2-11; 14. 7-14, 16-7; 15. 4-20, 23-16; 16. 14-30-D+

A. de M.M.

a talhe de FOICE

Jackpot

Nos alvares do Totoloto em Portugal, um adolescente lisboeta apresentou ao pai, desempregado, um boletim onde refulgia a chave dessa semana. Houve festa de arromba com a vizinhança durante o domingo, mas na segunda-feira os implacáveis serviços do escrutínio foram peremptórios: a chave havia sido forjada sobre um boletim realmente registado, só que "limpo" de prémios. Rezava a notícia que o jovem andou fugido uns dias da fúria paterna, confessando, mais tarde, no momento do regresso e do perdão, que fizera aquilo para dar uma alegria ao pai. Desconfio que este jovem, que certamente se fez homem, acabou por integrar o Executivo de Cavaco Silva. Talvez não seja ministro ou coisa assim de microfone à mão e Christian Dior à vista, mas a sua influência torna-se cada vez mais evidente no comportamento do Governo. Na verdade, de há uns tempos para cá a política governamental de Cavaco Silva assenta numa curiosa mania: a apresentação duma espécie de "chave" de totoloto que sai semanalmente ao País, devidamente preenchida pela clarividência do Primeiro-Ministro.

A agricultura está em crise? Calha bem: aqui está uma bolada governamental de 80 milhões de contos que não-de vir num pacote que é para não se estragarem, que isto de agricultores nunca se sabe, ele é a gada negra, a seca, os pesticidas e o diabo que os carregue.

Há problemas na habitação? Pois acabou-se! Temos 160 milhões de contos tão criteriosamente empacotados para os próximos 10 anos, que não há barraca que aguente!

O Alqueva não mexe há 20 anos? Isso é que era bom! Leva com um pacote de 80 ou 90 milhões de contos em cima e vamos lá a ver quem é que mete água!

E por aí fora, a um ritmo tão regular que já não há problema nacional de jeito que não esteja eficazmente empacotado numa carrada de milhões de contos a que o Primeiro-Ministro semanalmente encontra a "chave".

Com tudo isto, já escasseiam os problemas do País em condições decentes de serem empacotados, mas Cavaco Silva não dorme. Se não há mais pacotes a aviar, a mercearia pode continuar nos fundos. Estruturais. Os tais que (curiosa coincidência!) são também como o totoloto: fáceis, baratos e dão milhões.

Vai daí, o ministro Durão Barroso deslocou-se a Bruxelas com a incumbência definida de trazer uma nova "chave" para o Primeiro-Ministro apresentar ao País: a duplicação dos fundos estruturais. Um assombro: não sabemos quanto tempo gastou Jesus a multiplicar os pães, mas a Durão Barroso bastaram umas insignificantes 16 horas para dobrar a coisa. Como se não bastasse, foi o único ministro dos Negócios Estrangeiros a dizer quanto é que valia o seu jackpot - três mil milhões de contos a arrecadar até 1999.

É verdade que ele próprio confessou, em ameno rodapé, que "a duplicação vai depender do nosso nível de execução", ou seja: "duplicação" propriamente dita, ainda não há nem se sabe se vai haver.

Também é facto que os valores da "duplicação" anunciados (37 000 milhões de ecus para a Espanha, 18 000 milhões para a Grécia, 9700 milhões para a Irlanda e 17 300 milhões para Portugal) atingem os 82 000 milhões de ecus, quando o montante a repartir pelos quatro se limita a uns 76 000 milhões, o que dá, no mínimo, um "buraco" de seis milhões de ecus na "duplicação" a haver.

Todavia, desta vez, não devemos ser muito severos para com o nosso Primeiro-Ministro. No fim de contas, esta "duplicação", se não foi para agradar ao pai, é de certeza para agradar ao País.

■ HC

40 mil trabalhadores com salários em atraso

Mais de 40 mil trabalhadores, de 254 empresas, estão com salários em atraso há mais de um mês, de acordo com uma lista elaborada pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP).

Esta listagem, que a CGTP entregou aos parceiros sociais na reunião do Conselho Económico e Social, no âmbito do qual está a ser negociado um plano de combate ao desemprego, inclui empresas de 15 sectores.

O sector mais representativo é o dos têxteis, vestuário e couro, que tem 25 922 trabalhadores (64 por cento do total), de 149 empresas (58,6 por cento), com ordenados em atraso.

Segue-se o sector da alimentação, bebidas e tabacos, onde 5910 empregados (14,6 por cento), de 20 empresas (7,8 por cento), não recebem há mais de um mês.

De acordo com a lista elaborada pela CGTP, Centralcer, Unicer e Tabaqueira são as empresas mais representativas, onde existem 4502 pessoas (11,1 por cento) com ordenados em atraso.

Entre as 254 empresas citadas nesta lista, encontram-se a Mundet (600 pessoas com salários em atraso), a Torralta (500) e a Sopete.

Além destas, encontram-se a GRUNDIG de Braga (315), a Fiaco (170), a Sanjo-Eichap (350), a Narfil (404), a Sumolis (200), a Vimeiro (70), a Sociedade Industrial Aliança (150) e a Favorita (150).



O desemprego e a instabilidade do emprego crescem gravemente

Deputado comunista em Coimbra

Habilidades querem esconder desemprego de 350 mil

O deputado comunista Arménio Carlos acusou o Governo de «omitir a realidade» do desemprego no País, através de «habilidades saloias que não resolvem os problemas».

Aquele membro da Comissão de Trabalho da Assembleia da República intervinha em Coimbra, numa conferência de imprensa realizada no final de uma visita a empresas têxteis do concelho.

Arménio Carlos aludiu a uma alegada «limpeza dos ficheiros» do Instituto de Emprego e Formação Profissional, para garantir que, em Março, o número de desempregados já rondava os 350 mil.

«Os números são muito elevados e preocupantes em sectores fundamentais para algumas regiões, como é o caso do têxtil, na zona de Coimbra», referiu.

Neste distrito, adiantou, tem-se registado um «aumento significativo do desemprego», nos últimos meses, calculando-se que sejam cerca de 10 mil as pessoas afectadas, na maioria mulheres.

Segundo o deputado do PCP, outros sectores em crise na região são o cerâmico, o metalomecânico e o alimentar.

A falta de apoio à indústria têxtil e um «certo oportunismo e corrupção» na aplicação de fundos destinados ao desenvolvimento das empresas foram «pontos comuns» levantados no encontro entre a delegação comunista e alguns empresários, salientou Arménio Carlos.

A mesma representação, que integrava dirigentes locais do PCP, reuniu-se, ao fim da tarde, com a direcção do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Centro.

Administrador da Grundig atropela leis portuguesas

A União de Sindicatos de Braga (USB/CGTP) exigiu, terça-feira, a expulsão de Portugal do administrador da Grundig, acusando-o de violar os direitos constitucionais do País.

O coordenador da USB, Adão Mendes, disse, em conferência de imprensa, que a administração da Grundig em Portugal desafia a Inspeção-Geral de Trabalho «como se fosse ela a impor o ritmo e as leis».

«O administrador Colls diz que quer a Inspeção queira

ou não, os tribunais queiram ou não, vai regulamentar e flexibilizar os horários de trabalho», afirmou.

De acordo com a mesma fonte, a Grundig tem actualmente 500 trabalhadores em «lay-off», mas continua a admitir trabalhadores a prazo.

O complexo Grundig-Blaupunkt, sediado em Braga, tem vindo a reduzir pessoal no último ano, segundo o sindicalista, que especificou: a Blaupunkt Electrónica

tinha 420 trabalhadores em Janeiro de 1992 e agora tem apenas 200, a Grundig Auto-Rádio Portugal empregava na mesma altura 676 trabalhadores e agora tem 600 e na Grundig Electrónica Portugal laboravam 2070 pessoas e agora ocupa apenas 1000 trabalhadores.

A USB falou ainda sobre a situação do sector têxtil local, adiantando que os trabalhadores de 25 empresas não são aumentados desde Janeiro de 1992.

Desde essa altura faliram 40 empresas do sector e outras 32 estão paradas, sem processo de recuperação, ou outra solução em vista.

No sector do calçado, são mais de 1400 os trabalhadores afectados por falências, encerramentos e laboração reduzida.

No mesmo sector 430 trabalhadores têm salários em atraso.

De acordo com Adão Mendes, a taxa de desemprego no distrito de Braga ronda os 17 por cento.

Fábrica de têxteis de Lisboa quer despedir todos os trabalhadores

A Fábrica de Têxteis, Sedas e Veludos, em Lisboa, pretende despedir todos os seus trabalhadores, denunciou o Sindicato dos Têxteis do Sul.

O sindicato adianta, em comunicado, que os trabalhadores foram informados pela administração da situação da empresa, que no seu entender está «sem

viabilidade, encarando-se a hipótese de encerramento».

A administração fez, por escrito, um apelo aos trabalhadores para a cessação, por mútuo acordo, dos contratos, «enquanto puder pagar as indemnizações devidas».

Segundo o sindicato, a empresa deu um prazo aos trabalhadores para entra-

rem em acordo, caso contrário, avisou que «recorrerá a outras soluções que a Lei faculta, sem vantagens para os trabalhadores».

A empresa de têxteis fundamenta a sua decisão, sublinhando que «não tem comprovadamente qualquer futuro».